

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA EM
CAMPINAS/SP: análise do Programa
de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas
públicas**

JULIANA ARRUDA

CAMPINAS
FEVEREIRO DE 2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA EM
CAMPINAS/SP: análise do Programa
de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas
públicas**

Dissertação submetida à banca examinadora para
obtenção do título de Mestre em Engenharia Agrícola na
área de concentração em Planejamento e
Desenvolvimento Rural Sustentável.

JULIANA ARRUDA

Orientador: Prof. Dr. NILSON ANTONIO MODESTO ARRAES

CAMPINAS
FEVEREIRO DE 2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

Ar69a Arruda, Juliana
Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP:
análise do programa de hortas comunitárias como
subsídio para políticas públicas / Juliana Arruda. --
Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador: Nilson Antonio Modesto Arraes
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Hortaliças. 2. Agricultura urbana. 3. Políticas
públicas. 4. Agricultura – Aspectos sociais. I. Arraes,
Nilson Antonio Modesto. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III.
Título.

Título em Inglês: Urban and peri-urban agriculture in Campinas/SP: analysis of the
community kitchen-gardens program as subsidy for public politics

Palavras-chave em Inglês: Community kitchen-garden, UPA, Public politics, Agriculture
social aspects

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Titulação: Mestre em Engenharia Agrícola.

Banca examinadora: Ana Rute do Vale, João Cleps Junior

Data da defesa: 13/02/2006

“Permitida cópia total ou parcial desde que citada a fonte”.

Dedico
*À minha mãe, **Gleide**,*
por me possibilitar a dádiva da vida
e os valores e princípios que me fazem ser humano.

*Ao **Wellington Mary**,*
namorado, amante, amigo.

*À **Deus**,*
que nos permite a incomparável
oportunidade de viver.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. **Nilson Antonio Modesto Arraes**, que com sua paciência e a grande disponibilidade e abertura ao diálogo, me ofereceu a confiança e estímulo necessário para a condução deste trabalho.

Aos Professores **Mauro Tereso** e **Altair Toledo Machado** pelas valiosas contribuições no exame de qualificação. E aos Professores **Ana Rute do Vale** e **João Cleps Junior** por todas as observações na avaliação da dissertação por ocasião da defesa.

A toda a equipe do **GDR** e da **CEASA** Campinas, especialmente ao Sr. Francisco José Ricchini Lopes (**Sr. Chico**), pela acolhida, grande colaboração e a enorme disponibilidade em ajudar, sendo meu guia às excursões na desconhecida Campinas.

A todos que compartilharam comigo informações e sentimentos nos momentos de entrevista, em especial ao Sr. **Sebastião Poeta**, pela simplicidade e emoção despertada em seu depoimento e ao Sr. **Sebastião Mineiro**, por mostrar que a vida é ainda mais bonita do que parece, com sua música, sua esperança e sua cultura.

À minha família carioca, minha vó **Leci**, todos os tios e tias e meu querido paizão **José Antônio (Zé)**. À família que me acolheu em seu seio como nora e filha, na pessoa dos meus sogros **Silvanira** e **Nelson**. Ao meu tio **Albérico** e à toda a família **Arruda**, meu sangue, meu tudo...

À **Dona “Mãeria”** (minha vizinha querida), à **Celita**, à **Rosilma**, ao **Sr. Robison**, à **Gisleiva**, à **Flavinha**, à **Ana Paula**, à **Lia**, à **Martita**, às **meninas da secretaria da pós**, pela convivência campineira, carinho e amizade.

À **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, por ter me ensinado a viver em grupo, a acolher diferenças, me aceitar como sou e partir para vida em busca dos meus objetivos sem medo de ser feliz, em especial à equipe do **Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas** e à todas as meninas do **quarto 18-F1**.

Ao apoio financeiro da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**), pela bolsa concedida, fonte da minha alegria no início de cada mês e ao Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (**FAEP**), sem o qual a pesquisa de campo não teria sido possível.

O apoio afetivo não se agradece, compartilha-se.

Muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	VII
LISTA DE QUADROS.....	IX
LISTA DE ABREVIATURAS.....	X
RESUMO.....	XI
ABSTRACT.....	XII
APRESENTAÇÃO.....	XIII
1. INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVO	1
2. CONTEXTO POLÍTICO DA AUP NO MUNDO E NO BRASIL	5
3. AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA	8
3.1. DEFINIÇÕES CONCEITUAIS.....	8
3.2. MODALIDADES OU TIPOLOGIAS.....	14
3.2.1. <i>Tipos de atividade econômica</i>	14
3.2.2. <i>Tipo de área</i>	14
3.2.3. <i>Localização</i>	14
3.2.4. <i>Tipos de sistemas de produção</i>	15
3.2.4.1. <i>Olericultura</i>	15
4. O QUE É POLÍTICA PÚBLICA?	21
4.1. O “POLICY CICLE” E A AUP	21
4.2. A CIÊNCIA POLÍTICA E A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	27
4.2.1. <i>Objetivos da análise de políticas públicas</i>	27
5. CAMPINAS E A POLÍTICA DE AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA	30
5.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS REGIÕES DAS HORTAS ESTUDADAS.....	35
6. METODOLOGIA.....	40
6.1. OBTENÇÃO DOS DADOS.....	40
6.1.1. <i>Fase exploratória</i>	40
6.1.2. <i>Dados primários</i>	42
6.1.3. <i>Dados secundários</i>	45
6.2. ANÁLISE DOS DADOS.....	45
7. PROGRAMA DE HORTAS COMUNITÁRIAS DE CAMPINAS	48
7.1. INTEGRAÇÃO	53
7.2. ESCOPO	58
7.3. TEMPO.....	60
7.4. RECURSOS FINANCEIROS	63

7.5. QUALIDADE.....	65
7.6. RECURSOS HUMANOS.....	66
7.7. COMUNICAÇÃO.....	68
7.8. RISCOS.....	69
8. PROJETOS (OPERACIONALIZAÇÃO E PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS).....	70
8.1. HORTAS ESCOLARES	71
8.2. HORTAS TERAPÊUTICAS	83
8.3. HORTAS COMUNITÁRIAS	94
9. PROPOSIÇÕES RELACIONADAS À PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE OS PROJETOS DE HORTAS URBANAS ESTUDADAS	109
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
12. APÊNDICES	127
APÊNDICE A. ROTEIRO DA ENTREVISTA GUIADA COM OS INFORMANTES CHAVES	127
APÊNDICE B. FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA DIRIGIDA COM A EQUIPE DE FORMULAÇÃO DO PHC	128
APÊNDICE C. FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA DIRIGIDA COM A EQUIPE DE GESTÃO DE PROJETOS DE HORTA.....	130
APÊNDICE D. FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA DIRIGIDA AOS BENEFICIÁRIOS DOS PROJETOS	133
13. ANEXOS..	136
ANEXO A. EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS DE AUP NO BRASIL	136
ANEXO B. LEI Nº 9.549 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997. CRIA O PROGRAMA DE HORTA COMUNITÁRIA.....	141
ANEXO C. LEI Nº11.396 DE 23 DE OUTUBRO DE 2002. CRIA O PROGRAMA DE VIVEIROS DE MUDAS	143
ANEXO D. DECRETO Nº 14.288 DE 11 DE ABRIL DE 2003. REGULAMENTA PROGRAMA DE HORTAS COMUNITÁRIAS DE CAMPINAS.....	145

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização das hortas institucionais e comunitárias em Campinas.	34
Figura 2. Organograma de Gestão do PHC (1997-2000).	50
Figura 3. Organograma de Gestão do PHC (2001-2004).	51
Figura 4. Organograma de Gestão do PHC (2005-2008).	52
Figura 5. Janela temporal analisada (1997-2006).	60
Figura 6. Épocas em que cada projeto estudado entrou no PHC.	71
Figura 7. Terreno antes (A) e durante (B) a construção da horta (Cristiano Ozório).	72
Figura 8. Canteiros prontos (A) e primeiro plantio (B) (Cristiano Ozório).	72
Figura 9. Áreas (A) e (B) antes da construção da horta na escola (Dora Kanso).	73
Figura 10. Placa da entrada (A) e área do “Cantinho” (B) (Cristiano Ozório).	75
Figura 11. Alunos trabalhando na horta (A) e visita à área (B) (Dora Kanso).	76
Figura 12. Crianças nos cuidados diários com a horta (Cristiano Ozório).	77
Figura 13. Crianças saboreando hortaliças (A) e (B) (Cristiano Ozório).	80
Figura 14. Vista geral da horta na escola (A) e (B) (Dora Kanso).	81
Figura 15. Crianças cuidando da horta e segunda colheita (Cristiano Ozório).	82
Figura 16. Fachada do centro de saúde (A) e área do entorno (B) (Centro de Saúde).	84
Figura 17. Barracão do projeto (A) e vista interna do barracão (B) (UNICAMP).	84
Figura 18. Plantio em telhas (A) e no corredor (B) (Centro de Saúde).	85
Figura 19. Portão de entrada da horta (A) e área interna (B) (Campus UNICAMP).	86
Figura 20. Plantio no gramado (A) e no corredor (B) (Centro de Saúde).	87
Figura 21. Canteiros sendo preparados (A) e (B) (Campus UNICAMP).	92
Figura 22. Fotos da fase inicial da horta (A) e (B) (Jardim Liliza).	94
Figura 23. Área do entorno da ONG Plantando Paz na Terra (A) e (B) (Vila Brandina).	96
Figura 24. Vista geral da horta no início da produção (A) e (B) (Jardim Liliza).	99
Figura 25. Casinha de sapê - Local das reuniões das “horteiras” (A) e artesanato no interior feito pelo grupo (B) (Vila Brandina).	101
Figura 26. Horta em plena produção (A) e (B) (Vila Brandina).	104
Figura 27. Horta desativada (A) e canteiros sem cultivo (B) (Jardim Liliza).	105
Figura 28. Plantio de ervas medicinais em terraços (Vila Brandina).	106

Figura 29. Família que ainda permanece cultivando a horta (A) e regadores utilizados para irrigar toda a área (B) (Jardim Liliza).....	106
Figura 30. À esquerda arquiteta que é colaboradora da horta (A) e agrônomo colaborador pulverizando calda sulfocálcica (B) (Vila Brandina).	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Estimativa global do nível da atividade agrícola urbana.....	2
Quadro 2. Comparação entre as características da agricultura rural e urbana/peri-urbana.	11
Quadro 3. Sistemas de produção na agricultura urbana e peri-urbana.	15
Quadro 4. Características de processos de gestão de políticas públicas.....	24
Quadro 5. Modelos de análise política.	27
Quadro 6. Indicadores e Nota do Índice de Condição de Vida no Jardim Conceição.....	37
Quadro 7. Indicadores e Nota do Índice de Condição de Vida no Jardim Liliza.	39
Quadro 8. Elementos favoráveis e desfavoráveis à programas de AUP.	113
Quadro 9. Políticas de AUP no Brasil.	136

LISTA DE ABREVIATURAS

AU	Agricultura Urbana
AUP	Agricultura Urbana e Peri-urbana
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CGPHC	Comissão Gestora do Programa de Hortas Comunitárias de Campinas
COAG	Committee on Agriculture
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
DOM	Diária Oficial Municipal
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FEAGRI	Faculdade de Engenharia Agrícola
GAIA	Grupo de Aplicação Interdisciplinar à Aprendizagem
GAPI	Grupo de Análise de Políticas de Inovação
GDR	Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável
IAC	Instituto Agrônômico de Campinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSEE	Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NEPO	Núcleo de Estudos Populacionais
ONG's	Organizações Não Governamentais
PHC	Programa de Hortas Comunitárias de Campinas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROVE	Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar
RMC	Região Metropolitana de Campinas
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
TUAN	The Urban Agriculture Network
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNDP	United Nations Development Programme

RESUMO

A Agricultura Urbana e Peri-urbana (AUP) contemporânea vêm ganhando destaque no cenário mundial e nacional e reafirmando-se como um fator permanente nos processos de desenvolvimento sustentável das pessoas e da sociedade.

Em Campinas, a câmara e o executivo têm, através das legislações municipais e da regulamentação do Programa de Hortas Comunitárias de Campinas (PHC), sinalizada a intenção em trazer à agenda política do município o tema de agricultura urbana. Porém na atual administração, Hélio de Oliveira Santos (2005-2008), o PHC ainda não tem destino claro.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar o PHC, de forma a subsidiar uma nova formulação de políticas públicas de AUP no município. Seus objetivos específicos compreendem a análise da gestão do PHC, dos projetos de hortas no município e do perfil dos participantes, bem como tecer proposições a cerca da percepção dos entrevistados.

Os dados utilizados foram obtidos a partir de visitas sistemáticas e entrevistas dirigidas ao longo do ano de 2005, realizadas junto a formuladores, gestores e beneficiários de hortas urbanas escolares, terapêuticas e comunitárias do município de Campinas, além da fonte documental.

A análise da maneira como se deu a gestão do PHC evidenciou a, quase total, desvinculação entre o programa e as políticas setoriais de educação, saúde e ação social. A análise do gerenciamento dos projetos evidenciou a importância das ações individuais na implementação e sucesso das atividades, mesmo com recursos escassos. Por fim, na descrição da operacionalização, chama atenção à importância que os projetos ganham na vida dos beneficiários e a boa articulação dos coordenadores com outras instituições, tanto do setor privado (Petrobras), como do setor público (CEASA).

PALAVRAS-CHAVE: Hortas Comunitárias, AUP, Políticas públicas.

ABSTRACT

Contemporary Urban and Peri-urban Agriculture (UPA) is gaining prominence in the worldwide and national scene as it reaffirms itself as a permanent factor in the processes of sustainable development of people and society.

In Campinas, the Municipal Chamber and Executive have, through municipal legislation and the regulation of the Community Kitchen-gardens Program of Campinas (CKP), signaled the intention of bringing to the political agenda, the subject of urban agriculture. However, in the current administration, Hélio de Oliveira Santos (2005-2008), the CKP still does not have a clear destination.

In such a context, the objective of this work is to analyze the CKP, and to develop a new form of public politics of UPA in the city. Its specific objective is to understand and analyze the management of the CKP and kitchen-gardens projects in the city and the social economic profile of the participants.

The data used had been gained from systematic visits and interviews during the whole of 2005 with the participation of the planners and policy makers, managers and institutional and communitarian urban beneficiaries of kitchen-gardens in the city of Campinas, beyond the documentary source.

The analysis of the evidence gave the management of the CKP, an almost total picture, disconnected between the program and education, health and social action politics. The analysis of the projects managed here showed the importance of individual action in the implementation and success of the activities, particularly those with scarce resources. Finally, in describing the operation, it calls attention to the importance of projects that benefit the life of the beneficiaries and the joint efforts of the coordinators with other institutions the private (Petrobras) and the public sectors (CEASA).

KEY WORDS: Community Kitchen-gardens, UPA, Public Politics

APRESENTAÇÃO

Acredito ser de interesse do leitor: saber o que motivou a minha aproximação com o tema, pois normalmente as teses iniciam e terminam sem que o leitor saiba o por quê?

Conheci a agricultura urbana, ainda na graduação da UFRRJ, quando participei de um projeto no município de Niterói. Por ter me identificado bastante com o tema comecei a estudá-lo com mais afinco, até que surgiu a oportunidade de ingressar na pós-graduação da FEAGRI com um orientador que eu também já tinha trabalhado na graduação num projeto de extensão.

Este professor tem um projeto focado no desenvolvimento rural do entorno de grandes aglomerações, numa vertente ligada às políticas públicas locais, com destaque aos instrumentos de política e aos planos, programas, ou projetos de desenvolvimento rural.

No caso, minha temática pôde ser encaixada na organização de informações para subsídios de políticas, haja vista que em Campinas a administração atual tem um programa de hortas comunitárias, no entanto, ainda não há um levantamento da situação das hortas implantadas e do impacto do programa para os envolvidos.

Para abordar o tema escolhido a dissertação está organizada em dez capítulos.

No **Capítulo 1** analisam-se alguns aspectos ligados à contextualização das políticas de AUP no mundo e no Brasil e as definições gerais, assim como o objetivo geral e os objetivos específicos são apresentados.

Nos **Capítulos 2, 3 e 4** há uma aproximação com o instrumental teórico adotado acerca da análise de políticas com ênfase à organização de informações para elaboração de políticas, da agricultura urbana e peri-urbana e modalidades envolvidas no seu desenvolvimento, além da atual situação deste tipo de agricultura no mundo, no Brasil e em Campinas.

Capítulo 5 nesse capítulo é feita uma caracterização geral das regiões em que estão inseridas as hortas estudadas na cidade de Campinas.

No **Capítulo 6** são fixadas as bases conceituais para a metodologia que foi realizada e o detalhamento da metodologia adotada, além da fonte de dados e como estes serão analisados.

Os **Capítulos 7, 8 e 9** compõem os Resultados e Discussões foram apresentados e discutidos os resultados da pesquisa de campo através da divisão da análise em dois níveis. No 1º, nível programático, em que se dará destaque à formulação do PHC. No 2º, nível de projetos, com destaque para a gestão das hortas. Desta forma, para cada um destes níveis foram consideradas as categorias gerenciáveis do formulário, quais sejam: integração, escopo, tempo, recursos financeiros, qualidade, recursos humanos, comunicação e riscos.

No **Capítulo 10** foram destacados pontos conclusivos do trabalho, além de sugestões a outros pesquisadores que queiram desenvolver estudos sobre a temática.

“Os sonhos e as cidades são construídos de forma conjunta.”
(Natasha Reyes, Diretora da Direção Metropolitana de Desenvolvimento Humano Sustentável. Município do Distrito Metropolitano de Quito - Equador).

1. INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

No Brasil, nos últimos 50 anos, o crescimento urbano transformou e inverteu a distribuição da população. Enquanto em 1945, a população que vivia nas cidades representava 25% da população total de 45 milhões, passou no início de 2000 para 82% do total de 169 milhões (FRICKE e PARISI, 2004). Segundo os autores HADDAD-KESSOUS e SABROU (2005), 30 milhões de agricultores migraram para as cidades.

Neste processo histórico, a maioria das famílias que migraram das zonas rurais perdeu a relação com a natureza e sofreu um processo de erosão de seus saberes e de transformação de costumes alimentares. Paralelo a isto, inconvenientemente as cidades e os seus sistemas econômicos não conseguem torná-las economicamente ativas, assim, não dispondo das condições apropriadas para satisfazer as suas necessidades sócio-culturais e de qualidade de vida (BELTRAN, 1995).

No entanto, principalmente nos países em desenvolvimento, as raízes do homem com a terra não foram totalmente perdidas e vegetais e animais continuaram a ser produzidos ou criados nas áreas urbanas (UNDP, 1996). O que traz à tona a discussão sobre o tema da agricultura urbana e peri-urbana (AUP).

Os autores ADAM (1999) e MOUGEOT (2000) relacionam a AUP com a sua localização, dividindo-as em: intraurbana ou urbana, quando realizada dentro das cidades ou peri-urbana, quando realizada no seu entorno, mas, ao utilizar apenas este critério, ainda resta muita polêmica, pois a noção do que é urbano e rural possui conceitos e critérios diferentes entre países e regiões. Então estes dois autores, ainda usam para a sua diferenciação os tipos de atividade econômica, os tipos de áreas onde são praticadas, a sua escala e o seu sistema de produção, as categorias e subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentícios), e a destinação dos produtos, inclusive sua comercialização.

A AUP contemporânea vem ganhando destaque no cenário mundial e nacional, reafirmando-se como um fator permanente nos processos de desenvolvimento sustentável das pessoas e da sociedade.

Segundo SMIT (1996), é possível fazer uma estimativa mundial do papel da agricultura urbana contemporânea. Esses dados podem ser verificados no **Quadro 1**:

Quadro 1. Estimativa global do nível da atividade agrícola urbana.

População mundial engajada na atividade		800 milhões
Fazendeiros urbanos produzindo e comercializando no mundo		200 milhões
Empregos* mundiais gerados na produção e processamento		150 milhões
	Dados	Significância global
Participantes:	15% a 70% de famílias (famílias urbanas)	Cerca de um terço de famílias urbanas
Produção:	10% a 90% do consumo (vegetais, ovos, peixe)	Cerca de um terço do consumo
Terra utilizada:	20% a 60% de área urbana (terra com uso agrícola)	Acima de um terço das regiões urbanas
* Atual emprego ou atividades não equivalentes		

Fonte: Estimativas de TUAN baseado em vários autores, experiências e observações e em extrapolações estatísticas de vários censos oficiais e de profissionais de campo. O intento do presente estudo preliminar é traçar estimativas mais sistemáticas que pudessem ser de maior contribuição no corpo de conhecimento. Baseada em dados de 1993.

Os dados referentes ao número de participantes, à produção e à terra utilizada possuem uma grande variação por levarem em consideração experiências de regiões diferentes, assim, em alguns locais a agricultura urbana tem significância maior do que em outros.

De acordo com MADALENO (2001), a AUP não é um fenômeno novo nas cidades, e atualmente é cada vez mais considerada como parte integral da gestão urbana, sendo uma ferramenta para a diminuição da pobreza, por meio da geração de renda e empregos. E também uma forma de trabalhar com o manejo ambiental. Neste sentido, a AUP no Brasil passa a integrar o rol de opções de políticas sociais que buscam o resgate da cidadania e da sustentabilidade urbana.

Mesmo assim, dados sobre este tipo de agricultura ainda são escassos, o que dificulta a formulação e a implementação de políticas específicas para AUP. No entanto, o tema AUP começa a ganhar espaço, em políticas, em pesquisas científicas, em programas e projetos governamentais, do terceiro setor e da sociedade civil.

Atualmente existem algumas agências internacionais que dão suporte às atividades de AUP, alguns exemplos em nível global: UNDP/WB (Programas de uso de águas servidas para

criação de peixes e irrigação); UNICEF (Hortas caseiras e comunitárias, estudo político) e IDRC – Canadá (Fundo de desenvolvimento e pesquisa para projetos de agricultura urbana). E na América Latina: FAO & IDRC (Suporte à novas redes regionais) e UNDP & FAO (Suporte projetos hidropônicos com uso de casa de vegetação).

As universidades também começam a desenvolver pesquisas para gerar informações sobre AUP, entre elas a Universidade das Filipinas, localizada em Los Baños (Pesquisas em produção em pequena escala), o Centro para o Desenvolvimento da Horticultura, localizado no Senegal (Pesquisas e extensão em horticultura urbana) e o Jardim Botânico de Jakarta (Pesquisas sobre o uso de compostagem por agricultores urbanos de pequena escala).

No caso de Campinas, este tema, nos últimos 10 anos, já entrou e saiu da agenda política por algumas vezes. Ele começou a ganhar destaque em 10 de dezembro de 1997, no governo Francisco Amaral (1997-2000), com a aprovação da Lei nº 9.549, que criou o Programa de Hortas Comunitárias (PHC) (**Anexo B**). Neste período, algumas secretarias estimularam seus funcionários a implantar projetos de hortas em suas áreas de atuação. Contudo, apesar da lei ter sido aprovada, não pôde ser aplicada por falta de regulamentação.

Em 2002, na administração Toninho/Izalene (2001-2004), o tema retornou a pauta política através do Decreto nº 14.288, de 11 de abril de 2003, a regulamentação do PHC foi aprovada (**Anexo D**). Porém, cabe ressaltar que, entre os anos de 1997 e 2003, o desenvolvimento de atividades de AUP continuou em algumas secretarias, como é o caso das secretarias de Ação Social, de Educação e de Saúde, mesmo sem o aporte do PHC.

Em 2004, com a regulamentação do PHC e com a criação da Comissão Gestora do Programa de Hortas Comunitárias de Campinas (CGPHC), a administração municipal iniciou efetivamente o PHC implantando projetos de hortas no município, com destaque às hortas comunitárias e escolares.

Deste modo observa-se que em Campinas, a câmara e o executivo têm, através das legislações municipais e do PHC, sinalizado a intenção em trazer à agenda política do município o tema da agricultura urbana. Porém na atual administração, Hélio de Oliveira Santos (2005-2008), o PHC ainda não tem destino claro.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo analisar o Programa de Hortas Comunitárias de Campinas, de forma a subsidiar uma nova formulação de políticas públicas de AUP no município.

Seus objetivos específicos são:

- Caracterizar o Programa de Hortas Comunitárias de Campinas;
- Caracterizar projetos de hortas comunitárias, escolares e terapêuticas de Campinas;
- Caracterizar o perfil dos beneficiários dos projetos das hortas urbanas estudadas;
- Tecer proposições a cerca da percepção dos entrevistados.

“A Agricultura Urbana é recente como programa ou política municipal; portanto, é um campo de inovação promissor”. (Declaração de Quito, assinada por 40 cidades. Quito – Equador, 2000).

2. CONTEXTO POLÍTICO DA AUP NO MUNDO E NO BRASIL

Através da pesquisa bibliográfica foi possível ter acesso a alguns projetos e programas que utilizam a AUP em ações políticas realizadas no mundo e no Brasil. Através da sistematização dessas experiências foi possível dividi-las em quatro níveis de atuação, nível mundial, nível federal, nível estadual e nível municipal.

Ações mundiais

Segundo SALMITO (2004), existem diversos programas e iniciativas que indicam a importância da AUP nas instâncias internacionais. Dentre elas:

- O Programa Especial de Segurança Alimentar¹, que inclui a AUP como alternativa para reduzir a má nutrição e a pobreza da população urbana;

- A Cúpula Mundial da Alimentação, ocorrida em Roma em 1996, quando chefes de Estado se comprometeram a acabar com a fome, indicando a AUP como uma das possíveis ações a se implementar;

- A 15ª sessão do Comitê de Agricultura da FAO, em 1999, em que os países membros recomendaram à FAO desenvolver um programa multissetorial em apoio à AUP;

- A Declaração de Quito - Equador, assinada por 27 cidades latino-americanas, em 2000, em que se ressalta a importância da AUP e a necessidade de implementar políticas nessa área.

Ações federais

Muitos países do mundo incentivam e implementam projetos de AUP, como exemplo: Cuba, Costa Rica, Argentina, África, Canadá, Peru, Chile, Colômbia, Equador, México, Alemanha, Rússia e Portugal.

¹ É um programa que foi lançado pela FAO em 1994, depois da aprovação unânime pelo Conselho Executivo da FAO na sua 106ª sessão.

No Brasil, o governo federal, no âmbito do Programa Fome Zero e da criação do Ministério de Segurança Alimentar, agora em 2005, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dá um importante passo em direção a utilização da AUP como tema transversal no desenvolvimento de políticas públicas setoriais.

De acordo com informações extraídas de PROJETO FOME ZERO (2004c), o MDS conta com o apoio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República. Esta política é executada por intermédio da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e para a execução das ações o MDS oferece transferência voluntária de recursos não reembolsáveis a órgãos ou entidades da administração direta ou indireta dos governos estaduais, municipais ou do Distrito Federal interessados em implantar projetos de segurança alimentar e nutricional que tenham como objetivo apoiar, por exemplo, a implantação e ampliação de hortas, viveiros, lavouras e pomares comunitários e a compra direta local da agricultura familiar para a aquisição de produtos perecíveis e semi-perecíveis.

Uma referência direta à AUP é feita no PROJETO FOME ZERO (2001a), onde a conexão entre o abastecimento e a produção agroalimentar local é relacionada aos programas de abastecimento e programas voltados à promoção e apoio às hortas comunitárias, produzindo alimentos frescos de qualidade, gerando emprego e renda, além disso, permitindo a garantia de acesso direto aos produtos produzidos pelas populações.

Em 2004, o MDS firmou convênios com o Estado do Paraná e 18 municípios dos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo para apoiar o desenvolvimento de hortas comunitárias. Estão sendo repassados R\$ 2,6 milhões para a aquisição de equipamentos, adubos e sementes.

Outro importante passo foi dado com a publicação em janeiro de 2006 das portarias nº 003/2006 e nº 004/2006, que permitem a transferência de recursos federais através do INCRA à projetos de AUP em São Paulo.

Ações estaduais

Os governos do Piauí, do Pará e do Acre também possuem programas para agricultura urbana em seus municípios. Outras iniciativas políticas devem estar acontecendo

pelo Brasil, mas como o tema ainda não possui muita divulgação, é difícil encontrar o registro das mesmas.

Ações municipais

A agricultura urbana tem sido notada presente em vários municípios brasileiros. Muitas vezes em iniciativas individuais e isoladas, não descritas na literatura, ficando assim sem o devido registro. Verifica-se que nos últimos anos o assunto tem circulado nas rodas políticas e científicas e começam a surgir projetos e relatos sobre sua prática nos municípios brasileiros. (NOLASCO, 2004, p. 79).

Em alguns municípios brasileiros, leis e programas sobre agricultura urbana e peri-urbana já foram aprovados ou estão circulando pelas câmaras municipais. Como por exemplo: Caratingá-MG, Lima Duarte-MG, Sete Lagoas-MG, e Governador Valadares-MG, São Paulo-SP, Campinas-SP e Fortaleza-CE,

Em outros municípios o assunto já ganha destaque em seminários (envolvendo vários pesquisadores, técnicos de instituições de pesquisa e financiamento), lideranças comunitárias e projetos. Como por exemplo: Brasília - DF, Belo Horizonte - MG, Uberlândia - MG, Viçosa - MG, Curitiba - PR, Londrina - PR, Porto Alegre - RS, Curaçá - BA, Juiz de Fora - SP, Piracicaba - SP, Presidente Prudente - SP, Santo André - SP, Rio Branco - AM, Rio de Janeiro - RJ e Mauá - RJ.

A tabela 4 (**Anexo A**) apresenta essas experiências práticas e atuais da integração da agricultura urbana e peri-urbana no desenvolvimento da cidade e no uso de terra urbano no Brasil. É uma sistematização e resumo do que está disponível na literatura recente.

“Não tem importância que aqui algum dia vai se edificar, mas enquanto não se edifica, planta, mata a fome.” (Jacques Diouf, Diretor Geral da FAO, em visita à Campinas).

3. AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA

3.1. Definições Conceituais

Um campo ainda bastante difuso se refere à definição dos conceitos de agricultura urbana, agricultura peri-urbana e agricultura rural, e em que medidas estas podem ser consideradas categorias identificáveis em um lugar no qual a agricultura urbana se integra ao sistema econômico e ecológico urbano e ao mesmo tempo se inter-relaciona com as agriculturas peri-urbana e rural (ADAM, 1999; MOUGEOT, 2000).

Uma explicação para a dificuldade em ser concebida uma significação, pois, sobretudo nos grandes centros, o ambiente rural é percebido como um todo homogêneo e subdesenvolvido, refletindo informações distorcidas que não correspondem aos fatos. Adite-se a isso as definições apresentadas em dicionários, em que se concebe o rural usualmente a partir deste ângulo, tendo sinônimos depreciativos, como atrasado, rústico, rude ou agrário. (ALBUQUERQUE e PIMENTEL, 2004, p.177).

Atualmente vários pesquisadores do ramo das ciências sociais, dentre eles, GRAZIANO DA SILVA (2002), SANTOS (1978), VEIGA (2002) e WANDERLEY (2000), discorrem seus estudos sobre a questão urbano-rural, cada um dentro de abordagens teóricas diversificadas. Concordando que estes dois espaços não são mais dicotômicos por completo e sim interatuantes se inter-reagindo mutuamente e que devem ser avaliados de novas formas e aspectos fica claro o motivo pelo qual a definição dos conceitos de agricultura urbana, agricultura peri-urbana e agricultura rural, se encontram em construção.

Uma forma de esclarecer a conceituação da AUP e da agricultura rural pode ser relacionada às políticas implicitamente a elas relacionadas, quais sejam, políticas sociais e políticas econômicas, respectivamente.

Políticas Setoriais em AUP

De maneira geral a política pública é dividida em alguns setores seguindo critérios que direcionam ações específicas em determinadas áreas, assim em cada campo são eleitos processos de tomada de decisão para a execução de estratégias, programas e projetos específicos de atuação. É possível relacionar os campos da seguinte maneira:

- Política ambiental;
- Política social (saúde, educação, previdência, habitação, saneamento etc);
- Política econômica (fiscal, monetária, cambial etc.);
- Política agrícola (exportação, crédito, etc.);

Uma proposta para diferenciar a AUP da Agricultura Rural é através do tipo de política envolvido em seu desenvolvimento. Normalmente a AUP está relacionada à políticas sociais e em alguns casos à políticas ambientais. Já a Agricultura Rural relaciona-se fortemente à políticas econômicas e agrícolas. Este é um marco bastante importante, pois através dele os processos de tomada de decisão são diferenciados nos dois casos.

Ao adotar um enfoque social a política é centrada basicamente na qualidade de vida do cidadão, centrada num conjunto de diretrizes, orientações, critérios e delineamentos que conduzam à preservação e elevação do bem estar social, procurando que os benefícios do desenvolvimento alcancem todas as faixas da sociedade levando a uma maior equidade (GESTIOPOLIS, 2005).

Já foi dito anteriormente que as políticas de AUP devem ter claros seus objetivos específicos, sendo assim, as ações devem especificar em que tipo de políticas setoriais irão estar integradas, neste sentido BAKKER et al. (2000), relacionam algumas áreas: política de uso do solo urbano; segurança alimentar urbana; política de saúde; política ambiental e política de desenvolvimento social.

A clareza conceitual é especialmente importante já que o estudo da AUP está marcado pela diversidade de atores e a pluralidade de realidades envolvidas (MARTIN et al., 2004).

Por este motivo é que muitos autores nacionais e internacionais têm trabalhado com a definição da funcionalidade do espaço peri-urbano, dentre eles estão IAQUINTA e DRESCHER (2003) que criaram tipologias e características dos contextos peri-urbanos, entendendo que através destas tipologias podem ser traçadas estratégias de atuação voltadas para cada “tipo”. Estes autores relacionam as tipologias no tempo e espaço e as relações sociais e institucionais.

A definição da COAG/FAO² (1999) é muito difundida e discorre sobre o conceito de agricultura urbana e da sua diferenciação com a agricultura peri-urbana. No entanto, não auxilia no esgotamento da questão, pois é bastante inconsistente. Haja vista que define a agricultura urbana referindo-se a pequenas superfícies situadas dentro de uma cidade e destinadas à produção de cultivos e criação de pequenos animais para consumo próprio ou para a venda em mercados. E a agricultura peri-urbana é definida como unidades agrícolas periféricas às cidades, que exploram intensivamente as atividades agrícolas, sendo granjas comerciais ou semi-comerciais que cultivam hortaliças e produtos semi-processados, criam frangos e outros animais, e produzem leite e ovos. Ou seja, a diferença de conceito baseia-se apenas no espaço onde ocorre (dentro ou periférico à cidade).

Dependendo do país, periférico pode estar relacionado à áreas, ainda dentro do perímetro urbano, e próximas a este. Em outros países, periférico pode ser simplesmente uma área que não fica próxima ao centro da cidade. E há ainda o sentido de periférico associado à áreas fora do perímetro urbano, porém, próximas a este.

As definições mais usuais da agricultura urbana se baseiam nos seguintes determinantes:

Localização intra-urbana ou peri-urbana

Sem dúvida o elemento mais citado, porém também a maior fonte de conflito conceitual é o local onde a AUP é praticada. Poucos estudos realizam uma verdadeira diferenciação entre os locais intra-urbanos e os peri-urbanos, ou, se o fazem, usam critérios muito variados.

Alguns autores têm buscado traçar o limite externo da área peri-urbana, identificando, por exemplo, as zonas urbanas, suburbanas e peri-urbanas com relação à sua porcentagem de

² Comitê para Agricultura da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

edificações e à infra-estrutura viária e aos espaços abertos por quilômetros quadrados (LOSADA et al., 1998).

MOUSTIER (1998) usa a distância máxima entre o centro urbano e as áreas que podem abastecer, com bens perecíveis, a cidade, de modo cotidiano. Já LOURENÇO-LINDELL (1995) usa a área até a qual as pessoas que vivem dentro dos limites administrativos da cidade podem deslocar-se para se dedicarem a atividades agrícolas.

Há ainda autores que indiferentes às questões contemporâneas sobre as discussões a cerca da temática rural-urbano, continuam utilizando conceitos descontextualizados. Um exemplo é o do **Quadro 2** onde são descritas algumas características principais de comparação entre a agricultura rural, agricultura urbana e peri-urbana.

Quadro 2. Comparação entre as características da agricultura rural e urbana/peri-urbana.

CARACTERÍSTICAS	AGRICULTURA RURAL	AGRICULTURA URBANA/PERI-URBANA
Tipo de exploração agrícola	Convencional, normalmente extensiva	Diferente da convencional, móvel e transitória; parcialmente sobre a terra ou sem a posse da terra, normalmente intensiva
A agricultura como forma de vida	Agricultura é o principal modo de vida, participam de tempo integral	A agricultura é freqüentemente uma atividade secundária, envolvidos parcialmente
Identidade do agricultor	Usualmente já nascem agricultores	‘Principiantes’, agricultores de tempo parcial, em parte migrantes de zonas rurais, gente dedicada por passa-tempo
Perfil da comunidade	A maioria dos membros da comunidade participa na agricultura	A porcentagem de membros da comunidade que participa na agricultura é muito variável
Ponto de vista dos participantes a respeito da importância da agricultura	Geralmente a apóiam	Pontos de vistas diversos
Contexto político, social, econômico e cultural	Mais homogêneo	Mais heterogêneo
Uso da terra	Geralmente estável para agricultura	Competem no uso da terra (agrícola e não-agrícola)
Calendário de cultivos	Segundo a estação	Cultivos todo o ano
Segurança da disponibilidade de terra para cultivar	Relativamente alta	Relativamente baixa

CARACTERÍSTICAS	AGRICULTURA RURAL	AGRICULTURA URBANA/PERI-URBANA
Terrenos onde se produz	Próprios, de extensão média a grandes	Baldios, cedidos ou domicílio próprio
Custo de mão de obra	Relativamente baixo	Relativamente alto
Acesso a mercados/insumos	Geralmente longe dos mercados	Perto dos mercados, favorável para cultivos/produtos perecíveis
Destino dos produtos	Para exportação	Autoconsumo ou regional
Disponibilidade de serviços de investigação e extensão	Bastante prováveis	Pouco prováveis
Apoio político	Alta prioridade na agenda política	Misto, com frequência políticas vagas ou inexistentes
Intervenção municipal	Baixa ou nula	Alta

Fonte: Baseada em CAMPILAN et al. (2002) e TERRILE et al. (2000).

Como pôde se observar, algumas das características descritas, diferem das concepções teóricas correntes, por este motivo a discussão de algumas torna-se necessária, principalmente as que se referem à agricultura como forma de vida, identidade do agricultor, uso da terra e calendário de cultivos, que serão discutidas a seguir.

Agricultura como forma de vida

Neste trabalho a agricultura não será vista como única forma de vida para o homem do campo, haja vista a variedade de estudos atuais sobre a pluriatividade e as relações que se processam no ambiente agrário (CARNEIRO, 1999; GRAZIANO DA SILVA, 2002; VEIGA, 2002; WANDERLEY, 2000). Assim como, as indústrias, o comércio e o setor de serviços não serão vistos como a única forma de vida para o homem da cidade. Ou seja, neste entendimento tanto o produtor rural quanto o produtor urbano e peri-urbano, podem ou não se dedicar inteiramente às atividades agrícolas.

Identidade do agricultor

A modernização agrícola foi bastante perversa e seu lado mais conhecido foi a migração do homem do campo para a cidade, ou o empobrecimento gradativo do pequeno

produtor o que o obriga a abandonar e vender sua propriedade. Em conseguinte, atualmente, tem havido forte interesse econômico em torno de atividades agrícolas especializadas (produtos orgânicos, produtos hidropônicos, atividades de eco e agro-turismo, ou ainda de turismo cultural) que, cada vez mais, estão sendo encaradas como um negócio lucrativo. Assim, empresários, profissionais liberais e outros investidores com capital para investir adquirem estas propriedades rurais e levam adiante atividades direcionadas a nichos específicos de consumo, sem necessariamente ter um histórico familiar ligado à agricultura.

Uso da terra

Em relação ao uso da terra também há divergência, pois ultimamente na zona rural também há competição pelo uso do solo. A terra tanto pode ser usada para produção como para a especulação imobiliária e é comum a instalação de sítios de lazer e/ou de condomínios rurais. Nas cidades sem dúvida a competição aumenta, até porque normalmente o produtor urbano não é possuidor da área que cultiva o que o deixa à margem do interesse do proprietário da terra e da cessão por parte do poder público.

Calendário de cultivos

Atualmente com o uso de diferentes graus tecnológicos o calendário de cultivo não é mais decidido somente pela estação do ano, o produtor já pode programar seu plantio de acordo com o mercado, o seu interesse, a sua necessidade e até mesmo direcionando o tipo de produção de acordo com o custo-benefício. O que também ocorre com o produtor urbano, que planta o ano todo porque deste plantio ele retira o seu alimento e por vezes até um excedente, para troca ou venda e cultiva em pequenas áreas o que facilita a mudança de uma cultura para outra.

Apesar da existência de muitas diferenças e limitações implícitas a cada tipo de agricultura alguns pontos são necessariamente importantes para ambas, como o incentivo de pesquisas para o seu melhor desenvolvimento, o investimento governamental em qualificação dos produtores e aos profissionais da área, os cuidados sanitários na produção³ e o processamento.

³ Em relação a estes cuidados já existem bibliografias disponíveis e dentre elas os artigos de DUQUE (2003); EDWARDS (2001); FUREDY (2001); GAYNOR (2002); LOCK e ZEEUW (2002); PEDERSON e

3.2. Modalidades ou Tipologias

A AUP pode ser realizada de muitas maneiras, os tipos de atividades diversificadas (criação e cultivo ou processamento mínimo), produtos (de origem animal ou vegetal), localizações e técnicas diversificadas.

3.2.1. Tipos de atividade econômica

Normalmente as definições se referem à fase produtiva da agricultura, porém ultimamente também se incluem o processamento e a comercialização, assim como as interações entre todas essas fases.

Segundo MOUGEOT (2000), na agricultura urbana, a produção e a venda (inclusive o processamento) tendem a estar mais inter-relacionados no tempo e no espaço, graças à maior proximidade geográfica e ao fluxo de recursos mais rápido. As economias propiciadas pela concentração geográfica prevalecem sobre as propiciadas pela escala de produção, que não costuma ser grande.

3.2.2. Tipo de área

Há o critério da área com relação à residência do produtor (se dentro ou fora do lote onde ele reside); ou com relação ao desenvolvimento da área (se ela está construída ou baldia); ou com relação de domínio à modalidade do uso ou da posse (cessão, usufruto, arrendamento, compartilhado, autorizado mediante acordo pessoal ou não autorizado, ou transação comercial); ou com relação à categoria oficial do uso do solo da zona onde se pratica a agricultura urbana (residencial, industrial, institucional) (MOUGEOT, 2000).

3.2.3. Localização

Há também o critério com relação ao número de habitantes da área, a densidade mínima, os limites oficiais da cidade, utilizados por GUMBO e NDIRIPO (1996).

Segundo MAXWELL e ARMAR-KLEMESU (1998), um outro critério que pode ser utilizado, está relacionado aos limites municipais da cidade.

ROBERTSON (2002), apontando riscos que a AUP pode oferecer à saúde e ao meio ambiente se realizada de maneira inadequada

MBIBA (1994) utiliza o uso agrícola da terra zonificada para outra atividade; e a agricultura dentro da competência legal e regulamentar das autoridades urbanas é usada por ALDINGTON (1997).

3.2.4. Tipos de sistemas de produção

Em boletim divulgado pela SD/FAO (1998) pode ser encontrada a descrição de uma tipologia baseada em categorias de produtos criados ou cultivados, que exemplifica de forma resumida as modalidades de agricultura urbana e peri-urbana.

Quadro 3. Sistemas de produção na agricultura urbana e peri-urbana.

SISTEMAS	PRODUTOS	LOCALIZAÇÃO	TÉCNICAS
Aqüicultura	Peixes, frutos-do-mar, e algas marinhas	Lagos, riachos, estuários, lagunas e zonas pantanosas	Criação em gaiolas ou em viveiros
Horticultura	Agrícolas, frutos, flores e medicinais ⁴	Jardins, parques, espaços urbanos ⁵ , rurais e peri-urbanos	Cultivo protegido, hortas ⁶ , hidroponia ⁷ e canais de cultivo
Agrofloresta	Combustíveis, frutas e sementes, compostos e materiais para construção	Ruas, jardins, áreas de encostas, cinturões verdes, parques e zonas agrícolas	Arborização de ruas ⁸ , implantação de pomares
Criações	Leite, ovos, carne, estrume, peles e pêlos	Áreas de encostas e espaços peri-urbanos	Criação em confinamento
Diversificadas	Plantas ornamentais, flores e plantas exóticas	Serras e parques	Cultivo protegido, plantas envasadas e canteiros suspensos

Fonte: Traduzida de SD/FAO (1998).

3.2.4.1. Olericultura

Segundo LOPES (2004b), a olericultura⁹ é um ramo do sistema de produção denominado horticultura. Dentro deste sistema de produção inserem-se também outras

⁴ DIAS (2000).

⁵ BARRS (2002) e KORTRIGHT (2002).

⁶ BRICEÑO (2002).

⁷ ARRUDA e MARY (2003) e MARULANDA e IZQUIERDO (1998).

⁸ SANCHOTENE (2000).

⁹ Olericultura é o mesmo que falar sobre hortaliças, este é o nome técnico-científico utilizado pelos agrônomos e demais técnicos das ciências agrárias para definir a cultura de oleráceas ou hortaliças. As hortaliças, são

atividades, como, a fruticultura, a floricultura, a jardinocultura, as ervas medicinais, as ervas condimentares, a cogumelocultura e a viveiricultura.

Uma das técnicas de AUP mais difundidas no Brasil são as hortas, que fazem parte das atividades de olericultura.

As hortas podem ser realizadas de muitas maneiras e com objetivos diversos. Também são bastante diversas as motivações das ações que as desencadeiam. Desta forma podem ser classificadas:

Quanto ao tipo de exploração, segundo LOPES (2004a):

- Diversificada: localizada na periferia das cidades, plantio de grande número de espécies em pequenas áreas, venda no próprio local para pequenos varejistas, para consumidores e para consumo da família. Normalmente este tipo está relacionado ao cultivo em áreas peri-urbanas.

- Especializada: localizada longe dos centros urbanos, plantio de no máximo três espécies em extensas áreas, venda para atacadistas das CEASAS, plataformas de hipermercados ou fornecimento direto a supermercados. Normalmente este tipo está relacionado ao cultivo em áreas rurais.

- Agroindustrial: localizada longe dos centros urbanos ou próxima, desde que, atenda as necessidades da agroindústria, plantio de hortaliças de interesse da agroindústria, fornecer matéria prima para industrialização, a industrialização pode ser feita pelo próprio produtor, tendo por finalidade a agregação de valores, venda do produto final é feita tanto para o mercado interno, quanto para o externo. Normalmente este tipo está relacionado ao cultivo em áreas rurais.

- Social: semelhante à diversificada, cultivada e conduzida pela comunidade, hortaliças produzidas com requinte artesanal, preferência pelo sistema orgânico de produção, garantem a qualidade agregando valores, promove a geração de trabalho e renda em pequeno espaço de tempo, enriquece a alimentação da comunidade. Normalmente este tipo está relacionado ao cultivo em áreas urbanas.

comumente chamadas de “verduras e legumes”, esta denominação está erroneamente relacionada às suas partes comestíveis (LOPES, 2004a).

- Educacional: educativa e fascinante, excelente para o ensino de ciências, prende a atenção e o interesse dos alunos principalmente na prática, reforça a alimentação escolar. Normalmente este tipo está relacionado ao cultivo em áreas urbanas.

- Terapêutica: excelente para ser utilizada como terapia ocupacional de pessoas idosas, deficientes físicos e/ou mentais, pessoas em tratamento químico ou com pré-disposição ao acometimento de depressão. Normalmente este tipo está relacionado ao cultivo em áreas urbanas.

Quanto à iniciativa:

- Cultural: técnica já conhecida e vivenciada, praticada espontaneamente.
- Induzida: técnica ensinada, praticada a partir do estímulo de agentes externos (poder público, associações, ONG's e escolas).

Quanto ao local onde são praticadas:

- Residenciais;
- Institucionais: escolares, terapêuticas e/ou assistenciais.
- Comunitárias: em áreas públicas ou privadas emprestadas ou cedidas para este fim e comerciais.

Quanto ao tipo de gestão:

- Individuais/ Privadas: domésticas e comerciais.
- Coletivas: escolares, terapêuticas, comunitárias.

A seguir serão relacionados os conceitos, segundo LOPES (2004b) e os objetivos específicos, segundo ROESE (2004) das hortas institucionais e comunitárias.

Hortas escolares

É a horta cultivada pelos alunos, seus pais e professores. Pode ser utilizada para o reforço da alimentação escolar e para auxiliar nos fundamentos práticos de biologia, ecologia, técnicas agrícolas e educação alimentar, entre outras coisas. Os objetivos que normalmente estão relacionados a este tipo de horta são:

Produção de alimentos – incremento da quantidade e da qualidade de alimentos disponíveis para a merenda escolar;

Reciclagem de lixo - utilização de resíduos e rejeitos domésticos, diminuindo seu acúmulo, tanto na forma de composto orgânico para adubação, como na reutilização de embalagens para formação de mudas, ou de pneus, caixas, etc.;

Educação ambiental - os alunos envolvidos com a produção e com o consumo das plantas passam a deter maior conhecimento sobre o meio ambiente, aumentando a consciência da conservação ambiental;

Recreação e lazer - a horta pode ser usada como atividade recreativa e lúdica, sendo recomendada para desenvolver o espírito de equipes;

Desenvolvimento humano - aliada à educação ambiental e à recreação, ocorre melhoria da qualidade de vida;

Educação alimentar – com o estímulo ao consumo das hortaliças produzidas pelo próprio aluno na horta, há a garantia de uma alimentação sadia, rica em vitaminas e sais minerais, e de nutrientes indispensáveis a saúde, além de combater o desperdício dos alimentos.

Hortas terapêuticas ou ocupacionais

É a horta cultivada por idosos, doentes mentais, portadores de necessidades especiais, pacientes em tratamento químico e/ou psiquiátrico, e menores infratores. Pode ser utilizada como coadjuvante em tratamentos de reabilitação física, social e mental. Os objetivos que normalmente estão relacionados a este tipo de horta são:

Atividade ocupacional - proporciona ocupação de pessoas, evitando o ócio, prevenindo o desenvolvimento de estresse, contribuindo para a educação social, diminuindo a marginalização dessas pessoas na sociedade;

Tratamento fitoterápico - prevenção e combate a doenças através da utilização e aproveitamento de princípios ativos de plantas medicinais;

Valor estético - a utilização racional do espaço confere um excelente valor estético, trazendo bem estar e conforto ambiental, inclusive valorizando os lugares onde estão inseridas.

Hortas comunitárias

É a horta cultivada em conjunto por grupos de famílias ou pessoas de uma comunidade, através de cooperativas de produção, que ficarão responsáveis pelo gerenciamento da produção.

A gestão das hortas comunitárias incorpora a participação ativa da comunidade, responsável pela administração e manejo das mesmas, e, eventualmente, com o acompanhamento técnico e fiscalização do poder público.

Em geral, são instaladas em áreas urbanas ociosas (públicas e particulares), usadas para o cultivo de hortaliças, plantas medicinais, produção de mudas, leguminosas, frutas e outros alimentos e sua produção abastece famílias que moram perto destes terrenos. Os objetivos que normalmente estão relacionados a este tipo de horta são:

Utilização racional de espaços - melhor aproveitamento de espaços ociosos, evitando o acúmulo de lixo e entulhos ou o crescimento desordenado de plantas daninhas, onde poderiam abrigar-se insetos peçonhentos e pequenos animais prejudiciais à saúde humana;

Desenvolvimento local - valoriza a produção local de alimentos e outras plantas úteis, como medicinais e ornamentais, fortalecendo a cultura popular e criando oportunidades para o associativismo e além da formação de lideranças e trocas de experiências;

Segurança alimentar - favorece o controle total de todas as fases de produção, eliminando o risco de se consumir ou manter contato com plantas que possuam resíduos de defensivos agrícolas;

Formação de microclimas e manutenção da biodiversidade - através da construção de um quintal agroecológico, que favoreça a manutenção da biodiversidade, proporcionando sombreamento, odores agradáveis e contribuindo para a manutenção da umidade, etc., tornando o ambiente mais agradável e proporcionando, inclusive, qualidade de vida aos animais domésticos;

Escoamento de águas das chuvas e diminuição da temperatura - favorece a infiltração de água no solo, diminuindo o escoamento de água nas vias públicas, e contribuindo para diminuição da temperatura, devido à ampliação da área vegetada e respectiva diminuição de áreas construídas;

Diminuição da pobreza - através da produção de alimentos para consumo próprio ou comunitário (em associações, escolas, etc.), e eventual receita da venda dos excedentes;

Renda - possibilidade de produção em escala comercial, especializada ou diversificada, tornando-se uma opção para a geração de renda.

“Análise de política é descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz” (Thomas Dy).

4. O QUE É POLÍTICA PÚBLICA?

Entende-se por Políticas Públicas “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de uma determinada população, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (GUARESCHI et al., 2004).

Segundo DAGNINO (2004) uma forma de resumir as características do conceito de política é dada por três elementos:

- uma teia de decisões e ações que alocam (implementam) valores;
- uma instância que, uma vez articulada, vai conformando o contexto no qual uma sucessão de decisões futuras serão tomadas;
- algo que envolve uma teia de decisões ou desenvolvimento de ações no tempo, mais do que uma decisão única localizada no tempo.

4.1. O “Policy Cicle” e a AUP

O *Policy Cicle* é um modelo que busca descrever a política por processos que em cada momento vão se modificando e se inter-relacionando de forma dinâmica com os outros, conformando um ciclo. A maneira de compreender estaticamente estes processos, reduzindo-os a um encadeamento de fases, onde cada fase em determinado processo adquire maior destaque.

De acordo com FREY (2000), pode-se dividir este ciclo em quatro fases: 1) percepção, definição e introdução do problema na agenda política; 2) elaboração de programas e decisão; 3) implementação de políticas e 4) avaliação (e ajuste) de políticas.

1) Percepção, definição e introdução do problema na agenda política – “agenda setting”;

Segundo FREY (2000) um fato pode ser percebido como um problema político por grupos sociais isolados, como também por políticos, grupos de políticos ou pela administração

pública. No entanto, somente com a introdução deste problema na “agenda setting”, que é decidido se um tema efetivamente vai ser inserido na pauta política atual ou se o tema deve ser excluído ou adiado para uma data posterior e isso não obstante a sua relevância de ação.

Como foi dito anteriormente para que a temática da AUP seja incluída na agenda política é necessário que primeiro esta atividade seja percebida como uma forma de minimizar problemas sociais.

Ainda há um processo anterior a formulação, implementação e avaliação, que é a regularização destas atividades, através de leis e regulamentos aprovados pelo legislativo.

Alguns elementos são essenciais para a constituição de um programa de AUP, como exemplo: políticas de incentivo à AUP, acesso ao uso da terra urbana, manejo dos recursos hídricos, tecnologia apropriada, organização e capacitação dos beneficiários.

No entanto, o que fica mais evidente em relação à AUP é a importância de processos de gestão participativa a fim de facilitar e fortalecer o diálogo entre a administração municipal e os setores da sociedade civil para a definição e implementação de projetos, programas e políticas municipais deste tipo de agricultura (DUBBELING e SANTANDREU, 2003).

2) Elaboração (formulação, planejamento) de programas e decisão;

Segundo FREY (2000) na fase de elaboração é preciso escolher a forma mais apropriada entre as várias alternativas de ação. Normalmente precedem ao ato de decisão propriamente dito processos de conflito e de acordo envolvendo pelo menos os atores mais influentes na política e na administração.

Segundo COSTA e MARINHO (2003), quando um problema se torna foco de ação governamental, existem diferentes formas de pensar as soluções. Desta forma a implantação da política depende do modelo que foi adotado na sua formulação e há dois modelos básicos utilizados: o modelo incremental e o modelo racional.

O modelo incremental é descrito pelos autores como um:

[...] processo decisório que se caracteriza pela negociação, com ou sem a utilização de qualquer metodologia de apoio específica. Usualmente, ele se baseia no diálogo entre partidários de interesses e propostas para ação distintas, todos eles dispostos de informação e poder diferenciados. O resultado é um ajuste entre os participantes em que a situação-objetivo que se pretende viabilizar se aproxima de um "consenso". [...] A adoção deste modelo frequentemente conduz a situações de não-tomada de decisão, que favorecem os atores sociais com maior poder, e não se concretizam em uma proposta explícita. (COSTA e MARINHO, 2003, p.45).

Já o modelo racional:

[...] requer uma minuciosa definição dos interesses, valores e objetivos de cada um dos atores envolvidos e detalhamento dos cursos de ação definidos. O plano funciona, então, como uma instância que, se levada a efeito de forma completa, obriga à explicitação de conflitos encobertos e latentes. [...] Neste caso, existe um elemento concreto o plano, projeto, programa ou proposta que explicita o que foi decidido. (COSTA e MARINHO, 2003, p.45).

Também existe uma terceira modalidade, que compõe as duas primeiras, denominada “*Mixed-Scanning*”. Que Etzioni (citado por DAGNINO, 2004) sugere, que distingue as situações que envolvem grandes decisões (estruturantes, que estabelecem os rumos básicos das políticas públicas) que devem ser analisadas de uma maneira mais cuidadosa, próxima à proposta pelo modelo racional, e as decisões próximas ao modelo incremental, decorrentes destas.

E neste momento fica ainda mais evidente a importância de que estes planejadores tenham em mãos o maior e melhor número de informações possíveis para que possam ser formuladas políticas adequadas e direcionadas localmente. Este planejamento local não só identifica a solução de problemas e necessidades locais, como também, fortalece as capacidades das comunidades envolvidas. A definição adequada e a adaptação de estratégias de ação e planejamento formal é frequentemente, a etapa mais difícil do processo.

O **Quadro 4** procura resumir as diferenças entre duas concepções distintas de formulação de políticas públicas.

Quadro 4. Características de processos de gestão de políticas públicas.

CARACTERÍSTICA	“DE CIMA PARA BAIXO”	“DE BAIXO PARA CIMA”
• Princípio	• Centralização/rigidez	• Descentralização/flexibilidade
• Planejamento	• Ênfase nos controles	• Ênfase na negociação
• Metas	• Pré-estabelecidas	• Reformuladas passo-a-passo
• Processo	• Burocrático, sem estímulo à participação	• Construído socialmente através do estímulo à participação
• Instrumento	• “Pacotes” prontos	• Mobilização de experiências e do conhecimento local
• Método de decisão	• Autoritário, atores principais são externos	• “Orquestração” de interesses com participação relevante dos atores internos
• Relação com o Estado	• Mantém o clientelismo e a cultura paternalista	• Aumenta o compromisso das comunidades locais para a realização e acompanhamento das ações propostas.
• Implementação	• Ações essencialmente setoriais (agrícola)	• Favorece ações inter-setoriais
• Relação com o poder local	• Contraditório e excludente	• Colaboração obrigada, parceria
• Meio ambiente	• Restrições de caráter punitivo	• Ação educacional, viabilidade local

Fonte: CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA (2000).

Observa-se na formulação de projetos e políticas de AUP de maneira geral uma tendência à utilização da gestão “de baixo para cima”, no entanto, utilizando como exemplo o PHC isso não se confirma, pois primeiro foi criada a lei e a regulamentação pelos gestores públicos, depois foi elaborado o projeto que seria o modelo para todas as hortas e por último foi estabelecido contato com os grupos interessados em adotar o “pacote” elaborado.

3) Implementação de políticas;

No que tange à análise dos processos de implementação, podemos discernir as abordagens, cujo objetivo principal é a análise da qualidade material e técnica de projetos ou programas, daquelas cuja análise é direcionada para as estruturas político-administrativas e a atuação dos atores envolvidos. No primeiro caso, tem-se em vista, antes de mais nada, o conteúdo dos programas e planos [...] No segundo caso, o que está em primeiro plano é o

processo de implementação, isto é, a descrição do “como” e da explicação do “porquê”. (FREY, 2000, p.228).

De acordo com COSTA e MARINHO (2003), a implementação de políticas que sigam o modelo incremental não promove nenhuma confusão, na medida em que não existe um elemento concreto como um plano que explicita o acordo alcançado e fixe uma situação objetiva a perseguir. Ainda segundo estes dois autores no modelo racional é possível fazer um acompanhamento mais abrangente das ações, com uma avaliação permanente do cumprimento das metas, prazos, eficiência e eficácia.

Ainda um outro aspecto relevante para a implementação de projetos, diz respeito a participação dos beneficiários na sua gestão, em relação a isso, GANDIN (2004) relaciona três níveis de participação. Quais sejam:

Nível de colaboração – onde um agente externo, chama as pessoas para trazerem suas contribuições para o alcance de um objetivo previamente estipulado, o que faz com que as pessoas trabalhem e se esforcem, sem discutir quais benefícios advirão deste trabalho.

Nível de decisão – vai além da colaboração e tem aparência democrática mais acentuada, mas em geral são decididos aspectos menores, desconectados da proposta mais ampla, e a decisão se realiza como escolhas entre alternativas já traçadas, sem afetar o que realmente importa.

Nível de construção em conjunto – Embora na prática seja pouco comum, a construção em conjunto acontece quando o poder de decisão está com as pessoas, independentemente das diferenças menores e fundamentado na igualdade real entre elas.

Em relação a implementação de políticas é importante saber como se dará a gestão deste processo.

Através da literatura relacionada às experiências de AUP no mundo e no Brasil, nota-se uma forte tendência de construção de projetos de AUP baseados na valorização do diálogo entre atores e instituições locais. . No entanto, as dificuldades para a organização de pessoas com interesses afins e para a prática participativa ainda se constituem em uma grande barreira ao exercício da democracia em nosso país. As estratégias para que haja envolvimento dos atores sociais na elaboração e implementação do planejamento local têm que estar

sintonizadas com as condições específicas da região considerada, Volker (citado por CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000).

BAKKER et al. (2000) citam elementos que podem promover a AUP e que devem ser redefinidos de acordo com a realidade local. Como exemplo o acesso aos recursos de terra e água através de eliminação de restrições legais. Outro exemplo é o acesso dos agricultores urbanos a estudos sobre agricultura, à assistência técnica e aos serviços de crédito. Mais um exemplo é a adequação das atividades de AUP ao zoneamento urbano.

4) Avaliação (e ajuste) de políticas;

A avaliação ou controle de impacto pode, no caso de os objetivos do programa terem sido alcançados, levar ou à suspensão ou ao fim do ciclo político, ou, caso contrário, à iniciação de um novo ciclo, ou seja, a uma nova fase de percepção e definição e à elaboração de um novo programa político ou à modificação do programa anterior. (FREY, 2000, p.229).

Segundo os autores COSTA e MARINHO (2003), no modelo incremental a avaliação fica restrita à verificação de eventuais impactos da política. No caso do modelo racional é possível fazer um acompanhamento mais abrangente das ações, com uma avaliação permanente do cumprimento das metas, prazos, eficiência¹⁰ e eficácia¹¹.

A maioria dos estudos sobre políticas de AUP é descritiva e se baseia em entrevistas. Isto é especialmente comum nos estudos sobre monitoramento e avaliação (M&A) que utilizam um enfoque mais convencional. Desta forma, os estudos de caso disponíveis demonstram que parece haver uma necessidade de novos métodos de M&A ou de procedimentos no contexto da AUP. Por outro lado, existe a evidência de que a situação urbana necessita enfoques mais flexíveis, dinâmicos e participativos, especialmente quando a intervenção de investigação e desenvolvimento interessa ou afeta diferentes grupos de atores (CAMPILAN et al, 2002).

¹⁰ Termo originado nas Ciências Econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa.

¹¹ Medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas.

4.2. A Ciência Política e a Análise de Políticas Públicas

Segundo FREY (2000), na ciência política, distinguem-se três abordagens de acordo com os problemas de investigação levantados, sendo elas: 1ª - o questionamento clássico da ciência política que se refere ao sistema político como tal e pergunta pela ordem política certa ou verdadeira; 2ª - o questionamento político, propriamente dito, que se refere à análise das forças políticas cruciais no processo decisório; e 3ª - as investigações voltadas aos resultados que um dado sistema político vem produzindo.

Esta última abordagem tem sido chamada de análise de políticas e ganhou maior expressão nos anos 70, principalmente nos Estados Unidos onde é produzida a maior parte da literatura disponível, resultante de um contexto de transição política, redução de gastos e aumento do controle social sobre os gastos públicos e a forma de utilização de recursos. Assim é possível encontrar estudos com diversos referenciais do instrumental clássico da pesquisa social, da administração, da sociologia das organizações, da ciência política e da economia (ALMEIDA, 2003).

4.2.1. Objetivos da análise de políticas públicas

COSTA e MARINHO (2003) destacam que a análise de políticas públicas pode ter dois objetivos: **desenvolver conhecimentos** sobre a elaboração de políticas em si, estudos políticos, conhecimento de política, revelando, portanto uma orientação predominantemente descritiva; e **apoiar os formuladores de política**, agregando conhecimento ao processo de planejamento, envolvendo-se diretamente na tomada de decisões, revelando, assim, um caráter mais prescritivo ou propositivo. DAGNINO (2004) expande esta divisão em mais sete modelos expressos no **Quadro 5**, de acordo com suas características gerais.

Quadro 5. Modelos de análise política.

TIPOS	CARACTERÍSTICAS
Estudo de conteúdo das políticas	Os analistas procuram descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento de políticas, isto é, determinar como elas surgiram, como foram implementadas e quais os seus resultados;
Estudo da elaboração das políticas	Os analistas dirigem para estágios por que passam questões e avaliam a influência de diferentes fatores, sobretudo na formulação das políticas;
Estudo do resultado das políticas	Procura explicar como os gastos e serviços variam em

TIPOS	CARACTERÍSTICAS
	diferentes áreas razão porque tomam as políticas como variáveis dependentes e tentam compreendê-las em termos de fatores sociais, econômicos, tecnológicos e outros;
Avaliação de políticas	Procura identificar o impacto que as políticas têm sobre o contexto sócio-econômico, o ambiente político, a população;
Informação para elaboração de políticas	O governo e os analistas acadêmicos organizam os dados, para auxiliar a elaboração de políticas e a tomada de decisões;
Defesa do processo de elaboração de políticas	Os analistas procuram melhorar os processos de elaboração de políticas a máquina de governo, mediante realocação de funções, tarefas e enfoques para avaliação de opções;
Defesa de políticas	Atividade exercida de grupos de pressão defendendo idéias ou opções específicas no processo de elaboração de políticas.

Fonte: Extraído de GAPI – UNICAMP (2004).

As preocupações que orientam este trabalho estão voltadas basicamente à organização de informações para elaboração de políticas, neste caso, através da análise do Programa de Hortas Comunitárias de Campinas, uma vez que será possível organizar dados e informações para propor a elaboração de novas políticas de AUP direcionadas para a realidade da cidade.

Nas análises sobre as políticas públicas (sejam elas sociais, econômicas, fiscais etc), é necessário considerar que as mesmas são determinadas por uma forma de organização da administração pública que condiciona e regula os processos de formulação, implementação e avaliação (GAETANI, 1997).

Segundo Aguilar e Ander-Egg (citados por LEITE, 2005), um dos principais objetivos da análise de políticas é determinar as razões dos êxitos e fracassos. Para os autores, uma pesquisa avaliativa não pode limitar-se a estabelecer quais foram os êxitos ou fracassos de um programa, deve tratar de averiguar porque certas conquistas foram atingidas e porque ocorreram determinados fracassos. Os autores destacam quatro aspectos:

- **Disposições legais:** trata-se de leis, decretos, regulamentos, estatutos, etc. que podem colocar obstáculos burocráticos ou facilitar e promover a realização do programa.

- **Vontade política:** para que um programa tenha validade e operacionalidade, deve contar com o apoio político da instituição que o promove.

- **Disponibilidade financeira:** trata-se de analisar os meios financeiros que estão efetivamente disponíveis ao programa quando for necessário.

- **Condições sociais e econômicas:** condições estruturais ou conjunturais que influenciam na execução do programa.

“Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas” (Nietzsche).

5. CAMPINAS E A POLÍTICA DE AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA

Segundo TUBINO (2004), as políticas de AUP são, em geral, de abrangência nacional ou estadual, mas não existe nenhum impedimento para que seja formulada a nível municipal. Assim, caberia às instâncias nacional ou estadual a formulação de diretrizes, o fomento da proposta e a disponibilização de recursos humanos e financeiros, ficando a implementação sob responsabilidade do município. No caso de Campinas, ocorreu de maneira diferente, as políticas de AUP foram formuladas e implementadas a nível municipal.

O Programa de Hortas Comunitárias (PHC) (**Anexo B**) foi aprovado em 10 de dezembro de 1997 da Lei nº 9.549, (CAMPINAS, 2003a) e naquele momento tinha como objetivos principais: aproveitar mão-de-obra desempregada; proporcionar terapia ocupacional para portadores de deficiência e homens e mulheres da terceira idade; aproveitar áreas devolutas; e manter terrenos limpos e utilizados. A implantação das hortas comunitárias poderia se dar: em áreas públicas municipais; em áreas declaradas de utilidade pública e ainda não utilizadas; em terrenos ou glebas particulares; ou em faixas de servidão de passagem aérea da CPFL. Apesar de ter sido criada e aprovada a lei não entrou em vigor por falta de regulamentação e de equipe que fizesse o gerenciamento das atividades.

Numa mesma linha temática também foi criado o Programa de Viveiros de Mudanças em Escolas do município através da Lei nº 11.396 de 23 de outubro de 2002 (CAMPINAS, 2004), **Anexo C**, que tinha como objetivos principais: promover a educação e a preservação ambiental, o fornecimento de mudas às escolas municipais e às comunidades locais, a ampliação da arborização em áreas públicas e privadas nos bairros e o desenvolvimento de habilidades e aptidões dos estudantes. Porém, esta lei não entrou em vigor devido aos vetos sofridos que afetaram diretamente na possibilidade de sua execução.

O envolvimento de Campinas no Projeto Fome Zero estimulou o executivo a promover o Programa de Hortas Comunitárias (PHC) isso ocorreu quando em 11 de abril de 2003 foi publicado o Decreto nº 14.288 (CAMPINAS, 2003b), **Anexo D**, regulamentador da lei de criação do PHC.

Em função da publicação do decreto foi criada a Comissão Gestora do Programa de Hortas Comunitárias de Campinas (CGPHC), para a definição das políticas públicas de gestão,

assessoramento, orientação e aprovação da necessária distribuição de água, sementes e outros implementos agrícolas com recursos oriundos de convênios firmados pela municipalidade, pré-ordenados à implantação de políticas de abastecimento e segurança alimentar.

Para tanto foram considerados três aspectos:

1) A necessidade de aproveitar a mão-de-obra desempregada da cidade, com especial atenção para idosos e deficientes; para que se mantenham limpas e utilizadas áreas ociosas ou não-aproveitadas, como logradouros e praças não afetadas ao uso comum do povo e demais bens dominicais;

2) A criação do GDR - Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar, vinculado ao gabinete do prefeito e sediado na CEASA/Campinas, com a finalidade de desenvolver programas municipais ligados ao planejamento da agricultura sustentável e à segurança alimentar, de modo a integrar as atividades agro-alimentares na vida da Cidade;

3) A criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDET, legalmente constituída para a implementação de programas de geração de emprego e renda, e gerenciadora do PHC.

No governo atual o PHC passou a ser gerenciado pela Secretaria Municipal da Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social, no entanto esta decisão não está expressa em termos legais.

As hortas atendidas pelo Programa a partir dos primeiros projetos implantados em julho de 2004 até novembro de 2005 estão relacionadas abaixo (LOPES, 2005):

Horta Escola, instalada no Complexo da E.T.E. Vó Pureza localizada no Jardim São Marcos. Terreno de propriedade da SANASA. Trata-se de horta com a finalidade de realizar aulas práticas aos alunos do Curso de Olericultura. A referida horta encontra-se em atividade sendo mantida pela SANASA através do trabalho dos estagiários da APAE.

Horta Institucional Terapêutica - Projeto “Reinserção Social” – Um Resgate à Dignidade e Cidadania Instalada na Unicamp – Convênio UNICAMP/ABTCP e Petrobrás. Terreno de propriedade da UNICAMP. Os trabalhos são realizados pelos pacientes portadores de HIV.

Horta Institucional Ocupacional - FEBEM – Internato Jequitibá – Rua José Perina nº 30 – Vila Formosa – Horta em formação. Terreno de propriedade do Estado de São Paulo. Os trabalhos são realizados pelos alunos do Internato.

Horta Institucional Ocupacional - APAE – Rua Amilar Alves nº 537 – no Instituto dos Cegos. Terreno de propriedade do Instituto dos Cegos. Esta horta encontra-se em fase normal de plantio, produção e colheita. Podendo ser considerada uma “horta modelo”. Os trabalhos são realizados pelos alunos da APAE.

Horta Comunitária - Paróquia Jesus Cristo Libertador, situado na Praça 03 – Jardim Liliza, na região do Campo Grande. Terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Campinas.

Horta Institucional - Creche Estrelinha do Oriente, situada à Av. Pastor João Prata Vieira, nº 31 – Jardim Santo Antônio – Região dos DICs – é uma parceria com a APAS – Associação Paulista dos Supermercados. – Terreno de propriedade da Creche (ONG). É a horta mais recente encontra-se em fase de desenvolvimento. Podendo ser considerada uma “horta modelo”. Cabe ressaltar que a aquisição de todos os insumos e materiais foram fornecidos pela APAS e as mudas e a assistência técnica estão sendo fornecidas pelo GDR/CEASA.

Horta Institucional Escolar – EMEI Hilton Federici, Rua Frederico Marcondes Machado, nº 35, na Vila 31 de março – Horta Educativa. Terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Campinas.

Horta Institucional Terapêutica – Centro de Saúde Prefeito Antônio da Costa Santos – Rua Silvino de Godoy, nº 40 Jardim Conceição. – Terapia com Alcoólatras. Terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Campinas.

Horta Institucional Escolar - CEMEI Cristiano Osório de Oliveira – Rua Marechal Hermes da Fonseca nº 146 – Jardim Independência – Barão Geraldo – Horta Educativa. Terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Campinas.

Horta Institucional Escolar - EE Castinauta C.B. Mendes Albuquerque, Rua O. Oliveira, s/n – Jardim Campineiro – Horta Educativa. Terreno de propriedade do Estado de São Paulo.

Horta Institucional Escolar - CEMEI Cristiano Osório de Oliveira. Rua Mal. Hermes da Fonseca, nº 146. Bairro Barão Geraldo. Região Norte do município – Horta Educativa. Terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Campinas.

Horta Institucional Escolar - EE Dora Maria Maciel C. Kansa Profª. Avenida 1, s/n. Bairro Village Campinas. Região Norte do município – Horta Educativa. Terreno de propriedade do Estado de São Paulo.

Nesta dissertação serão estudadas algumas hortas institucionais (escolares e terapêuticas) e comunitárias do município de Campinas.

Os critérios para a escolha destas hortas foram:

- Facilidade de acesso através de ônibus urbano;
- Hortas em fase de produção no ano de 2005;
- Abertura facilitada pelos coordenadores e beneficiários dos projetos;
- No caso da Vila Brandina, um contraponto, pois não faz parte do PHC;
- Decisão de mostrar dois exemplos de cada modelo de horta (2 escolares, 2 terapêuticas e 2 comunitárias).

A pesquisa foi realizada na Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), situada em Campinas – SP. A região está situada na latitude 22° 47' S e longitude 45° 47' W, apresenta altitude média de 678 metros acima do nível do mar. O mapa da **Figura 1** foi extraído da SEPLAMA–EPC (2005) e modificado acrescentando-se a localização espacial das hortas que serão estudadas e respectivos bairros em que estão inseridas.

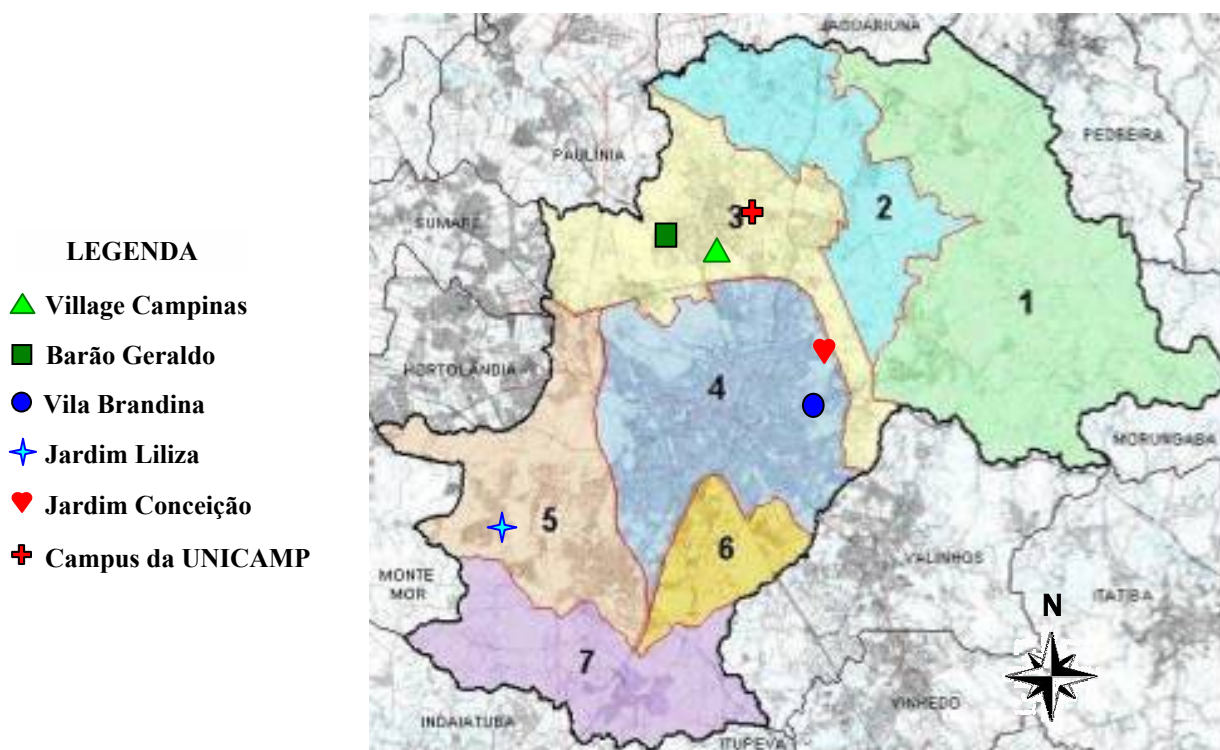


Figura 1. Localização das hortas institucionais e comunitárias em Campinas.

Para a estruturação urbana e o ordenamento territorial, o município de Campinas está dividido em sete macrozonas e a finalidade é definir as orientações estratégicas de planejamento do crescimento e das políticas públicas, programas e projetos em áreas diferenciadas do território municipal, visando o equacionamento de sua problemática ambiental, urbanística e sócio-econômica (CAMPINAS, 1996).

Na **Figura 1** é possível observar esta divisão através da mudança de cor e dos números em cada macrozona, assim:

- Verde claro a MACROZONA 1 - Área de Proteção Ambiental – APA;
- Azul piscina a MACROZONA 2 - Área com Restrição à Urbanização – ARU;
- Amarelo claro a MACROZONA 3 - Área de Urbanização Controlada Norte - AUC-N;
- Azul a MACROZONA 4 - Área de Urbanização Consolidada – ACON;
- Laranja a MACROZONA 5 - Área de Recuperação Urbana – AREC;
- Amarelo ouro a MACROZONA 6 - Área de Urbanização Controlada Sul -AUC-S;
- Lilás a MACROZONA 7 - Área Imprópria à Urbanização – AIU.

5.1. Caracterização Geral das Regiões das Hortas Estudadas

MACROZONA 3 (Área de Urbanização Controlada Norte - AUC-N) esta área apresenta dinâmicas distintas de urbanização, as quais necessitam ser orientadas e controladas para evitar processo de ocupação desordenado. Compreende as regiões de Barão Geraldo, Santa Mônica/ São Marcos/ Campineiro/ Amarais e o corredor da Rodovia D. Pedro I, incluindo a região do entorno do Condomínio Sítios Alto da Nova Campinas (CAMPINAS, 1996).

Nesta macrozona encontram-se três hortas estudadas, sendo 2 escolares (no Centro de Barão Geraldo e no Village Campinas) e 1 terapêutica (no Campus da Cidade Universitária “Zeferino Vaz”).

CENTRO DE BARÃO GERALDO

Localiza-se no limite norte da cidade de Campinas. Compreende a faixa que fica ao norte da Rodovia D. Pedro, começando na divisa com o Ceasa, até a Rodovia Campinas-Mogi Mirim e ao norte até a divisa com Jaguariúna, que é o Rio Atibaia. Abrange cerca de 74 bairros (incluídos chácaras, fazendas e condomínios) e uma população fixa de 45.000 habitantes. Tem uma população móvel de 20.000 pessoas, principalmente devido à Unicamp e Puc-Campinas, que se localizam no distrito (RIBEIRO, 2000).

VILLAGE CAMPINAS

Segundo material extraído do relatório final do PROJETO ANHUMAS¹² (2005) em relação à vulnerabilidade social o bairro apresenta ocorrência de precariedade nas condições do sistema viário e de trafegabilidade para veículos e pedestres; há a utilização de baias de equinos para moradia, por população carente em condições precárias de saúde e segurança; e subdivisão informal de lotes para moradia, provocando maior adensamento (em

¹² Projeto desenvolvido na bacia do ribeirão das Anhumas por uma equipe multidisciplinar com metodologia de pesquisa participativa, este estudo procurou nortear a coleta de dados e a relação com os atores participantes: o ‘corpo técnico’ (IAC, UNICAMP), o poder público (PMC) e a população envolvida.

descumprimento aos parâmetros do Plano Local de Gestão Urbana) desconsiderando as condições de infra-estrutura urbana e ambiental.

Em relação ao solo, agricultura e mineração há a falta de rede de esgoto, existência de fossas sépticas em área com utilização de agrotóxicos em sítios de flores.

Em relação aos riscos relacionados à água há o registro de poços rasos em aglomerados de sub-habitação; aglomerados habitacionais irregulares e contaminação de poços por esgotos a céu-aberto.

CAMPUS DA CIDADE UNIVERSITÁRIA “ZEFERINO VAZ”

Segundo no relatório final do PROJETO ANHUMAS (2005) em relação aos resíduos sólidos e contaminação há o registro de produção e acúmulo (passivo) de resíduos sólidos e líquidos (efluentes), biológicos, químicos e radioativos de serviços de saúde e institutos de pesquisa; entulhos de construção civil e de podas de vegetação.

Em relação à vegetação e animais há o registro da presença de área com infestação de carrapato estrela e ocorrência de morcegos positivos para raiva. Em relação aos riscos relacionados à água, há o registro de poluição da lagoa (açude) da Unicamp e no Parque Ecológico Hermógenes de Freitas Leitão Filho (dois pontos de lançamento de esgoto).

MACROZONA 4 (Área de Urbanização Consolidada – ACON) esta é uma área urbana mais intensamente ocupada, onde se fazem necessárias: a otimização e racionalização da infra-estrutura existente, através do controle do adensamento, notadamente nas áreas que já apresentam problemas de saturação; o incentivo à mescla de atividades e à consolidação de sub-centros; e atividades geradoras de empregos fora da área central. Compreende as regiões da Faz. Chapadão e Santa Elisa, Costa e Silva/ Primavera/ Pq. Taquaral, Mansões de Santo Antônio/ Santa Cândida, São Quirino, Área da Feac/ Faz. São Quirino, Boa Vista/ Via Norte, Jd. Eulina/ Chapadão/ Vila Nova, Taquaral/ N. S. Auxiliadora, Jd. Garcia/ Campos Eliseos/ Santa Lucia/ Maria Rosa, Jd. Aurélia, Vila Teixeira/ Pq. Italia/ V. Industrial/ São Bernardo, Centro/ Cambuí/ Bosque/ Guanabara, Vila Brandina/ N. Campinas/ Bairro das Palmeiras/ Pq. Ecológico, Vila Pompéia/ Jd. do Lago, Proença/ Ponte Preta/ N. Europa/ Swift/ São Fernando, Esmeraldina/ São Vicente (CAMPINAS, 1996).

Nesta macrozona encontram-se duas hortas estudadas, sendo 1 comunitária (no bairro Vila Brandina) e 1 terapêutica (no bairro Jardim Conceição).

VILA BRANDINA

No relatório final do PROJETO ANHUMAS (2005) há a afirmação em relação às condições sócio-ambientais, que esta área encontra-se totalmente degradada, rodeada de uma vizinhança pobre sem nenhum vínculo com a área e uma vizinhança rica sem tranquilidade, presença de terrenos baldios usados para despejo de entulhos e uso de drogas.

Esse bairro concentra alto índice de violência que ocorre no dia a dia de pessoas moradoras envolvidas com a criminalidade e um número significativo de jovens envolvidos com o uso e o tráfico de drogas ilícitas.

JARDIM CONCEIÇÃO

O bairro Jardim Conceição está em situação mediana (2,5) em relação ao ICV (Índice de Condição de Vida), é um índice composto por 8 indicadores, dispostos no **Quadro 6**. Todos os indicadores foram classificados de forma a agrupar as áreas de abrangência em três classes. Foram atribuídas notas de 1 a 3 para cada uma das classes, quanto maior a nota pior a situação da classe. A partir daí as áreas de abrangência foram ordenadas segundo a média das notas atribuídas a cada indicador.

Quadro 6. Indicadores e Nota do Índice de Condição de Vida no Jardim Conceição.

INDICADORES	NOTA
Proporção de população moradora em sub-habitação em 1999	2
Proporção de chefes de família sem ou com menos de 1 ano de instrução em 1996	3
Taxa de crescimento anual de 1991 a 1996	3
Proporção média de mães com menos de 20 anos de idade de 1998 a 2000	2
Coefficiente médio de mortalidade infantil de 1998 a 2000	2

INDICADORES	NOTA
Coefficiente médio de mortalidade por homicídio de 1998 a 2000	2
Incidência média de desnutrição entre os menores de 5 anos de 1996 a 2000	3
Incidência média de tuberculose de 1996 a 2000	3

Fonte: **Índice de Condição de Vida**. Secretaria Municipal de Saúde. Coordenadoria de Vigilância e Saúde Ambiental. Campinas, setembro de 2001.

MACROZONA 5 (Área de Recuperação Urbana – AREC) esta área compreende a zona oeste do município e apresenta-se intensamente degradada do ponto de vista ambiental, concentrando população de baixa renda, com carência de infra-estrutura, equipamentos urbanos e atividades terciárias. Necessita de definição de políticas que priorizem investimentos públicos visando sua requalificação urbana. Compreende as regiões da Região de Aparecida e Santa Bárbara, Região do Campo Grande / Florence, Região do Ouro Verde/ Mauro Marcondes/ Dic's Cohab, parte da Distrito Industrial (CAMPINAS, 1996).

Nesta macrozona encontra-se 1 horta comunitária, no bairro Jardim Liliza.

JARDIM LILIZA

O bairro Jardim Liliza, que faz parte da Região do Campo Grande/Florence e localiza-se na região Noroeste de Campinas, onde predomina a violência devido ao narcotráfico.

Este é o bairro que está em pior situação (1,1) em relação ao ICV (Índice de Condição de Vida), é um índice composto por 8 indicadores, dispostos no **Quadro 7**. Todos os indicadores foram classificados de forma a agrupar as áreas de abrangência em três classes. Foram atribuídas notas de 1 a 3 para cada uma das classes, quanto maior a nota pior a situação da classe. A partir daí as áreas de abrangência foram ordenadas segundo a média das notas atribuídas a cada indicador (CAMPINAS, 2001).

Quadro 7. Indicadores e Nota do Índice de Condição de Vida no Jardim Liliza.

INDICADORES	NOTA
Proporção de população moradora em sub-habitação em 1999	1
Proporção de chefes de família sem ou com menos de 1 ano de instrução em 1996	1
Taxa de crescimento anual de 1991 a 1996	1
Proporção média de mães com menos de 20 anos de idade de 1998 a 2000	1
Coefficiente médio de mortalidade infantil de 1998 a 2000	1
Coefficiente médio de mortalidade por homicídio de 1998 a 2000	2
Incidência média de desnutrição entre os menores de 5 anos de 1996 a 2000	1
Incidência média de tuberculose de 1996 a 2000	1

Fonte: **Índice de Condição de Vida**. Secretaria Municipal de Saúde. Coordenadoria de Vigilância e Saúde Ambiental. Campinas, setembro de 2001.

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada, caminhando e semeando, no fim terás o que colher” (Cora Coralina).

6. METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo geral desta dissertação, qual seja analisar o Programa de Hortas Comunitárias de Campinas, de forma a subsidiar uma nova formulação das políticas públicas de AUP no município a metodologia foi dividida em duas etapas: de obtenção dos dados (fase exploratória, dados primários e secundários) e de análise dos dados.

6.1. Obtenção dos Dados

6.1.1. Fase exploratória

Na fase exploratória buscou-se caracterizar o objeto como apresentado no capítulo anterior. Além disso, buscou-se identificar documentos disponíveis e pessoas envolvidas com o PHC e com os projetos de hortas coletivas.

Ocorreu entre os meses de novembro de 2004 e janeiro de 2005, através do contato com algumas instituições que atuam na cidade de Campinas, como, o GDR, uma ONG, e a UNICAMP. Também foram contatadas as administrações regionais da cidade, as subprefeituras e pessoas que desenvolvessem algum tipo de atividade de AUP. O objetivo deste contato preliminar foi à aproximação com estes informantes chaves, delimitando o objeto de estudo e percebendo as suas reais dimensões que pudessem facilitar na definição do universo de pessoas envolvidas e em que regiões se encontravam. Porém, por se tratar de um período de transição política, nem todas as organizações contatadas puderam auxiliar com informações sobre o PHC ou outras atividades de AUP no município.

Após estes contatos foram identificados alguns atores, que foram chamados “informantes chaves”. Esta denominação é dada em função da sua participação efetiva no contexto da AUP na cidade e através deles é que se pôde delimitar mais substancialmente a área estudada, assim como, elaborar com maior precisão os temas a serem estudados e adequar o formulário que foi utilizado na pesquisa de campo.

Para tanto, foram realizadas entrevistas guiadas utilizando um roteiro geral que está descrito no **Apêndice A**, e seus elementos principais constam de: conhecimento sobre grupos que estejam discutindo e gerando material sobre AUP na cidade, a disponibilidade de acesso

às informações de projetos de AUP, conhecimento sobre a ocupação de terrenos baldios com hortas dentro e fora do PHC, relacionar temas interessantes para o auxílio de políticas de AUP, apontar área interessante para o trabalho atuar, conhecer alguma organização de agricultores urbanos, delimitar uma área peri-urbana na cidade e relacionar as hortas escolares.

Segundo SELLTIZ e DEUTSCH (1971), num questionário, a informação obtida pelo pesquisador limita-se às respostas escritas à questões pré-determinadas. Já numa entrevista – como o entrevistador e a pessoa entrevistada estão presentes no momento em que as perguntas são apresentadas e respondidas – existe oportunidade para maior flexibilidade na obtenção de informações. Além disso, o índice de resposta de questionários enviados é relativamente baixo (de 10 a 50%).

Para estes autores, a flexibilidade da entrevista faz dela uma técnica muito melhor para a exploração de áreas nas quais existe pouca base para saber quais perguntas devem ser feitas ou a maneira de fazê-las.

A forma de entrevistas pode variar muito, vão de padronizadas à completamente assistemáticas. Ainda dentro das entrevistas padronizadas, ocorre variação quanto à sistematização das perguntas. Podem ser compostas de perguntas “fechadas” (com alternativas fixas) ou de perguntas “abertas” (deixando a pessoa responder livremente).

NOGUEIRA (1964) ressalta algumas fontes de erro presentes nas entrevistas: a possibilidade dos entrevistados serem influenciados em suas respostas, mesmo que por transmissão inconsciente, através da inflexão da voz, da expressão fisionômica, etc. Outra fonte de erro, comum segundo o autor, é a incompreensão por parte do entrevistado do objetivo visado pelo entrevistador.

Para este autor, deve-se recorrer à entrevista, sempre que se tem necessidade de dados que não podem ser encontrados em registros ou fontes documentárias e que se espera que alguém esteja em condições de prover.

Foram realizadas 5 entrevistas guiadas à informantes chaves, quais sejam:

- Entrevista 1.** (12/11/2004) - Professora da FEC-UNICAMP, (abordando a sua experiência com senhoras que participam de atividades de hortas num lar de idosos, no centro da cidade).
- Entrevista 2.** (22/12/2004) - Coordenador do GDR, (abordando tópicos gerais como: campo de atuação do grupo, seus objetivos).
- Entrevista 3.** (12/01/2005) - Funcionário da Sub-Prefeitura do distrito de Barão Geraldo (com perguntas a respeito do conhecimento dele sobre a realização de hortas no distrito).
- Entrevista 4.** (22/01/2005) – Representante da ONG Plantando Paz na Terra (abordando tópicos gerais como: histórico do grupo, seus objetivos e dificuldades).
- Entrevista 5.** (26/01/2005) – Jardineiro e Poeta, (abordando tópicos gerais como: a sua atuação no município, seus objetivos).

6.1.2. Dados primários

Recorreu-se à entrevistas dirigidas visando completar informações documentais sobre o PHC e os projetos de hortas coletivas, bem como, apreender a percepção dos envolvidos (gestores e beneficiários) sobre os mesmos.

Para tanto, utilizou-se de visitas sistemáticas e entrevistas dirigidas ao longo do ano de 2005 às áreas em que estão localizadas as hortas urbanas estudadas.

Foram realizadas em média 7 visitas sistemáticas ao longo do ano de 2005 em cada uma das áreas em que estão localizadas as hortas estudadas. O objetivo destas visitas era ter uma maior aproximação com o objeto de estudo, construir uma relação de confiança com os participantes das hortas e acompanhar o desenvolvimento das atividades, esses momentos também foram utilizados para auxiliar na solução de algum problema técnico inerente a atividade agrícola.

Segundo GONÇALVES (1996), esta metodologia é conhecida como a técnica de imersão, que consiste no convívio do agricultor com o pesquisador, estabelecendo-se uma relação de confiança por parte do agricultor em relação ao pesquisador, facilitando, assim, o

retorno das informações por parte dos agricultores, as quais fluem com mais facilidade e são mais reais.

Cabe ressaltar que não foi sentido qualquer tipo de rejeição ou inibição por parte dos entrevistados, provavelmente, por ter sido utilizada a técnica de imersão, que se configurou num instrumento determinante, uma vez que estimulou um ambiente de maior liberdade de expressão dos entrevistados, no que facilitou a sua participação, além de gerar a troca de experiências, informações e idéias entre pesquisadora e envolvidos.

Para os gestores, os formulários foram estruturados com perguntas fechadas e semi-abertas, segundo GUNTHER (2003), tendo por base as categorias gerenciáveis em programas e projetos apontados pelo PMBOK (2005), ajustados aos diversos exemplos de trabalhos de diagnósticos e avaliação de programas e projetos de AUP obtidos na literatura, quais sejam: integração, escopo, tempo, recursos financeiros, qualidade, recursos humanos, comunicação, e riscos.

Antes do início das entrevistas eram apresentados os objetivos da pesquisa e outros esclarecimentos pertinentes. As entrevistas dirigidas foram divididas em quatro objetivos específicos:

1) Caracterização do PHC (Apêndice B)

- Entrevista 6.** (21/11/2005) – Agrônomo responsável pelo PHC.
- Entrevista 7.** (25/11/2005) – Ex-Coordenadora do GDR.
- Entrevista 8.** (05/12/2005) – Diretor Presidente do CEASA.
- Entrevista 9.** (29/11/2005) - Sub-Prefeito do distrito de Barão Geraldo.

2) Caracterização dos projetos das hortas estudadas (Apêndice C)

- Entrevista 10.** (25/11/2005) – Dentista do Centro de Saúde Jardim Conceição.
- Entrevista 11.** (30/11/2005) – Terapeuta Ocupacional e Coordenadora do projeto “Reinserção Social” – Um Resgate à Dignidade e Cidadania” da UNICAMP.
- Entrevista 12.** (01/12/2005) – Coordenadora Pedagógica do CEMEI Cristiano Osório de Oliveira.
- Entrevista 13.** (03/12/2005) – Representante da Casa dos Anjos.

Entrevista 14. (20/01/2006) – Diretora da EE Profª. Dora Maria Maciel C. Kanso.

Entrevista 15. (20/01/2006) – Jardineiro e Poeta, Funcionário contratado para trabalhar nos projetos de hortas escolares do distrito de Barão Geraldo.

Entrevista 16. (21/01/2006) – Coordenadora da ONG Plantando Paz na Terra.

3) Caracterização do perfil dos beneficiários das hortas estudadas (Apêndice D)

Para a caracterização do perfil dos beneficiários dos projetos, o formulário foi organizado nos mesmos moldes que o apresentado para os gestores, ou seja, com perguntas fechadas e semi-abertas, considerando as mesmas categorias gerenciáveis (integração, escopo, tempo, recursos financeiros, qualidade, recursos humanos, comunicação, e riscos), porém estas perguntas foram direcionadas sob a perspectiva dos beneficiários dos projetos.

Entrevista 17. (25/11/2005) – Paciente do Centro de Saúde Jardim Conceição.

Entrevista 18. (25/11/2005) – Paciente do Centro de Saúde Jardim Conceição.

Entrevista 19. (30/11/2005) - Paciente do projeto ““Reinserção Social” – Um Resgate à Dignidade e Cidadania” da UNICAMP.

Entrevista 20. (30/11/2005) - Paciente do projeto ““Reinserção Social” – Um Resgate à Dignidade e Cidadania” da UNICAMP.

Entrevista 21. (01/12/2005) – Produtora da horta comunitária do Jardim Liliza.

Entrevista 22. (04/01/2006) – Produtora da horta comunitária do Jardim Liliza.

Entrevista 23. (28/01/2006) – Presidente da Associação de Vila Brandina.

Entrevista 24. (28/01/2006) – Produtora da horta comunitária da ONG Plantando Paz na Terra.

4) Proposição a cerca das percepções de todos os entrevistados

Ao final das entrevistas todos os entrevistados foram inquiridos a respeito de pontos positivos e negativos relacionado ao PHC e aos projetos de hortas estudados.

6.1.3. Dados secundários

As fontes de dados secundários bem como os documentos obtidos serão listados abaixo:

- MDS: Programa de acesso à alimentação (Hortas comunitárias - Manual de orientação ao proponente); Documento orientador para empresas que querem apoiar e participar do combate à fome; Boletins informativos;
- DOM: Lei de criação do Programa de Hortas Comunitárias (**Anexo A**); Lei de criação do Programa de "Viveiros de Mudas" nas Escolas do Município (**Anexo C**); Decreto de regulamentação do programa de Hortas Comunitárias (**Anexo D**);
- GDR: Fotos aéreas da cidade; Mapa do perímetro urbano municipal; Projeto de implantação de Hortas Comunitárias; Documento de apresentação do Grupo;
- CEASA: Plano de hortas comunitárias; Relação de terrenos disponíveis para a implantação de hortas no município; Relação de unidades escolares; Apostilas e projetos de hortas comunitárias e escolares; Boletins informativos;

6.2. Análise dos Dados

Este programa será caracterizado em dois níveis. No 1º, nível programático, em que se dará destaque à formulação do PHC. No 2º, nível de projetos, com destaque para a gestão das hortas. Desta forma, para cada um destes níveis foram consideradas as categorias gerenciáveis do formulário, quais sejam: integração, escopo, tempo, recursos financeiros, qualidade, recursos humanos, comunicação e riscos.

Para caracterizar o programa de hortas comunitárias e os projetos estudados, as categorias foram descritas a partir dos seguintes aspectos:

“INTEGRAÇÃO” - Procurou-se delinear quais processos eram necessários para assegurar que os diversos elementos do projeto fossem adequadamente relacionados. É composta por perguntas relacionadas ao desenvolvimento do plano do projeto, gestão do plano do projeto e operacionalização.

“ESCOPO” - Foi considerado a sua composição, qual o público e quais objetivos.

“TEMPO” - Foram observados os processos utilizados para assegurar o término do projeto dentro do prazo previsto, sendo identificado início das atividades, a estimativa da duração e desenvolvimento do cronograma.

“RECURSOS FINANCEIROS” - Buscou-se levantar a fonte dos recursos, se houve planejamento dos recursos, estimativa dos custos, orçamento dos custos e controle dos custos.

“QUALIDADE” - Foi considerada a existência de um planejamento da qualidade esse foi feito algum tipo de controle da qualidade.

“RECURSOS HUMANOS” - Foram identificados o número de pessoas na equipe, as responsabilidades de cada membro e a motivação dos membros da equipe.

“COMUNICAÇÃO” - Perguntou-se a respeito elaboração, distribuição, armazenamento e pronta apresentação das informações do projeto.

“RISCOS” - Foram descritos os processos que dizem respeito à identificação, análise e resposta a riscos do projeto.

Para a caracterização do perfil dos beneficiários dos projetos, as categorias foram descritas a partir dos seguintes aspectos:

“INTEGRAÇÃO” - Procurou-se delinear a qual atividade do projeto estavam ligados, como eram atribuídas as funções e se estas mudavam ao longo processo.

“ESCOPO” - Foi considerada a visão pessoal de cada entrevistado, quais motivações e por que.

“TEMPO” - Foram observados o início das atividades do entrevistado no projeto e sua dedicação.

“RECURSOS FINANCEIROS” - Buscou-se levantar o nível econômico e o acesso a serviços formais.

“QUALIDADE” - Foi considerada a forma subjetiva de percepção da qualidade.

“RECURSOS HUMANOS” - Foi identificado o perfil sócio-cultural do entrevistado.

“COMUNICAÇÃO” - Perguntou-se a respeito da facilidade de acesso, atuação no projeto (ativo ou não), principais aspectos a serem considerados no início de um projeto de hortas urbanas e a melhor maneira de divulgá-lo.

“RISCOS” - Foram descritos os principais problemas relacionados à prática agronômica e de ordem econômica.

Para as proposições foram consideradas as percepções descritas pelos entrevistados a partir dos seguintes aspectos:

“3 ASPECTOS POSITIVOS” – acontecimentos facilitadores do processo de desenvolvimento do programa e dos projetos, aspectos a serem valorizados e estimulados, fatos importantes no fortalecimento das experiências.

“3 ASPECTOS NEGATIVOS” – acontecimentos que dificultam o processo de desenvolvimento do programa e dos projetos, aspectos a serem ponderados com cuidado, fatos importantes que desestimulam as experiências.

"Uma vida não questionada não merece ser vivida" (Platão).

7. PROGRAMA DE HORTAS COMUNITÁRIAS DE CAMPINAS

Segundo PESSANHA (2002) nas últimas décadas, a segurança alimentar vem se constituindo em um tema recorrente no país, provocando amplo debate, público e governamental, sobre os objetivos e critérios prioritários para o planejamento e construção das políticas públicas para implementá-la no território nacional. Inúmeras experiências de ações e programas voltadas para o fortalecimento da segurança alimentar foram implementadas nas distintas instâncias de governo (central, regional e local), e as organizações sociais, civis, empresariais, setoriais e político-partidárias têm lançado ao debate público diversas propostas de políticas específicas de superação da pobreza e garantia da segurança alimentar no país.

Vindo de encontro a esta realidade o PHC também foi influenciado por esta temática, e em decorrência do lançamento do Programa Fome Zero Campinas a preocupação com a segurança alimentar também foi incluída na relação de objetivos do Programa.

“Neste programa que tinha como uma das questões importantes acabar com a fome, a questão da agricultura urbana, no caso, o nome mesmo hortas comunitárias, era uma das previsões para que se pudessem ter políticas federais, estaduais e municipais que incentivasse uma política pública. Dentro da segurança alimentar nós tínhamos que criar as hortas comunitárias, o banco de alimentos, a alimentação escolar, destercerizar a alimentação escolar, previsão de ter os restaurantes populares, mas principalmente esta questão das hortas era o lado da agricultura urbana já vindo dessa idéia do Fome Zero, que ainda não havia sido lançado.” **(Entrevista 7 - Ex-coordenadora GDR).**

Um outro objetivo que não chegou a ser incluído no PHC, mas que também pode ter motivado o programa foi a possibilidade integrar o programa à recuperação ambiental. Desta forma, quando fossem aprovadas áreas em situação irregular (próximas a nascentes, em área de proteção ambiental ou de mata ciliar) poderia ser feito um trabalho de recuperação.

Neste sentido, faltou a articulação do PHC com a Lei nº 11.396, já aprovada e proposta pelo legislativo e que se referia a criação do Programa de "Viveiros de Mudas" nas Escolas do Município, o qual tinha como um de seus objetivos promover a educação e a preservação ambiental.

“Outra vertente era que quando você tivesse a água e a terra imprópria você poderia fazer a recuperação ambiental da área. Seriam dados cursos de restauração ambiental para produção de mudas nativas para o PCJ¹³” (**Entrevista 7 - Ex-coordenadora GDR**).

Neste contexto, nas discussões a cerca do PHC e projetos dele decorrentes ou não (caso da Vila Brandina), se trabalhará no eixo temporal 1997-2006. Haja vista, que em 1997 o Programa foi criado, em 2003 foi regulamentado e atualmente, em 2005, ainda está em processo de implantação.

Desta forma, a primeira fase 1997-2000 (Governo Francisco Amaral);
A segunda fase 2001-2004 (Governo Toninho/Izalene);
E a terceira fase 2005-2008 (Governo Hélio de Oliveira Santos).

Nas próximas três páginas três organogramas (**Figura 2, Figura 3 e Figura 4**) que são uma síntese das secretarias, órgãos e parcerias, assim como, responsabilidades de cada envolvido, em cada fase do programa.

Na seqüência serão discutidos os aspectos referidos no **item 6.2**, em cada uma das fases.

¹³ Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ).

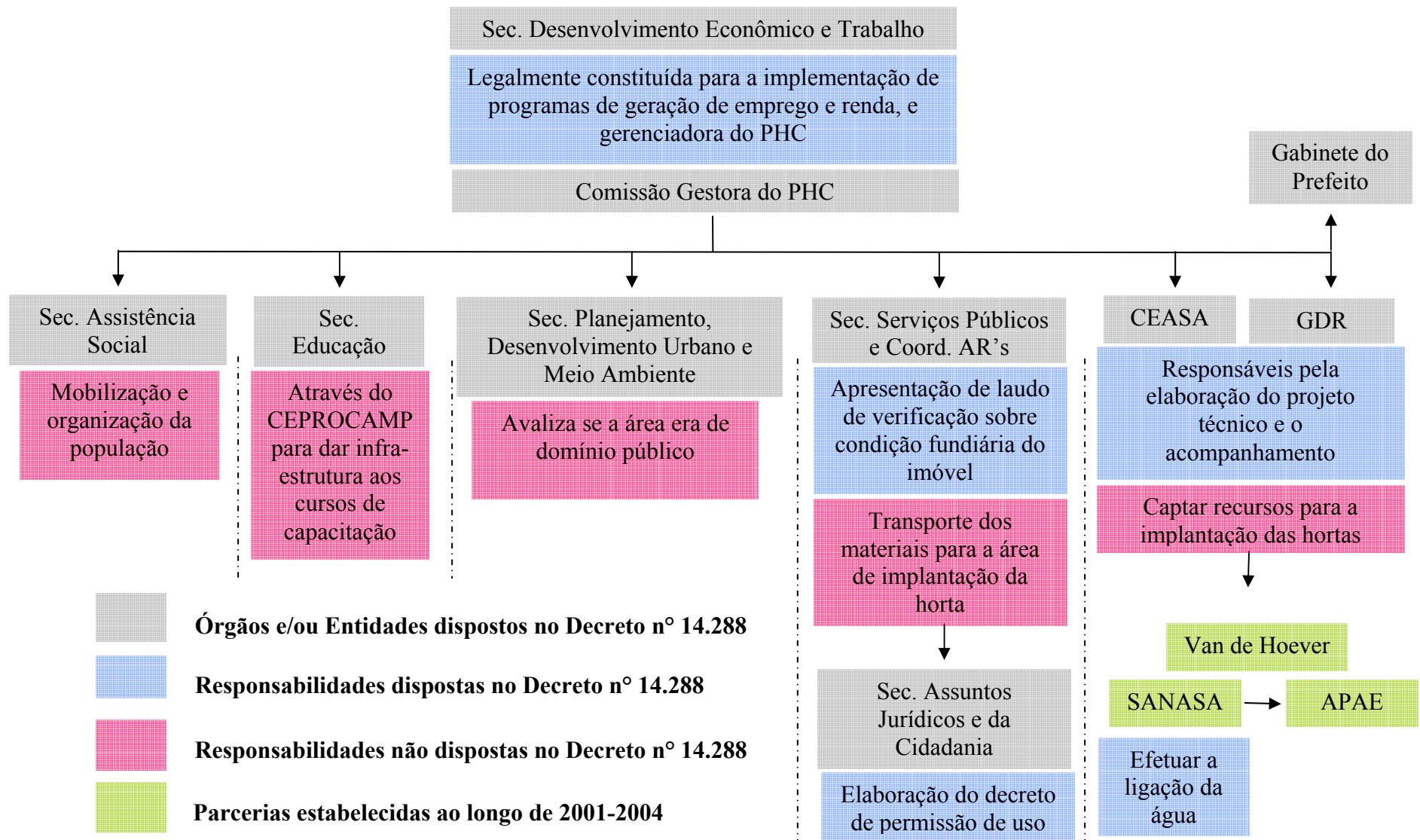


Figura 3. Organograma de Gestão do PHC (2001-2004).

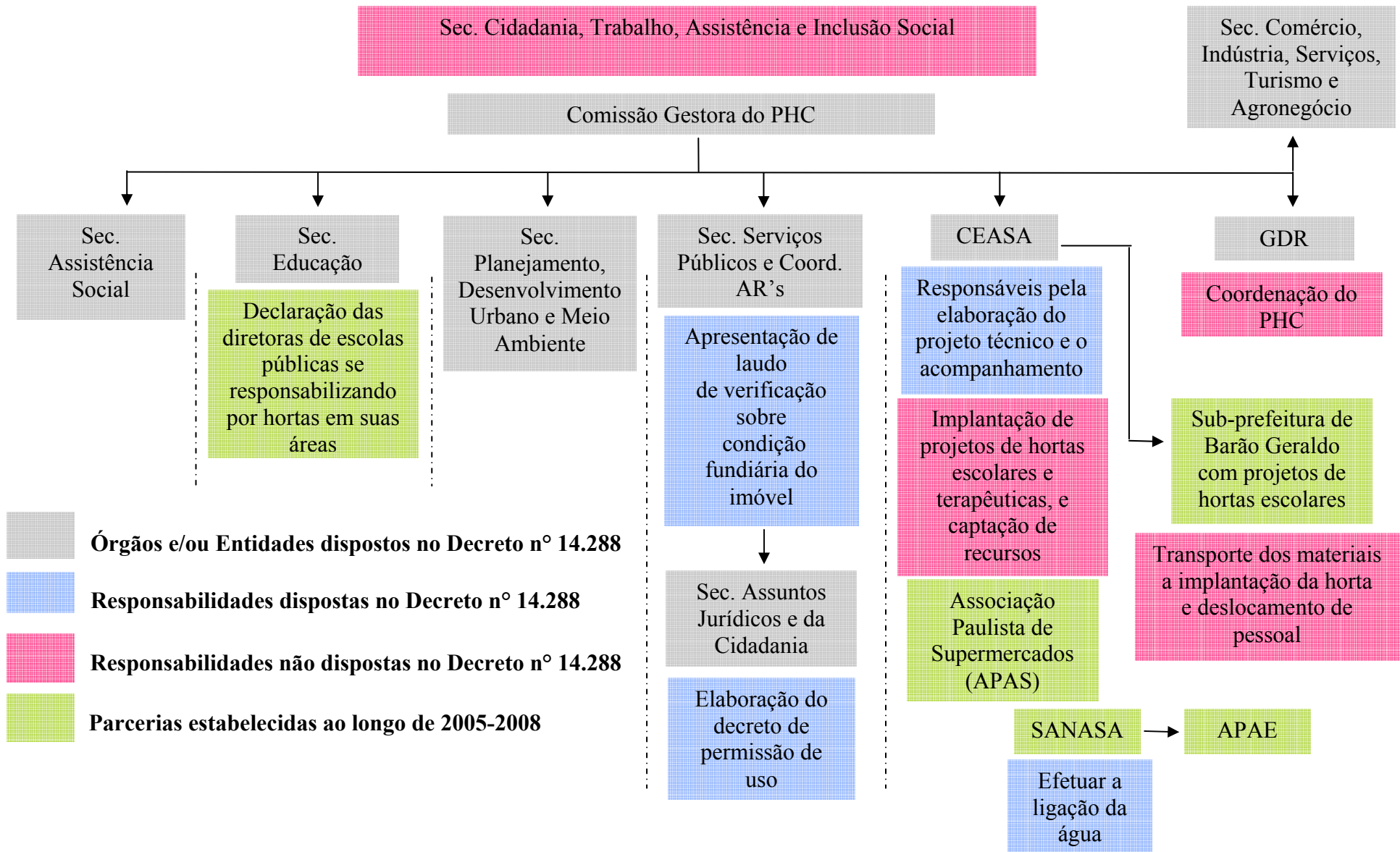


Figura 4. Organograma de Gestão do PHC (2005-2008).

7.1. Integração

Tendo em vista as fases explicitadas anteriormente, neste tópico serão explicitados os modelos de gestão, os órgãos envolvidos, as parcerias e a forma como se dá a operacionalização.

Modelos de gestão

Na administração 1997-2000, a gestão do PHC era responsabilidade da Sec. Assistência Social (órgão executivo), diferentemente de 2001-2004, quando a gestão passou a ser realizada por uma articulação da Sec. Desenvolvimento Econômico e Trabalho (órgão executivo) e uma Comissão Gestora.

Atualmente, na administração 2005-2008, apesar de não expresso em lei, a Sec. Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (órgão executivo) é a gestora do programa e a Comissão Gestora não está atuante, não tendo sido expedida portaria com a listagem de nomeação de sua composição, conforme previsto no decreto de sua criação.

Órgãos envolvidos

Os órgãos envolvidos na administração 1997-2000 eram a Sec. Assistência Social (processo burocrático) e a SANASA e as Unidades de Saúde (processo operacional).

Na administração 2001-2004 a Sec Desenvolvimento Econômico e Trabalho (órgão gerenciador) e uma Comissão Gestora, composta pelas secretarias e órgãos abaixo relacionados:

- Assistência Social e Educação, sem definição clara na lei sobre o seu papel;
- Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Serviços Públicos; e Sec. Assuntos Jurídicos e da Cidadana, responsáveis pelo processo burocrático;
- Coordenação das Administrações Regionais; Central de Abastecimento S/A - CEASA; Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento - SANASA; e o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar – GDR, responsáveis pelo processo operacional.

Atualmente, na administração 2005-2008, apesar da lei prever a publicação de portaria com a nomeação dos membros da CGPHC, isto não ocorreu até o momento, assim como, oficialmente, nenhuma secretaria está gerenciando o Programa. Neste período, a Sec. Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social, ficou responsável pelo recebimento dos novos pedidos de inclusão de áreas no PHC.

Responsabilidades e parcerias

Na administração 1997-2000 a Sec. Assistência Social era o organismo gerenciador do PHC vinculado ao gabinete do prefeito, a quem os interessados deviam enviar o pedido para se cadastrar no programa.

A Sec. Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e a SANASA, quando solicitadas prestavam, consultoria aos dados cadastrais do imóvel e efetuava a ligação da água, respectivamente. As Sec. Saúde através das Unidades de Saúde, quando o objetivo era de terapia ocupacional, eram responsáveis por dar início aos projetos de hortas.

Na administração 2001-2004 a Sec. Desenvolvimento Econômico e Trabalho era o órgão gerenciador, a quem os interessados deviam enviar o pedido para se cadastrar no programa. As secretarias participantes na Comissão Gestora eram responsáveis, após pedido da Sec. Desenvolvimento Econômico e Trabalho, por:

A Sec. Assistência Social e Educação, sem definição clara na lei sobre o seu papel, no entanto, a sua função estratégica era levantar o perfil dos beneficiários do programa, mobilizar e organizar a população, fato este não ocorrido.

A Sec. Educação, também sem definição clara na lei sobre o seu papel, no entanto, a sua função estratégica era dar apoio às hortas escolares com estímulo às práticas pedagógicas de educação alimentar e ambiental. Outra função de caráter instrumental relacionava-se à criação do Centro de Educação Profissional de Campinas - CEPROCAMP, para dar infraestrutura aos cursos de capacitação em agricultura orgânica e olericultura.

A Sec. Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, também não tem suas responsabilidades definidas de forma clara na lei, no entanto seu papel era de avaliar se a área era de domínio público ou não.

A Sec. Serviços Públicos responsável pela apresentação de laudo de verificação sobre condição fundiária do imóvel, e a Coordenação das Administrações Regionais, apesar de não escrito na lei, responsável pelo transporte dos materiais para a área de implantação da horta.

A Sec. Assuntos Jurídicos e da Cidadania, responsável pela elaboração do contrato de comodato da área.

A CEASA e o GDR eram responsáveis pela elaboração do projeto técnico e a assistência técnica.

O GDR tinha a função, não explícita no PHC, de captar recursos para a implantação das hortas. Provavelmente em função de um dos objetivos da sua criação, no decreto¹⁴, qual seja propor providências para a celebração de convênios entre o Município e órgãos federais, estaduais e municipais, organizações governamentais (OG) e não-governamentais (ONG), inclusive internacionais, visando à execução de projetos voltados ao desenvolvimento rural sustentável e de segurança alimentar.

A empresa privada Van de Hoever, doou a 1ª casa de vegetação, no início do programa, no entanto ela foi completamente destruída por um vendaval que acometeu a cidade de Campinas no dia 17 de fevereiro de 2003.

A SANASA, além de já ser o órgão responsável por efetuar a ligação da água, nesta administração passa a ser também uma parceira. Mantém na Estação de Tratamento de Esgoto – ETE “Vó Pureza” - São Marcos, uma estrutura completa para capacitação, com possibilidade de aulas teóricas e práticas, além de produção de mudas para subsidiar os projetos vinculados ao PHC. Área com casa de vegetação, sala de aula e uma horta escola, assim como os materiais (insumos e equipamentos) para produção de mudas e a bolsa para os estagiários que produzem mudas para o PHC (alunos da APAE, fundação com quem a SANASA mantém parceria em projeto de inclusão social).

“...Todas as secretarias eram acumuladíssimas de serviço para outras atividades, então elas vinham numa reunião e na reunião seguinte vinha outra pessoa, ficava muito pelo gosto pessoal, se gostava do programa tudo bem, (...) todo programa novo tem uma reação brutal, isso foi muito difícil de mobilizar, eles tinham tantas coisas e essa

¹⁴ Decreto nº 13.603 de 25 de abril de 2001, Art. 3º, inciso IV.

reunião da horta era mais uma reunião. Que tinham que ser organizados grupos de famílias, tinha que selecionar comunidades, tinha que ver o terreno (se dava ou não), o pessoal da AR tinha que estar junto conosco, ir até a área e as vezes não tinham combustível no caminhão para levar as coisas para horta...” (**Entrevista 7 - Ex-coordenadora GDR**).

Na administração 2005-2008, o PHC ainda não tem destino claro. Não há informações sobre o direcionamento dos pedidos.

Na falta de uma Comissão Gestora atuante, outros órgãos começam a assumir esta função, mesmo que extra-oficialmente, como é o caso da CEASA, que estabeleceu parceria com a Subprefeitura de Barão Geraldo e está implantando projetos de hortas escolares no distrito. Neste caso, a CEASA participa com a assistência técnica, as mudas, a tela de sombreamento, o composto e os fertilizantes. A sub-prefeitura cede o caminhão para o transporte de materiais para as hortas, funcionários para montar a horta e assistência técnica. As escolas compram os blocos de concreto e compromisso de manter alguém cuidando da horta.

A CEASA também cede mudas do PHC à hortas terapêuticas, e estabeleceu parceria com a Associação Paulista de Supermercados (APAS) que patrocinou a implantação de um projeto completo de horta para na creche Estrelinha do Oriente, na região dos DIC's. O atendimento às hortas comunitárias do início do Programa se mantém.

Neste contexto, uma dúvida manifesta-se, que órgão vem dando autorização para a implantação destas hortas, assim como, de que forma é feita a prestação de contas, uma vez que os insumos (mudas, tela de sombreamento e ferramentas) utilizados são oriundos de recurso público?

Operacionalização

A operacionalização será discutida através da análise de como a legislação sinaliza a os procedimentos em cada uma das três gestões administrativas.

Na administração 1997-2000, Lei nº 9.549, o Artigo 2º explicava em que áreas poderiam ser implantadas hortas comunitárias, quais sejam: em áreas públicas municipais, em

áreas declaradas de utilidade pública e ainda não utilizadas, em terrenos ou glebas particulares e em faixas de servidão de passagem aérea da CPFL.

Em relação ao processo de implantação de uma horta comunitária o Artigo 4º da lei esclarecia sobre com os seguintes passos:

- a) localização, por parte dos cadastrados, da área a ser trabalhada;
- b) consulta ao proprietário, em caso de terrenos particulares, para isso podendo se utilizar do Departamento de Cadastro da Secretaria de Planejamento;
- c) oficialização da área junto ao órgão gerenciador, após formalizada a permissão do uso para o fim determinado nesta lei.

O Artigo 8º esclarecia que caso fosse necessária a ligação de água tratando-se de imóvel urbano, deveria a Prefeitura Municipal acionar a SANASA para que a efetuasse, exigindo do proprietário apenas o pagamento do equipamento necessário.

Na administração 2001-2004, Decreto nº 14.288, o Art. 3º explicava como as pessoas ou grupo de pessoas interessados em aderir aos benefícios deste Programa poderiam protocolar junto à SMDET pedido que atendessem aos seguintes requisitos:

I - nome da entidade de representação (cooperativa, sindicato, associação ou entidade coletiva) acompanhada da respectiva documentação e de cópia autenticada e comprovante de endereço do cidadão ou cidadã que permanecerá responsável perante a PMC;

II - relação dos nomes dos demais trabalhadores interessados e a cópia simples dos seus respectivos documentos de identificação (ou RG, ou CPF, ou Carteira de Trabalho), tudo acompanhado de declaração na qual atestem que atendem a pelo menos um dos objetivos enumerados nos incisos do artigo 1º da Lei Municipal nº 9.549, de 10 de dezembro de 1997;

III - indicação, localização e caracterização da área a ser utilizada no programa para que se averigüe da ocorrência de uma das hipóteses dentre as enumeradas no artigo 2º da Lei Municipal nº 9.549, de 10 de dezembro de 1997;

IV - breve descrição dos objetivos dos interessados para que a Comissão Gestora possa verificar da possibilidade de a Prefeitura fornecer os insumos faltantes (água, sementes, adubo, orientação fito-sanitária e demais implementos agrícolas), para que se implemente a “produção de alimentos” prevista no artigo 185 da Lei Orgânica do Município de Campinas.

Na administração 2005-2008, como já foi dito anteriormente, ainda não está claro o procedimento oficial de operacionalização do PHC.

Em relação ao distrito de Barão Geraldo, basta que as escolas que queiram participar do Programa formalizem o pedido à subprefeitura, que encaminha a CEASA a demanda e a possibilidade de atendimento, sendo possível, o técnico da CEASA junto com o funcionário da subprefeitura visitam a área e avaliam a melhor forma de executar o projeto. Assim que todos os materiais chegam à área, a horta é instalada na escola com o auxílio dos funcionários da subprefeitura.

7.2. Escopo

Tendo em vista as fases explicitadas anteriormente, neste tópico serão explicitados os objetivos do PHC e o público alvo.

Na administração 1997-2000 o programa de Horta Comunitária no Município de Campinas tinha como objetivos: aproveitar mão-de-obra desempregada; proporcionar terapia ocupacional para portadores de deficiência e homens e mulheres da terceira idade; aproveitar áreas devolutas; e manter terrenos limpos e utilizados.

Em relação ao público alvo, fica clara a intenção de atingir a população desempregada do município e possibilidade de trabalhar com portadores de deficiência e a população de terceira idade.

Na administração 2001-2004 houve uma alteração sutil em relação aos objetivos do programa de Horta Comunitária no Município de Campinas, foi mantido o objetivo de aproveitar a mão-de-obra desempregada da cidade, no entanto, com especial atenção para idosos e deficientes; manter limpas e utilizadas áreas ociosas ou não-aproveitadas, como logradouros e praças não afetadas ao uso comum do povo e demais bens dominicais. Estes objetivos se confirmam nas falas da equipe.

“Se você entra num governo onde o principal problema é o desemprego, problema estrutural, você vê nas hortas uma possibilidade de fazer esse encaminhamento para, de uma maneira muito simplória, prover estas pessoas de ocupação, não é uma renda significativa, mas já é algo que os ocupe. E tem uma conotação social, na produção destas mudas junto com o trabalho da APAE,

tem motivos e coisas muito positivas para se fazer algo na linha das hortas” (**Entrevista 8 – Presidente CEASA**).

“É uma atividade que você pode ocupar esses espaços vazios da cidade, a questão da qualidade de vida nas cidades, quando você ocupa este espaço você está tirando o espaço do lixo, do escorpião, da coisa suja, da violência (áreas escuras); você tá transformando, você tá fazendo uma malha na cidade colorida e viva, que você tem um outro apelo” (**Entrevista 7 - Ex-coordenadora GDR**).

O público alvo continua sendo a população desempregada do município (residentes em periferias, em situação de pobreza), mas especialmente portadores de deficiência e a população de terceira idade (pessoas em situação de exclusão social).

“... tem uma conotação social com os aidéticos, com o pessoal da APAE, os alcoólatras, ele está sendo um referencial à uma população, que são poucas as pessoas que querem se dedicar a esta população, são populações excluídas” (**Entrevista 8 – Presidente CEASA**).

Na administração 2005-2008, ainda não há nenhum objetivo diferente do que os já relacionados. Extra-oficialmente, pode ser citado o objetivo de introduzir a temática da educação ambiental e alimentar através das hortas escolares.

Com a inclusão da subprefeitura do distrito Barão Geraldo como parceira do PHC houve a introdução das escolas municipais e estaduais como público beneficiário.

“O público alvo no princípio eram as famílias de baixa renda de áreas de bolsão de pobreza, no Liliza (15 famílias) e no Itajaí (22 famílias). Como o projeto inicial era para atender 37 famílias e a verba conseguida foi para 42 houve sobra de recurso, que passamos a utilizar nas hortas escolares” (**Entrevista 6 – Agrônomo CEASA**).

“Se na escolar é que vai dar certo, vamos para escolar, mas sem abandonar a perspectiva de uma comunitária ser levada em consideração” (Entrevista 8 – Presidente CEASA).

7.3. Tempo

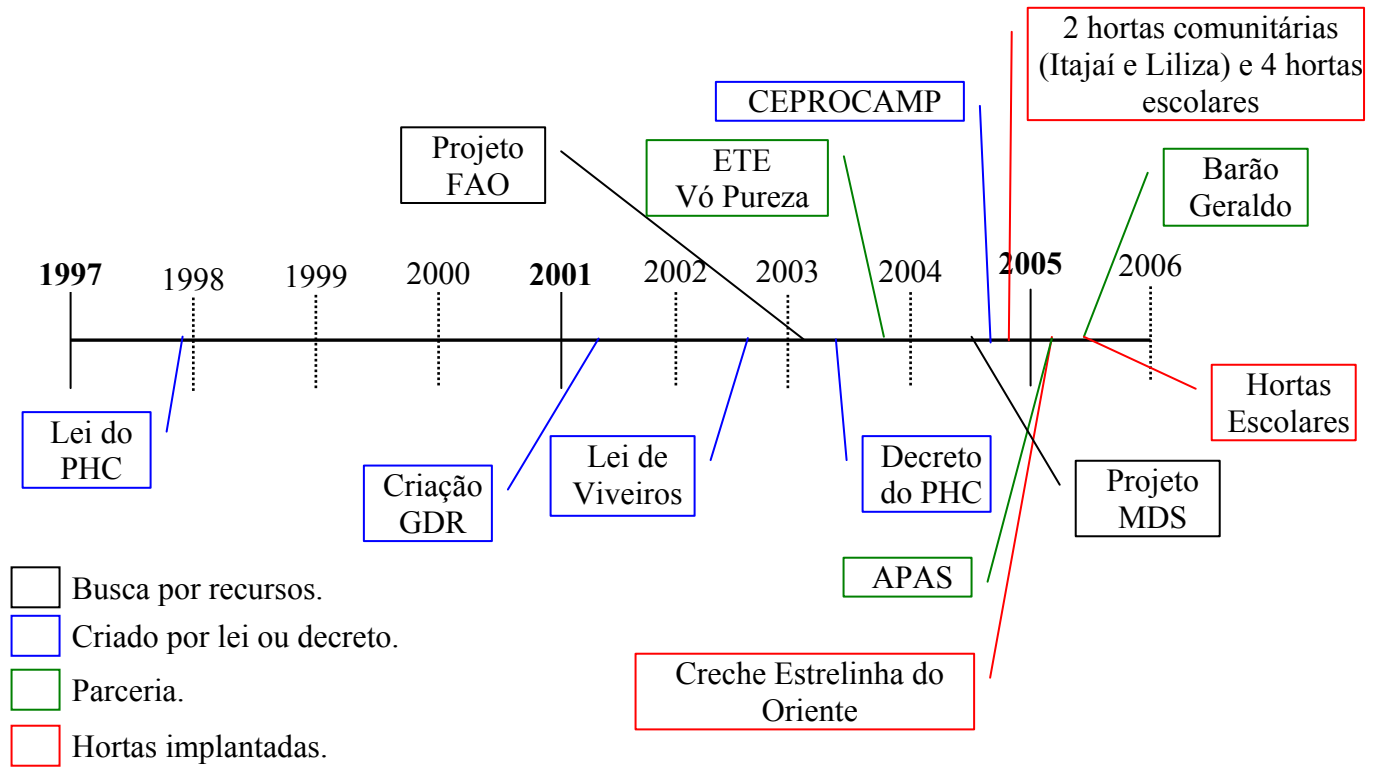


Figura 5. Janela temporal analisada (1997-2006).

Na administração 1997-2000 foi sancionada a lei do PHC logo no primeiro ano de governo, dezembro de 1997. No entanto, nenhuma horta foi implantada oficialmente pelo Programa. Apesar da inexistência de dados sobre o porquê deste fato, uma hipótese pode estar relacionada à falta de clareza com que a lei dispõe sobre a operacionalização dos procedimentos para adequar o pedido de inserção no PHC à lei.

Mais um motivo pode estar relacionado à incapacidade do público alvo (desempregados, idosos e deficientes físicos) em captar recursos financeiros para a implantação e manutenção da horta, assim como a competência técnica.

Outro motivo pode ser o apontado na **Entrevista 10**, em que a dentista do Centro de Saúde Jardim Conceição se refere a esta época e diz que o processo era muito burocratizado, desestimulando a participação das pessoas.

“De início, há muitos anos atrás se estimulou a se ter ação de hortas no município, essa decisão política, começou o incentivo para que todas as unidades de saúde captassem terrenos próximos das unidades, ou as ONG’s, de forma a utilizar esses espaços que estavam subutilizados, terrenos privados que estivessem largados. Eu tentei trabalhar com uma ONG num local próximo aqui da nossa área, existia um terreno grande e abandonado. Só que existe uma lei que legaliza este projeto, e esse processo é muito burocratizado”
(Entrevista 10 – Sub-prefeito Barão Geraldo).

Na gestão 2001-2004, o PHC foi retomado e regulamentado no início do terceiro ano de mandato, abril de 2003. A meta estabelecida inicialmente era de que 1200¹⁵ famílias seriam beneficiadas até o término do governo. No entanto, essa meta se mostrou fora da realidade ficando muito além das possibilidades do Programa, o que ficou confirmado ao final da administração 2001-2004 com o atendimento de 40 famílias e 4 escolas.

O atraso no programa, segundo a ex-coordenadora do GDR deu-se devido a dois motivos principais:

- Demora na elaboração de decreto regulamentador que elucidasse a lei do PHC;

“Em 2002 nós começamos a trabalhar com a regulamentação, que era muito difícil e isso é fundamental para um programa dar certo, você

¹⁵ Número explicitado no projeto levado à FAO pessoalmente pelo diretor-presidente da CEASA e a prefeita da Campinas, em fevereiro de 2003.

conseguir integrar todos os órgãos que possam viabilizar...”
(**Entrevista 7 - Ex-coordenadora GDR**).

Porém o decreto foi publicado somente em abril de 2003. Ou seja, de 2001 ao início de 2003 não foi possível implementar nenhum projeto de horta comunitária. O que fez com que a meta inicial fosse revista e alterada para chegar ao atendimento de 250¹⁶ famílias no ano de 2004. Mas a implantação das primeiras hortas aconteceu realmente em setembro de 2004.

- O atraso na criação do CEPROCAMP, que ocorreu em agosto de 2004.

“Então as hortas estavam dentro do programa, mas daí até executar era complicado, nós tínhamos o problema que se agente criasse o programa efetivo tinha que ter a capacitação, para nós a capacitação era fundamental. Nós não tínhamos um local, uma coisa organizada para dar a capacitação. Esse foi um outro ponto que foi difícil montar aquela na ETE, foi vindo aos poucos essa sensibilização dos demais secretários, que daí com a parceria com a SANASA, nós conseguimos viabilizar o centro de capacitação, a estufa e a horta escola, mas isso porque a SANASA patrocinou” (**Entrevista 7 - Ex-coordenadora GDR**).

A construção dessa estrutura na SANASA, embora não relatado explicitamente por nenhum dos entrevistados, pode ter sido como um caminho alternativo ao CEPROCAMP¹⁷.

“Os cursos de capacitação em agricultura orgânica e olericultura através da Secretaria Municipal de Educação – CEPROCAMP - demorou muito tempo para sair, e a idéia era capacitar pessoas, ou agentes, para dar continuidade ao trabalho das hortas (rede de

¹⁶ Número explicitado no projeto encaminhado ao MDS, em junho de 2004.

¹⁷ Decreto nº 14.887 de 30 de agosto de 2004. Dispõe sobre a criação do Centro de Educação Profissional de Campinas "Prefeito Antonio da Costa Santos" – CEPROCAMP.

multiplicadores), tanto para formar mão-de-obra quanto para as hortas comunitárias” (**Entrevista 7 - Ex-coordenadora GDR**).

Em relação aos atrasos, o que pode ser observada é a baixa concatenação na disponibilização dos recursos organizacionais (aspectos legais, recursos humanos e financeiros, a infra-estrutura e aspectos políticos) que viabilizassem a implementação efetiva do programa. Isso se confirma na fala da entrevistada, pois apesar de ter resolvido os aspectos legais, a infra-estrutura e aspectos políticos, a falta de recursos humanos e financeiros inviabilizou o cumprimento da meta inicial.

“Esse era um programa em gestação, nós deixamos um programa em montagem, não cumpriu as metas, não chegou a preencher nenhum desses itens (planejamento, organograma etc.), não tínhamos equipe, verba” (**Entrevista 7 - Ex-coordenadora GDR**).

A gestão 2005-2008 não lançou nenhuma meta em relação ao PHC. No entanto, o atendimento às hortas subsidiadas pelo Programa continua.

Em Barão Geraldo a meta do subprefeito é que através das hortas nas escolas as pessoas da comunidade queiram implantar hortas comunitárias.

“Partindo daí uma autogestão da comunidade, que não dependesse mais de outras instituições, que a comunidade pudesse desenvolver este projeto por ela mesma. Isso é o que a gente quer implantar, que as nossas ações aqui não dependam das pessoas e sim do processo. Que não fique só na escolar, mas que as pessoas do bairro possam participar” (**Entrevista 9 – Dentista Centro de Saúde**).

7.4. Recursos Financeiros

Na gestão 1997-2000, na lei não fica expressa qual a fonte de recursos financeiros a ser utilizada pelo Programa.

Na gestão 2001-2004 o primeiro projeto técnico elaborado em fevereiro de 2003 pela CEASA/GDR e levado à FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). Neste projeto, que tinha como meta implantar 100 hortas (um total de 1200 famílias) foram pedidos R\$ 1.224,40/horta, ou seja, num total de R\$ 122.440,00. Porém o recurso não foi liberado, segundo LEITE (2005).

Tentou-se firmar convênio para financiamento do projeto, com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, em junho de 2004. Neste projeto, que tinha como meta atingir 250 famílias, foi pedido um total de R\$ 100.085,25. O projeto foi aprovado pelo MDS, no entanto, o convênio não foi estabelecido devido a grande quantidade de exigências e adequações sugeridas. Na mesma época outro projeto foi enviado ao Banco do Brasil (BB) e segundo LEITE (2005), não se obteve resposta.

“Tudo isso foi superado, conseguimos mobilizar os agricultores, e o PHC foi um dos últimos por que de fato, nós não tínhamos como começar, tinha pouca verba, a verba era mínima” (**Entrevista 7 - Ex-coordenadora GDR**).

Um dos problemas que mais chama a atenção é a inexistência de previsão das atividades do Programa no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como na falta de um plano de aplicação. Isso fez com que o PHC não funcionasse de forma eficaz, devido a dificuldade de obter recursos, dependendo sempre do estabelecimento de parcerias ou da aprovação de projetos em instituições de fomento.

A primeira verba liberada para o PHC foi disponibilizada pela Prefeitura, para o atendimento de 40 famílias em três bairros carentes da cidade, três escolas públicas e portadores de deficiência da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Cada família contemplada recebeu R\$ 1.647,50, em equipamentos, sementes e insumos e as escolas o equivalente a R\$ 1.525,00 em materiais, num total de R\$ 72 mil.

“A nossa idéia era que a proposta de governo, de que todas as obras grandes que fossem feitas aqui, dessem uma contrapartida, então em algumas áreas estava previsto entrar a contrapartida de empresa que

obteve alguma autorização, ou para fazer alguma atividade, teria que dar a contrapartida e parte dela poderia ir para o Programa, nós tivemos algumas contrapartidas na época, o próprio gabinete patrocinou o início das hortas e a SANASA (como contrapartida da implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Vó Pureza), que deu o grande passo inicial” (**Entrevista 7 - Ex-coordenadora GDR**).

Na gestão 2005-2008, até o momento, nenhum convênio foi celebrado para o financiamento do PHC.

A subprefeitura, segundo o subprefeito, não tem orçamento próprio, os recursos são obtidos através da prefeitura, ou, através do departamento responsável e através do CEASA (insumos para a horta e infra-estrutura).

7.5. Qualidade

Na administração 1997-2000 a lei não esclarece de que forma o PHC será monitorado, nem fica estabelecido algum critério ou parâmetro quantitativo para avaliar a eficiência e a efetividade do programa.

Na gestão 2001-2004 não ocorreu uma execução efetiva do Programa, houve ensaios, experiências pontuais de hortas comunitárias e escolares. O PHC não conseguiu atingir nenhuma das metas estabelecidas, inicialmente, de 1200 famílias atendidas, nem a meta após revista, de 250 famílias até o final de 2004. Provavelmente por isso não foi planejado nenhum sistema de controle.

“Não foi constituída nenhuma equipe com o objetivo de monitorar a garantia da qualidade do projeto. Não foi planejado nenhum processo de controle no projeto, sendo de responsabilidade do próprio grupo junto com o seu responsável jurídico controlar o processo.” (**Entrevista 6 – Agrônomo CEASA**).

O sucesso do projeto foi percebido através da mudança da população beneficiada, principalmente pelas crianças mais saudáveis, tendo alimento que antes faltava; pelo ganho extra que a atividade proporcionou para os que se dedicaram. Não houve nenhuma forma de avaliação dos impactos da horta sobre os indivíduos. **(Entrevista 6 – Agrônomo CEASA).**

Na gestão 2005-2008 oficialmente não há nenhum documento de controle em relação as atividades do PHC, pois nenhuma experiência concreta foi iniciada.

“Não podemos ter o privilégio de dizer que começou conosco, estas coisas já estão sendo pensadas há muito tempo, o fato é que tem que acontecer, eu acho que está acontecendo, acredito que alguns casos pontuais aconteceram, mas de uma maneira pouco sistemática e ainda muito diminuta, neste governo (2005-2008)” **(Entrevista 8 – Presidente CEASA).**

7.6. Recursos Humanos

Na administração 1997-2000 não houve previsão de RH para o Programa. As únicas referências a isto é que quando à horta tivesse objetivo terapêutico, a coordenação da atividade seria feita pela equipe das unidades de saúde, outra referência quanto a RH é a possibilidade de busca de profissionais de órgãos federais ou estaduais para dar suporte agrônomo.

Na administração 2001-2004 há a formação de uma comissão gerenciadora, que se reúne semanalmente e que é composta por 1 (um) representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;

II - Secretaria Municipal de Assistência Social;

III - Secretaria Municipal de Educação;

IV - Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

V - Secretaria Municipal de Serviços Públicos e de Coordenação das Administrações Regionais;

VI - Central de Abastecimento S/A - CEASA;

VII - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento - SANASA;

VIII - Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar - GDR.

Em relação ao suporte agrônômico (elaboração do projeto, a implementação e monitoração) é feito por 1 engenheiro agrônomo cedido pela CEASA, ao GDR. No entanto isso se mostrou insuficiente, pois no decorrer do PHC outras funções foram sendo acumuladas por este profissional, quais sejam, montar o curso de olericultura, dar as aulas no centro de capacitação e proferir palestras em escolas e secretarias que solicitavam informações sobre o Programa. Em relação ao trabalho de produção de mudas foram contratados 15 estagiários da APAE e 1 monitor, que são pagos pela SANASA.

“... teria que ser contratado no mínimo mais 3 agrônomos, que fossem técnicos agrícolas e estagiários, a idéia do centro de capacitação era habilitar pessoas para dar continuidade ao trabalho das hortas” (**Entrevista 7 - Ex-coordenadora GDR**).

Uma outra constatação foi em relação a superestimação da capacidade técnica da equipe executora em mobilizar as comunidades beneficiadas. Faltou a previsão da necessidade de envolver profissionais da assistência social para a garantia do envolvimento das comunidades.

“A meta estabelecida não correspondeu, partiu do referencial do que a gente tinha condições de dar tecnicamente as respostas, mas não se levou em conta a organização da população e isso criou até coisas bastante antagônicas. Este é o ponto central, saber trabalhar nesta lógica da organização” (**Entrevista 8 – Presidente CEASA**).

Na administração 2005-2008 oficialmente não há nenhuma equipe constituída na comissão gestora, haja vista a inexistência de uma portaria divulgando os nomes dos seus membros. Portaria esta explicitada no decreto regulamentador, onde fica exposto que após acordados os nomes dos integrantes da Comissão a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho deverá comunicá-los, por ofício, ao Gabinete do Prefeito, para a publicação da portaria de nomeação.

Em relação às hortas de Barão Geraldo, a equipe operacional é composta pelos funcionários de serviços gerais da subprefeitura e um assessor contratado para dar suporte agrônômico às atividades de hortas escolares.

7.7. Comunicação

Na administração 1997-2000 dois artigos da lei nº 9.549 citavam como deveria se dar a comunicação do PHC, quais sejam:

Artigo 10 - A Prefeitura Municipal de Campinas deverá dar ampla publicidade ao programa de Hortas Comunitárias através da veiculação de cartazes explicativos nos ônibus ou afixados nas unidades públicas de saúde, educação, ação social entre outros.

Artigo 11 - A Prefeitura Municipal de Campinas dará amplo conhecimento do programa de hortas comunitárias aos sindicatos com sede no município, com os quais poderá celebrar convênios para o atendimento de desempregados da referida categoria.

Na administração 2001-2004 basicamente a divulgação se deu através dos *sites* da prefeitura e da CEASA (acesso reduzido para a maioria da população), em reuniões setoriais (exclusivamente compostas por representantes do governo) e em alguns programas de TV. Ou seja, tratou-se essencialmente de divulgar a iniciativa da prefeitura, e não necessariamente para o reconhecimento e envolvimento do público alvo.

Em relação à comunicação interna do Programa não foi elaborado nenhum relatório de desempenho, as atividades eram informadas nas reuniões semanais da equipe e registradas nas atas.

Na administração 2005-2008 chegou a ser elaborado um relatório sobre as condições de funcionamento das hortas envolvidas no PHC, em maio de 2005.

A CEASA tem previsão de fazer um relatório de balanço das atividades desenvolvidas dentro do Programa agora no final do ano de 2005.

7.8. Riscos

Não foi previsto nenhum tipo de risco. Desta maneira nenhum plano contingencial foi elaborado. Além disso, longe de ser um programa efetivamente implantado, o PHC foi uma experiência com casos pontuais pelo município.

“É possível mudar nossas vidas e a atitude daqueles que nos cercam simplesmente mudando a nós mesmos” (Rudolf Dreikurs).

8. PROJETOS (OPERACIONALIZAÇÃO E PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS)

As caracterizações apresentadas a seguir foram elaboradas a partir das informações fornecidas pelos gestores ou os participantes dos projetos nas entrevistas realizadas no ano de 2005.

A sistematização das informações obtidas foi feita categorizando-as segundo formulário que lhes foi previamente indicado, abrangendo os seguintes itens: integração, escopo, tempo, recursos financeiros, qualidade, recursos humanos, comunicações, e riscos.

Procurou-se estudar três tipos de hortas, agrupadas em institucionais (2 escolares e 2 terapêuticas) e 2 comunitárias. Como será observada na **Figura 6** que a entrada das hortas no PHC se deu em diferentes momentos.

No caso das duas hortas escolares estudadas, já havia o trabalho com horta, mas a entrada efetiva destas escolas no PHC ocorreu em 2005, através de encaminhamento de solicitação direta à subprefeitura de Barão Geraldo e posterior implantação com o apoio da CEASA. Sem passar pela comissão gestora do PHC. O apoio se dá através de assistência técnica, do fornecimento de mudas e de outros insumos para a horta.

No caso das duas hortas terapêuticas estudadas, no Centro de Saúde a idéia de fazer uma horta começou em 2003, mas a horta só começou efetivamente com o apoio do PHC, através do oferecimento das mudas, insumos para a horta e assistência técnica. No caso da UNICAMP, o trabalho com horta já era realizado e o PHC presta apoio com o fornecimento de mudas para a horta. Em nenhum dos casos houve solicitação de pedido protocolado na prefeitura.

As duas hortas comunitárias estudadas diferem completamente em relação ao engajamento no PHC.

O Jardim Liliza é uma horta implantada e promovida pelo PHC, ou seja, passou por todo o processo burocrático descrito no decreto regulamentador do Programa, foi uma das primeiras hortas comunitárias implantadas em Campinas, pela gestão 2001-2004, recebeu todo o suporte técnico oferecido pelo Programa. Já a horta da Vila Brandina não é favorecida de nenhuma forma no PHC, sendo subsidiada por seus próprios participantes.

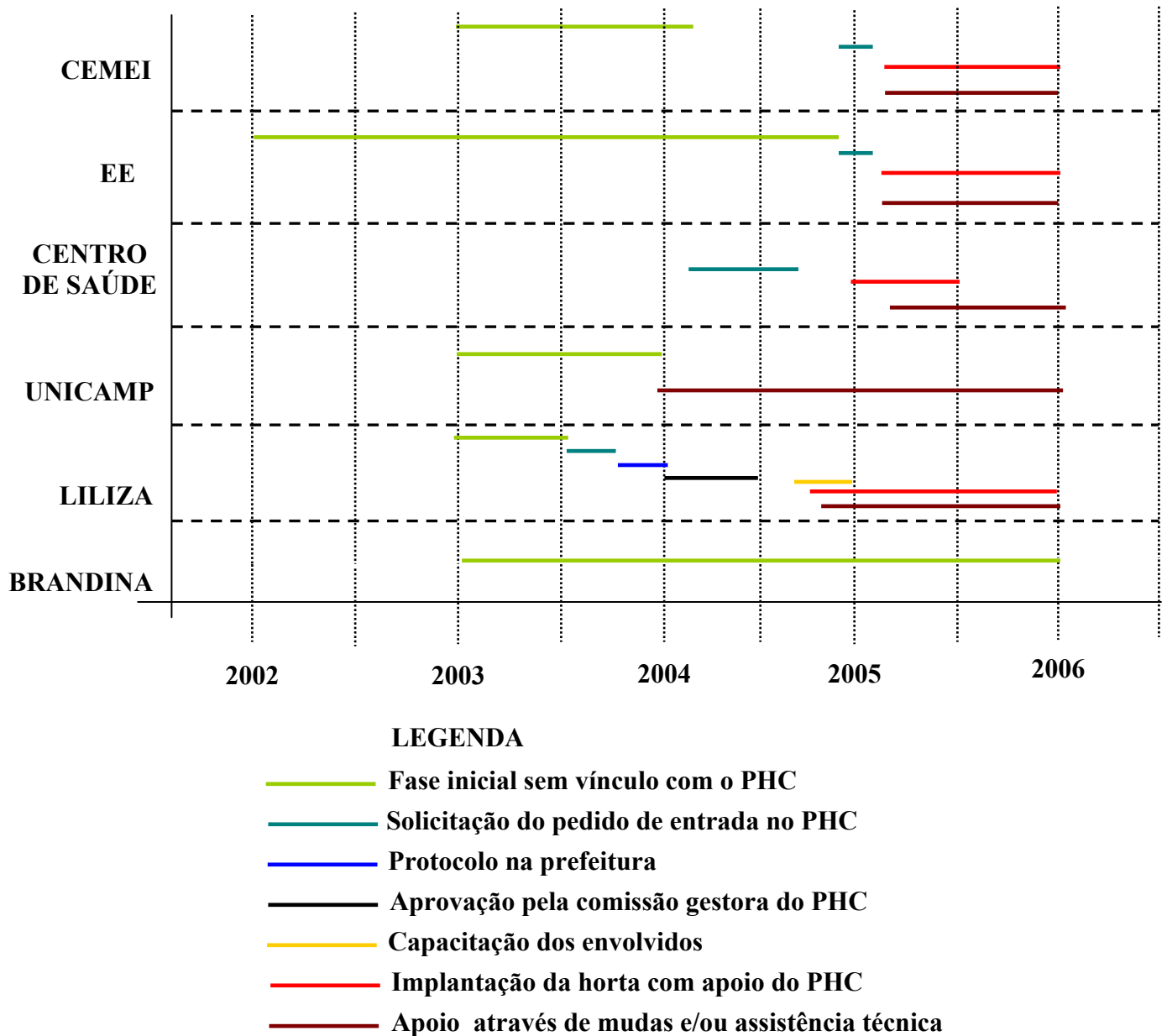


Figura 6. Épocas em que cada projeto estudado entrou no PHC.

8.1. Hortas Escolares

Serão analisadas duas hortas escolares, da CEMEI Cristiano Osório de Oliveira e da EE Profª Dora Maria Maciel C. Kanso, pertencentes ao distrito de Barão Geraldo.

CEMEI Cristiano Osório de Oliveira. Rua Mal. Hermes da Fonseca, nº 146. Bairro Barão Geraldo. Região Norte do município.

A área que a escola destina ao cultivo da horta é de aproximadamente 25 m². A agricultura desenvolvida na escola é orgânica, as olerícolas são diversificadas, tanto de folhas, quanto de fruto. Na cerca da escola foram plantados pés de maracujá e ao redor dos canteiros salsinha e cebolinha. A água utilizada é da rede pública. Os produtos produzidos são utilizados na escola por alunos, professores e funcionários.

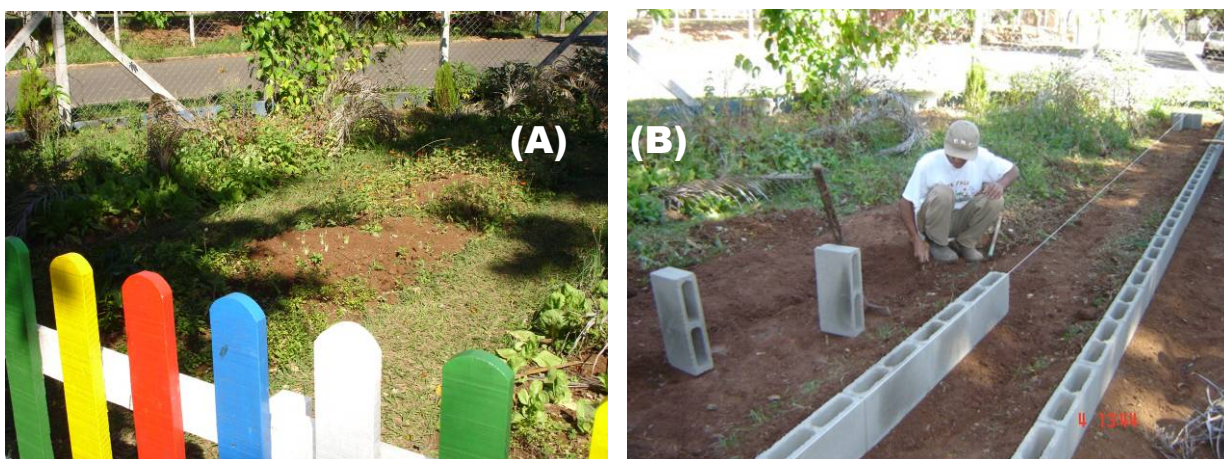


Figura 7. Terreno antes (A) e durante (B) a construção da horta (Cristiano Ozório).

Fonte: J. ARRUDA, abril 2005.



Figura 8. Canteiros prontos (A) e primeiro plantio (B) (Cristiano Ozório).

Fonte: F. J. R. LOPES, junho 2005.

**EE Dora Maria Maciel C. Kanso Profª. Avenida 1, s/n. Bairro Village Campinas.
Região Norte do município.**

A área que a escola destina ao cultivo da horta é de aproximadamente 2.500 m². A agricultura desenvolvida na escola é orgânica, as olerícolas são diversificadas, tanto de folhas, quanto de fruto. No entorno da horta são plantados pés de feijão guandu, feijão trepador, amendoim, cara-moela, mandioca, milho, urucum. Um pomar com jambo, pitanga, limão cravo, limão galego, limão tahiti, abacate, acerola e maracujá. A água utilizada é de poço semi-artesiano. Os produtos produzidos são utilizados na escola por alunos, professores e funcionários.

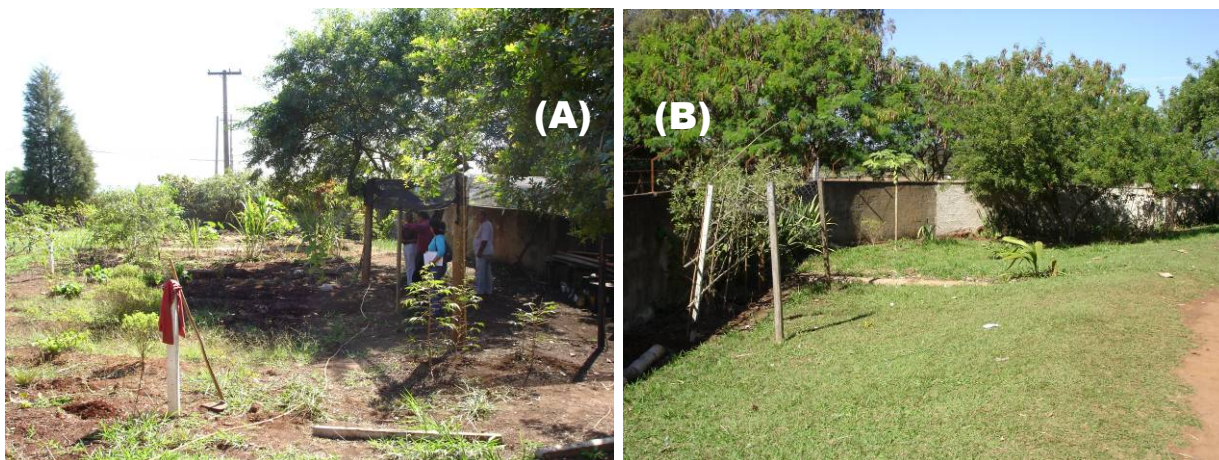


Figura 9. Áreas (A) e (B) antes da construção da horta na escola (Dora Kanso).

Fonte: F. J. R. LOPES, abril 2005.

As duas escolas já possuíam hortas pequenas, a CEMEI havia começado em 2003 e a EE em 2002. Com pouca infra-estrutura, as hortas passavam por vários percalços. A falta de recursos financeiros e humanos, nem sempre se conseguiam colher o produto plantado ou a demanda por produtos era maior do que a capacidade produtiva da área.

A entrada das escolas no PHC ocorreu em 2005, através de encaminhamento de solicitação direta à subprefeitura de Barão Geraldo e posterior implantação com o apoio da CEASA. Sem passar pela comissão gestora do PHC. Quanto aos procedimentos de operacionalização da entrada da escola no Programa segundo o funcionário responsável:

“A escola entra com o pedido na subprefeitura, posteriormente é feita uma visita para ver as condições da área, ver como a horta vai ser feita, são duas exigências para a escola, a primeira é que tenha uma pessoa na escola que tome conta da horta, a segunda é que a escola compre os blocos de concreto, a partir daí a subprefeitura manda os funcionários que montam os canteiros e a CEASA leva todo o material e as mudas” (**Entrevista 15 – Jardineiro Poeta**).

Com a descrição destes procedimentos fica claro o papel assumido pela subprefeitura de analisar os pedidos e conceder os benefícios do PHC sem o conhecimento da comissão gestora.

Integração

Na CEMEI o projeto desenvolvido não é vinculado diretamente à Secretaria de Educação, ele faz parte do projeto pedagógico da escola. Não há uma política municipal que estimule o uso das hortas como ferramenta pedagógica, evidenciando o seu papel instrumental no PHC.

“Não tem nada a ver com a secretaria, a secretaria entra assim, existe um projeto de nutrição, existe uma merenda na escola, eles conhecem o nosso trabalho, a professora Keli já deu um monte de palestras, mas é tudo nosso” (**Entrevista 12 – Coordenadora CEMEI**).

A gestão do projeto de horta é compartilhada com toda a equipe escolar, que se reúne uma vez/semana com os professores e duas vezes/semana com os monitores. Dentro da equipe as funções são definidas conjuntamente. No final do ano é feita uma avaliação geral, onde é destacado o que não funcionou, o que foi conseguido e o que ainda tem para ser conseguido.

Nestas reuniões são organizados os horários de utilização da horta, nos vários projetos internos. Dentre eles:

O Projeto da Culinária é desenvolvido por todos os professores envolvendo trabalhos artísticos, musicais e a confecção todo mês de um prato diferente com as crianças, utilizando os produtos da horta. As receitas são enviadas para casa e segundo a coordenadora pedagógica da escola, os hábitos alimentares já estão mudando.

Projeto Sabor e Saúde é o projeto de uma professora em que é trabalhada a história dos alimentos, como produzir e como consumi-los.

Projeto da Casinha é desenvolvido de forma a ensinar à criança as tarefas diárias de uma casa. Inclusive cuidar da horta.

Projeto do Meio Ambiente trabalha a educação ambiental junto com a criança, incluindo a horta e um espaço construído na escola chamado “Cantinho da natureza”.



Figura 10. Placa da entrada (A) e área do “Cantinho” (B) (Cristiano Ozório).

Fonte: Equipe da escola Cristiano Ozório, junho 2005.

Na EE o projeto desenvolvido também não é vinculado diretamente à Secretaria de Educação, ele faz parte do projeto pedagógico da escola.

A gestão do projeto de horta é compartilhada com toda a equipe escolar, que nos momentos de reunião organiza os horários de utilização da horta, principalmente duas professoras (uma que trabalha a questão da água e outra a questão do solo) que estão mais vinculadas ao projeto.



Figura 11. Alunos trabalhando na horta (A) e visita à área (B) (Dora Kanso).

Fonte: F. J. R. LOPES, setembro 2005.

Há um controle operacional das atividades (em que datas são feitas sementeiras, plantio e cuidados gerais), no entanto, não fica claro o planejamento pedagógico do projeto horta em um período de tempo.

Vários projetos internos utilizam-se da horta, dentre eles:

Projeto da Padaria, em que nos finais de semana, um grupo de pais e mães vai à escola e produz pães artesanais e quando possível utilizam produtos da horta. Estes pães são vendidos e a renda é utilizada para fazer melhorias na escola, como por exemplo, a compra de brinquedos e reforma de uma sala de aula.

Projeto Letra e Vida, que é um projeto de alfabetização elaborado por uma professora da 3ª série, que utiliza a horta para ensinar a ler.

Projeto Escola da Família, que tem por objetivo trazer a família para dentro da escola, é realizado nos fins de semana e uma das atividades realizadas é a realização de uma refeição na escola utilizando os produtos da horta e da padaria.

Projeto Agenda 21, que trabalha todo o descritivo da horta de forma integrada ao meio ambiente.

Projeto de Ciências, que utiliza o solo da horta como objeto de investigação química, física e biológica.

Quanto à destinação dos produtos em ambas as escolas, eles são consumidos na merenda escolar, são utilizados em alguns projetos em que há a necessidade de manipulação e quando há excedente eles são enviados para as famílias.

Observa-se que nas duas escolas não ficam definidos os momentos de início, meio e fim do projeto o que dificulta na observação do cumprimento de metas. No entanto, a única consequência negativa deste não planejamento é observada em relação à falta de um cronograma de atividades que facilitaria na previsão de desembolso de recursos financeiros, elaboração de material didático e planejamento da produção.

Escopo

Na CEMEI todas as crianças participam de algum projeto que utiliza a horta como ferramenta pedagógica. A escola atende 220 crianças, que têm de três meses a seis anos, a maioria delas são oriundas do Bairro Real Parque, que fica no distrito de Barão Geraldo.



Figura 12. Crianças nos cuidados diários com a horta (Cristiano Ozório).

Fonte: Equipe da escola Cristiano Ozório, setembro 2005.

Segundo GAIA (2003), apesar de o distrito possuir elevado nível sociocultural, o bairro contrasta com este perfil, pois sua população é composta por muitas crianças e jovens e a maior parte vive em uma favela localizada às margens de um córrego. As opções de lazer são quase inexistentes no local.

“São crianças que têm a situação social bem complicada, e esse projeto tem contribuído para mudança de hábitos, comem muita bala, porque a situação financeira muitas vezes faz com que a criança coma muita porcaria, alimentos mais baratos e de mais fácil acesso”
(Entrevista 12 – Coordenadora CEMEI).

Na EE todas as turmas de 1ª a 4ª série estão inseridas no Projeto Horta, os professores também trabalham alguns conteúdos escolares na horta (matemática, ciências, português).

O nível econômico das famílias dos estudantes em sua maioria é baixo, com rendimento mensal de no máximo 3 salários mínimos, inclusive já detectaram alguns casos de desnutrição infantil. Há algumas exceções de estudantes filhos de professores da escola ou de professores da UNICAMP, que escolhem esta escola pelas características ainda rurais que possui.

“Porque a escola é calma, o ambiente é calmo, um ambiente mais decente, então tem pais que colocam aqui porque acreditam na escola, por ela ter esse perfil” **(Entrevista 14 – Diretora Dora Kanso).**

Os objetivos na introdução da horta no ambiente escolar, referem-se a melhorar os hábitos alimentares dos alunos (na CEMEI) e mostrar os benefícios do consumo de produtos orgânicos, trabalhar com questões sobre meio ambiente, ensinar as técnicas de cultivo e conhecer o nome das plantas (na EE).

Tempo

No caso das duas escolas estudadas, já havia o trabalho com horta, mas a entrada efetiva destas escolas no PHC ocorreu em 2005.

Na CEMEI a horta começou em 2002 com a iniciativa de uma funcionária que gostava de trabalhar com plantas e levava as crianças para horta. Somente após a saída desta funcionária em 2004 foi percebida a importância dessa atividade para a escola. A partir desta constatação foi retomada a horta e à medida que era preciso algum material esta necessidade era suprida.

Na EE a horta teve início em 2002, mas devido a acidez do solo as plantas não se desenvolviam bem.

Nas duas experiências não fica clara a forma de monitoramento, assim como não é identificado o projeto pedagógico da escola em relação à utilização no ciclo de desenvolvimento da horta. Exemplo: que conceitos escolares são trabalhados na sementeira, no plantio, no manejo e na colheita.

Recursos Financeiros

Em relação aos recursos subsidiados por cada envolvido, em ambas as escolas, a subprefeitura auxilia com o apoio operacional da horta, qual seja, montagem dos canteiros, transporte e movimento de terra, quando necessário, e assistência técnica.

O PHC auxilia com o custeio da atividade, através da cessão de todos os insumos para a horta (mudas, adubos, defensivos, tela de sombreamento) e assistência técnica.

As escolas ficam responsáveis pela compra dos blocos de concreto para a construção dos canteiros e manter uma pessoa na manutenção diária da horta. Assim, na CEMEI quem cumpre este papel é o avô de um aluno e na EE é a caseira da escola.

Outras parcerias indiretas das hortas seriam a CEASA, que subsidia o projeto Sabor e Saúde com produtos “in natura” para a elaboração de alguns pratos, na CEMEI. E na EE tem parceria com a Faculdade de Engenharia de Alimentos – UNICAMP nos projetos da Padaria e no projeto Escola da Família com a doação de ingredientes para elaboração das receitas e estagiárias.

A Secretaria de Educação Municipal autoriza o pagamento de horas ao professor que opte por uma jornada de trabalho 36h, sendo 25h de trabalho com as crianças dentro ou fora de sala de aula, uma parte em casa e outra parte para que trabalhe os projetos.

Existem ainda outros canais que podem ser explorados na busca por recursos que dêem suporte à projetos em hortas estaduais.

“No Estado pode até ter uma verba para isso, mas depende de um projeto, mas você tem um período para solicitar isso. Fora isso não tem nenhum recurso, existe um período que você pode mandar direto para a Coordenadoria de Normas Pedagógicas, mas ali é um pente-

fino, é aquele projeto que eles vêem que pode dar certo” (**Entrevista 14 – Diretora Dora Kanso**).

Qualidade

Em relação à percepção do sucesso, apesar de não ter sido estabelecido algum critério ou parâmetro quantitativo para avaliar a eficiência ou a efetividade do projeto pedagógico. Ambas ressaltam o seu sucesso através da mudança da população envolvida.

Na CEMEI antes, que os projetos que envolvem a educação alimentar iniciassem, foi realizada uma consulta aos pais, para saber que tipo de alimentos as crianças gostavam. Diante das respostas houve a motivação para trabalhar com os produtos da horta, haja vista a relação de alimentos inadequados listados pelos pais como favoritos dos filhos. Durante o ano foi observada a alteração dos hábitos alimentares e numa nova consulta isto se confirmou.

O sucesso também é percebido, nesta escola, pela forma como o trabalho da horta e a coleta de seus produtos impactam os alunos e os funcionários.

“O sucesso é percebido pela alegria das crianças, o sorriso que a criança dá para gente quando colhe aquela alface enorme, quando a gente vê que o grupo de funcionários da escola se envolve, dá opinião, este é o resultado do trabalho” (**Entrevista 12 – Coordenadora CEMEI**).

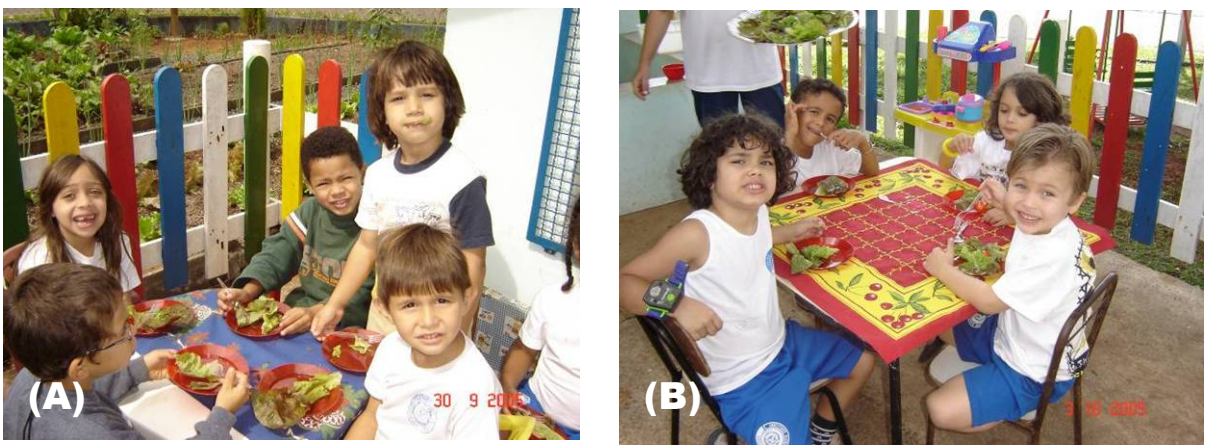


Figura 13. Crianças saboreando hortaliças (A) e (B) (Cristiano Ozório).

Fonte: Equipe da escola Cristiano Ozório, setembro 2005.

Na EE a utilização da horta como forma de trabalho prático e de embelezar a escola é a maneira como o sucesso é percebido.



Figura 14. Vista geral da horta na escola (A) e (B) (Dora Kanso).

Fonte: F. J. R. LOPES, julho 2005.

“A gente percebe o sucesso quando a horta começa a produzir, vê que é um trabalho diferente, é um trabalho prático e é bonito também. Você olha a aparência da escola e percebe que ali tem um trabalho, é diferente do que ter tudo cimentado dá a impressão de que alguma coisa pro país nós estamos fazendo” (**Entrevista 14 – Diretora Dora Kanso**).

Cabe destacar que em nenhuma das escolas foi citado o efeito pedagógico na utilização da horta. O que causa certa estranheza, uma vez que tanto na CEMEI quanto na EE, a horta é utilizada pela maioria dos professores.

Recursos Humanos

Nas duas experiências estudadas a horta é utilizada por toda a equipe escolar, porém o trabalho diário de manutenção da horta é feito especificamente pela caseira da escola, no caso da EE, e pelo avô de um aluno, no caso da CEMEI. Ainda é possível relacionar o funcionário da subprefeitura que faz visitas sistemáticas de monitoração das condições agrônômicas e fitossanitárias da horta.



Figura 15. Crianças cuidando da horta e segunda colheita (Cristiano Ozório).

Fonte: Equipe da escola Cristiano Ozório, setembro (A) e outubro (B) 2005.

Comunicação

Na CEMEI são feitas palestras sobre as experiências e as atividades escolares em outras unidades de ensino. Assim como no final do ano os projetos são expostos dentro da escola e os pais são convidados para assistir estas apresentações. Também foi elaborado um vídeo com a síntese do projeto horta, constituindo-se num material de divulgação do projeto dentro e fora da escola.

Na EE é elaborado um jornal mensal com informações de todos os projetos da escola, este jornal é distribuído para toda a comunidade. Também há um endereço eletrônico onde são disponibilizadas informações sobre a escola.

Internamente, nas duas escolas, as informações sobre o projeto horta são compartilhadas nas reuniões semanais.

Risco

Na CEMEI não houve previsão de nenhuma fonte de risco.

Na EE um risco pensado num primeiro momento foi em relação à algum tipo de roubo ou depredação, pensava-se em cercar a horta, deixá-la protegida, no entanto, isso mostrou-se completamente fora da realidade da escola.

“Aqui por ter uma característica rural a horta não é muito uma novidade, porque eles já têm conhecimento de horta, talvez por isso eles ajudem a cuidar, os alunos daqui já têm um olhar especial, porque eles já sabem o valor, talvez se fosse em outra escola...”
(Entrevista 14 – Diretora Dora Kanso).

8.2. Hortas Terapêuticas

Serão analisadas duas hortas terapêuticas, do Centro de Saúde Prefeito Antônio da Costa Santos e do projeto “Reinserção Social – Um Resgate à Dignidade e Cidadania¹⁸”, no bairro Jardim Conceição e no Campus Universitário da UNICAMP, respectivamente.

Centro de Saúde Prefeito Antônio da Costa Santos. Rua Silvino de Godoy, nº 40. Bairro Jardim Conceição. Região Leste do município.

A área total destinada à horta é de aproximadamente 12 m². Foi feita adaptação de um corredor com canteiros suspensos e uso de composto. Também foi aproveitada uma área inclinada de gramado com cultivo em terraços diretamente no solo. A agricultura desenvolvida na escola é orgânica, as olerícolas são diversificadas, tanto de folhas, quanto de fruto, assim como, plantio de plantas medicinais. Na cerca foi plantado maracujá. A água utilizada é da rede pública. Os produtos produzidos são doados pelos pacientes aos funcionários que cuidam deles e também a um asilo do bairro, pois eles não têm o hábito de ingerir hortaliças.

As duas experiências estudadas já desenvolviam atividades de terapia ocupacional com os pacientes em projetos das unidades em que estão inseridas, no Centro de Saúde e no Hospital das Clínicas da UNICAMP, respectivamente. Desta forma, a horta foi uma demanda posterior ao início dos projetos terapêuticos e veio auxiliar na terapia como será descrito nos itens abaixo.

¹⁸ Oficina Terapêutica de Produção de Papel Reciclado.



Figura 16. Fachada do centro de saúde (A) e área do entorno (B) (Centro de Saúde).

Fonte: Equipe do Centro de Saúde, 2004.

Projeto “Reinserção Social” – Um Resgate à Dignidade e Cidadania. Campus Universitário, s/n. Bairro Barão Geraldo. Região Norte do município.

A área total destinada à horta é de aproximadamente 1.400 m². O plantio é feito diretamente no solo. A agricultura desenvolvida é orgânica, as olerícolas são diversificadas, tanto de folhas, quanto de fruto, assim como, plantio de plantas ornamentais. Também é plantado maracujá. A água utilizada é da rede pública. As mudas são adquiridas na ETE Vó Pureza e a terra tratada vem do Parque Ecológico. Os produtos produzidos são utilizados pelos pacientes da oficina e o excedente é vendido.



Figura 17. Barracão do projeto (A) e vista interna do barracão (B) (UNICAMP).

Fonte: J. ARRUDA, maio 2005.

A entrada das hortas no PHC se deu em momentos diferentes. Na UNICAMP a horta recebe apoio do PHC desde 2003, através da doação das mudas produzidas na ETE Vó Pureza. No caso do Centro de Saúde a idéia de fazer uma horta começou em 2003, mas a horta só foi implantada efetivamente com o apoio do PHC, através da entrega das mudas, insumos para a horta e assistência técnica. Em nenhum dos casos houve solicitação de pedido protocolado na prefeitura.

O projeto do Centro de Saúde Prefeito Antônio da Costa Santos (ou Centro de Saúde Jardim Conceição) teve início a partir da descentralização do trabalho que o CRIADE¹⁹ desenvolvia com os alcoolistas. Por este motivo eles foram encaminhados para os centros de saúde no começo de 2002. A horta, vinculada à este projeto, foi implantada em 2005.

“Aí a coisa começou, nós começamos com palestras, e começamos a pensar que não podíamos perder o pique que eles estavam, e só palestra ficava maçante. E a gente percebia que cada um tinha uma aptidão e começamos a buscar as aptidões e começar a desenvolver as aptidões individualmente e coletivamente” (**Entrevista 10 – Sub-prefeito Barão Geraldo**).



Figura 18. Plantio em telhas (A) e no corredor (B) (Centro de Saúde).

Fonte: J. ARRUDA, julho 2005.

¹⁹ Programa de Cuidado aos usuários de droga da Secretaria Municipal de Saúde.

O projeto “Reinserção Social” da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) no Campus Universitário teve início, enquanto idéia, em 2002. Em 2003 foi posto em prática através do resultado de uma parceria entre a UNICAMP, Petrobrás (patrocinadora) e Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP). A horta surgiu como demanda de alguns pacientes.

A terapeuta ocupacional Margareth Cardamoni Durães, idealizadora e executora do projeto, informa que a oficina atende pacientes em tratamento no Hospital das Clínicas (HC) da UNICAMP, e tem por objetivo amenizar as perdas pessoais e sociais causadas pela revelação do diagnóstico. Segundo ela, muitos dos pacientes têm uma reação de isolamento e depressão, agravada pelo fator econômico. Além disso, em função do tratamento precisavam ficar o dia todo no hospital.

“Nesse período eles ficavam ociosos, naquele ambiente hospitalar, que intensificavam sintomas depressivos, ansiedade e angústia, principalmente porque não poderiam estar exercendo nenhuma função produtiva de trabalho mesmo, isso estava relegado a terceiro plano. Muitos acabavam abandonando o tratamento, porque tinham que ir atrás de emprego, para poder por comida em casa, então eles vinham, tomavam a primeira dose, a segunda eles não tomavam e a consequência disto é que agravava o estado deles e muitos faleceram neste período” (Entrevista 11 – Terapeuta UNICAMP).



Figura 19. Portão de entrada da horta (A) e área interna (B) (Campus UNICAMP).

Fonte: J. ARRUDA, julho 2005.

Apesar do Artigo 5º da Lei de criação do PHC afirmar que quando a horta for utilizada como terapia ocupacional, o programa de hortas comunitárias deverá ser iniciado a partir das Unidades Básicas de Saúde do Município, através dos profissionais especializados, que, neste caso, se constituirão coordenadores da atividade. Nenhum dos dois projetos de hortas terapêuticas está ligado a alguma política, ou programa da Secretaria de Saúde.

A iniciativa de implantar as hortas partiu das equipes que trabalhavam com os pacientes e viam nos projetos uma alternativa ao tratamento químico e ao tratamento através de terapia de grupo. Demonstrando a falta de integração do PHC com a Secretaria de Saúde.

Integração

No Centro de Saúde a gestão da horta é feita pelos próprios alcoolistas, cabendo à equipe médica somente o trabalho de terapia de grupo desenvolvido nas segundas-feiras.

A vinculação da horta ao PHC foi através da articulação da Sandra Regina Ribeiro Michel, titular do Distrito de Saúde Leste, que deu apoio ao projeto e encaminhou o pedido por carta diretamente ao diretor-presidente da CEASA, que a partir de 2005 estabeleceu a parceria com a entrega das mudas e apoio técnico.

“E foi muito importante essa assistência técnica porque eu era totalmente ignorante nesse assunto e eles apesar de já terem trabalhado não tinham a técnica.” (Entrevista 10 – **Sub-prefeito Barão Geraldo**).



Figura 20. Plantio no gramado (A) e no corredor (B) (Centro de Saúde).

Fonte: F.J.R. LOPES, agosto 2005.

No projeto “Reinserção Social” a gestão é feita sob a coordenação da Sra. Margareth Cardamoni Durães e a gestão da horta é feita pelos próprios pacientes que nela trabalham. O projeto recebe apoio financeiro da Petrobrás, que paga uma bolsa de capacitação, no valor de R\$ 240,00/mês/paciente. Inicialmente, segundo a coordenadora, se pensou em fazer um rodízio entre as atividades de reciclagem e a horta, mas nem todos os pacientes se identificavam com a horta. Por este motivo, dos 29 pacientes, somente 4 participam do projeto horta.

Esta verba é repassada ao projeto através de um convênio entre ABTCP (Associação Brasileira de Técnica em Celulose e Papel) que faz essa intermediação entre a Petrobrás e a UNICAMP.

A vinculação do projeto de horta ao PHC se deu através de contato pessoal da coordenadora do projeto com um membro da equipe da CEASA, que articulou e encaminhou o pedido diretamente ao GDR, que a partir de 2003 estabeleceu parceria com a doação das mudas produzidas na ETE Vó Pureza.

Concomitantemente as atividades do projeto, a tese de doutorado da coordenadora está sendo feita baseada neste estudo de caso.

Nos dois projetos a entrada dos pacientes nas atividades é diretamente relacionada a participação dos mesmos no grupo de terapia (no caso do Centro de Saúde) e façam o tratamento adequadamente (no caso da UNICAMP).

Na UNICAMP o projeto “Reinserção Social” foi planejado para funcionar por um ano, e a continuidade está, por enquanto, totalmente relacionada ao apoio financeiro da Petrobrás.

“Sem o apoio será difícil, nós estamos no caminho da auto-sustentabilidade, então que é repassar para os pacientes o ganho que a gente tem com a venda de material para as unidades da universidade, ter o dinheiro para poder passar para os pacientes, mas isso está sendo uma burocracia danada, e isso vai demorar mais uns 6 a 7 meses. Nós vamos pedir o apoio da Petrobrás, a partir de março/2006 por mais 8 meses” (**Entrevista 11 – Terapeuta UNICAMP**).

Nas duas experiências há um controle operacional das atividades da horta pelos pacientes, no entanto, não fica claro como a atividade é incluída na terapia ocupacional.

Um fato importante que é observado nos dois casos é a importância que a teia de relações pessoais assume no estabelecimento de parcerias, o que fica bastante claro inclusive na experiência da UNICAMP em relação à Petrobrás, onde a intermediação de uma terapeuta ocupacional que fazia parte da equipe conhecia uma pessoa da área de projetos da Petrobrás e levou ao conhecimento o projeto.

“Essa parceria se deu por acaso, eu tinha alguns contatos, amizades com políticos que tinham na época, e que conheciam uma pessoa interada na área de estudos de projetos e ela acabou levando o projeto, e este projeto preencheu os critérios para que houvesse o patrocínio.” (**Entrevista 11 – Terapeuta UNICAMP**).

Escopo

Nos dois projetos o objetivo está relacionado à melhoria da saúde dos pacientes, com o desenvolvimento de atividade produtiva.

No Centro de Saúde o público alvo são os alcoolistas normalmente de classe muito baixa, a maioria residente em Campinas, contando atualmente com 8 pacientes. Os produtos da horta são doados pelos alcoolistas aos funcionários do Centro de Saúde e a um asilo. Vale ressaltar que os próprios pacientes não comem os frutos da horta.

“Isso é muito importante porque mudou a relação deles com os funcionários, porque o funcionário recebe o alcoolista de uma forma errada, “porque o cara é malandro”, dentro da própria saúde existe uma cultura de que alcoolismo é malandragem, não entende que alcoolismo é uma doença. Acho que até isso mudou, hoje tem um vínculo” (**Entrevista 10 – Sub-prefeito Barão Geraldo**).

No projeto “Reinserção Social”, os beneficiários são de classe muito baixa, a maioria residente em Campinas e região, e muitos Sumaré e Hortolândia, e alguns de Indaiatuba.

Atualmente o projeto da horta conta com 29 pacientes, destes 4 fazem parte da horta. Os produtos da horta são revertidos para todos os pacientes, e, quando há um excedente, eles vendem para a comunidade e a divulgação é “boca-a-boca”.

Tempo

No Centro de Saúde a horta começou a ser fomentada em 2003, a equipe tentou buscar recursos através da Secretaria de Saúde tentando acionar o PHC de maneira legal, ou seja, via documentação encaminhada à prefeitura. No entanto, a demora desse processo burocrático começou a desestimular os pacientes e na eminência do abandono a equipe arcou com os custos iniciais para instalação da horta. Porém, mesmo com os recursos em mãos a falta de conhecimento técnico continuou atrasando a implantação da horta até que em 2005, com a entrada no PHC (através do apoio técnico e insumos) a horta foi efetivamente implantada e inaugurada em agosto de 2005 e atualmente, não tem previsão de término, mas perspectiva de ampliação.

Na UNICAMP as atividades tiveram início junto com o projeto de produção de papel reciclado em 2003, e em 2004 o PHC começou a ceder as mudas para a horta.

Recursos Financeiros

Em relação aos recursos financeiros as duas experiências diferem bastante. Enquanto que no Centro de Saúde os recursos para a manutenção do paciente na instituição nos dias de terapia são mantidos pela própria equipe que o desenvolve (café, pão e lanche) e a manutenção da horta é feita pelo PHC, na UNICAMP os custos do projeto de reciclagem de papel (produtos químicos, bolsa de capacitação dos pacientes e pagamento da equipe terapêutica) são todos mantidos pela Petrobrás e o PHC apóia a horta através da doação de mudas.

“No Centro de Saúde nós não tivemos nenhum tipo de apoio da prefeitura, não existe, se nós fossemos depender da prefeitura não tinha projeto, existe uma falta de recursos e de políticas (efetivas) que definam e que desburocratizem. O custo é mantido por nós, e depois além do custo da atividade (que conta com apoio da CEASA),

tem o lanche, porque eles vêm e ficavam um período longo conosco” (**Entrevista 10 – Sub-prefeito Barão Geraldo**).

A coordenadora do projeto de reciclagem da UNICAMP afirma que:

“O custo anual de R\$ 120 mil é mantido pela Petrobrás, não é tão alto, se for pensar com boa vontade, não é nada, é muito baixo. Eu tenho uma dificuldade que talvez um outro projeto não tenha. Eu estou inserida num lugar que é um terreno estadual, dentro de uma autarquia que não tem autonomia, numa universidade estadual, então isso dificulta para eu poder criar uma ONG, se eu fosse criar uma ONG eu tinha que pegar os pacientes e ir embora daqui, e todo o projeto ser abarcado pela prefeitura de Campinas. E eu não me arrisco” (**Entrevista 11 – Terapeuta UNICAMP**).

Segundo a coordenadora, além dos recursos obtidos através da parceria com a Petrobrás, as unidades da universidade compram os produtos do projeto (papéis, envelopes, embalagens etc), no entanto, este recurso não pode ser revertido para o pagamento da bolsa de capacitação dos pacientes, o que não permite ainda uma auto-sustentabilidade independentemente da Petrobrás.

Em relação aos recursos mais diretamente ligados à horta, não fica muito claro de que forma são adquiridos os insumos (esterco, fertilizantes, ferramentas, sementes etc). O PHC só apóia com a doação das mudas.

Qualidade

No Centro de Saúde, o controle da qualidade do projeto é acompanhado pela equipe do projeto e pelos próprios alcoolistas nas reuniões de segunda-feira. O sucesso do projeto é percebido pela melhora da saúde, além da mudança de atitude, quando comparado com os alcoolistas que não participam do projeto.

“O que cabe avaliar é o processo, é a evolução deles mesmos, foi fundamental, eles cresceram muito. Uma coisa que marca muito é a responsabilização que eles adquiriram, eles vêm, não precisa nem falar, eles respeitam e cuidam muito, eu no início tinha muito medo, porque quando a gente entra num projeto já sabe que vai ter intercorrências, e eu digo em relação a abandonar, e hoje eles têm a responsabilidade de vir todos os dias. E o mais importante, a auto-estima e a saúde” (**Entrevista 10 – Sub-prefeito Barão Geraldo**).

Na UNICAMP há um monitoramento de qualidade de vida dos pacientes através da aplicação de formulário a cada seis meses. A tese de doutorado da coordenadora está sendo feita com este estudo de caso.

“O sucesso é percebido através deles e dos dados mensuráveis e com a fidedignidade que o instrumento tem, já denota a melhora do quadro geral de saúde. O nosso contrato já foi renovado, e são feitos relatórios mensais mostrando o ritmo de produtividade e ao final de cada ano, eu apresento dados estatísticos mostrando a redução da carga viral, em 64% dos pacientes e aumento da resistência corporal em 84%” (**Entrevista 11 – Terapeuta UNICAMP**).

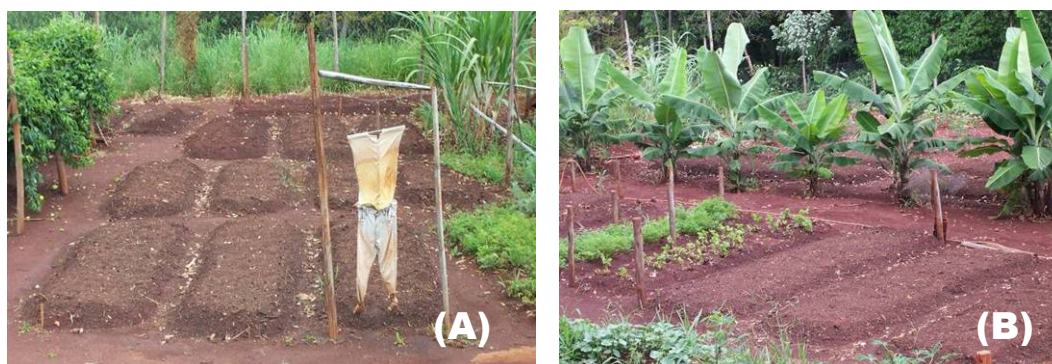


Figura 21. Canteiros sendo preparados (A) e (B) (Campus UNICAMP).

Fonte: J. ARRUDA, setembro 2005.

A coordenadora também salienta a importância da mudança de comportamento, principalmente nos pacientes que trabalham na horta, devido o contato com a natureza e a melhora da saúde.

“Eles se sentem muito mais felizes, a melhora é em todos os níveis, em todos os pacientes, mas em especial aos pacientes que trabalham na horta uma coisa que eles ressaltam e que os nossos pacientes aqui da oficina não ressaltam tanto que é a importância do desgaste físico. Poder ter o desgaste físico, porque a horta dá mais trabalho, é muito mais cansativo, e esse desgaste físico para eles é real, o quanto é importante eles sentirem esta capacidade, muito mais do que qualquer outro, porque o físico responde, eles percebem que o corpo ainda trabalha com eficiência” (**Entrevista 11 – Terapeuta UNICAMP**).

Recursos Humanos

As equipes dos dois projetos são compostas por 1 psiquiatra, 1 psicóloga, 1 terapeuta ocupacional, 1 clínica geral e 1 dentista, no Centro de Saúde e por 2 terapeutas ocupacionais, 1 auxiliar técnico e 1 psicóloga, na UNICAMP. No entanto, estas duas equipes não utilizam o espaço da horta para o desenvolvimento das suas atividades com os pacientes.

Comunicação

Nas duas experiências não há problemas em relação à comunicação. Ambas as equipes divulgam amplamente os projetos, através dos *sites* institucionais e “boca-a-boca”.

Riscos

Em nenhum dos dois projetos foi feito algum levantamento das fontes de risco, na concepção dos objetivos do projeto.

8.3. Hortas Comunitárias

Serão analisadas duas hortas comunitárias, a da Paróquia Jesus Cristo Libertador e a da ONG Plantando Paz na Terra, dos bairros Jardim Liliza e Vila Brandina, respectivamente.

A horta do Jardim Liliza emergiu como alternativa à extrema dificuldade financeira pela qual passavam as famílias do bairro. Ela começou a ser fomentada em uma instituição do bairro, a Casa dos Anjos, que é uma unidade da Casa Maria de Nazaré.

Horta Comunitária da Paróquia Jesus Cristo Libertador (Rua: Carlos Roberto Pereira, 842. Jardim Florence II, Campinas, SP). A horta está situada na Praça 03, na região do Campo Grande. Bairro Jardim Liliza. Região Noroeste do município.

A área total destinada à horta é de aproximadamente 4.600 m². O plantio é feito no solo misturado ao composto. A agricultura desenvolvida é orgânica, as olerícolas são diversificadas, tanto de folhas, quanto de fruto. A água utilizada é da rede pública. Os produtos produzidos são utilizados pelas famílias que trabalham na horta e o excedente é vendido.



Figura 22. Fotos da fase inicial da horta (A) e (B) (Jardim Liliza).

Fonte: F.J.R. LOPES, agosto 2004.

A Casa de Maria de Nazaré é uma Instituição sem fins lucrativos que há mais de 15 anos assiste crianças e adolescentes carentes, bem como suas famílias na cidade de Campinas. Atualmente a Entidade possui 04 unidades com projetos distintos, além de sua Casa Sede, onde funciona um programa de auto-gestão que confecciona e vende salgados, bolos e tortas.

Através de suas unidades são atendidas mensalmente cerca de 500 crianças e adolescentes carentes e suas famílias, sendo em sua maioria moradoras de regiões periféricas.

A unidade Casa dos Anjos atende mensalmente 192 crianças e adolescentes, do bairro Jardim Liliza, através de atividades sócio-educativas: artesanato, pintura em tecido, datilografia, informática, capoeira, dança, coral, acompanhamento escolar, artes em madeira, esportes e patriotismo. As atividades completam o horário ocioso em que as crianças não se encontram na escola.

“A necessidade da horta surgiu no trabalho com as crianças e junto a gente trabalha com a família, com a comunidade. As nossas famílias são muito, muito carentes, são desempregados, tentam se virar fazendo faxina, fazendo “bicos”, muitos trabalham com a reciclagem de lixo (catadores de latinha e de papel), eles acabam se virando, mas não têm uma renda formal que possam contar no final do mês”
(Entrevista 13 – Repres. Casa dos Anjos).

O projeto da horta da Vila Brandina faz parte de um programa maior, orientado por uma metodologia sócio ambiental e com a integração de projetos nas áreas de educação, pesquisa e recuperação. Surgiu como alternativa à degradação ambiental em uma área do bairro, que estava coberta de entulho e na qual foi descoberto o olho de uma nascente que se encontrava totalmente soterrado.

Horta da ONG Plantando Paz na Terra. Rua Francisco Mesquita, nº1. Bairro Vila Brandina. Região Leste do município.

A área total destinada à horta é de aproximadamente 400 m². O plantio é feito diretamente no solo. A agricultura desenvolvida é orgânica, as olerícolas são diversificadas, tanto de folhas, quanto de fruto. A água utilizada é da rede pública. Os produtos produzidos são utilizados pelas pessoas que trabalham na horta, assim como são doados às pessoas da comunidade.

Tem como organização jurídica uma associação sem fins lucrativos a Associação Plantando Paz na Terra, que é uma ONG fundada em 17 de agosto de 2002. (PLANTANDO PAZ NA TERRA, 2006). Segundo a coordenadora da ONG:



Figura 23. Área do entorno da ONG Plantando Paz na Terra (A) e (B) (Vila Brandina).

Fonte: J. ARRUDA, novembro 2004.

“O programa surgiu 1999, foi a primeira vez que tive contato com esta área, estava fazendo uma pesquisa sobre favelas em Campinas, era um projeto de plantas medicinais, trabalho de educação e saúde. Entrei em contato com o Sr. Sebastião, que é o líder da comunidade e ele me trouxe nesta área que estava sendo soterrada, onde ele estava pensando em fazer um jardim que tinha projetado e aí eu encontrei o olho de uma nascente totalmente coberto de entulho, de repente eu entendi, nossa num lugar urbano como este, de um lado, uma comunidade rica, de outro uma comunidade pobre, na frente de um parque ecológico, todos os problemas do século 21 estão aqui.”
(Entrevista 16 – Coord. ONG).

Desde então a ONG trabalha na revitalização da antiga fazenda Mato Dentro, têm como foco atual a recuperação de área pública, propriedade do governo do estado de São

Paulo. Com os recursos hídricos degradados situados em plena área de urbanização consolidada e rodeada por uma população com contrastes de renda extremos.

Há uma característica que difere estas duas experiências de horta comunitária. A horta do Jardim Liliza participa do PHC e a horta da Vila Brandina não. Isso é fundamental no que se refere ao planejamento, implementação e manutenção destas hortas. Enquanto no Jardim Liliza foi utilizado todo o apoio oferecido pelo Programa, na Vila Brandina, a horta foi feita através de mutirões comunitários com recursos próprios da comunidade ou por doações.

A não inclusão da Vila Brandina no PHC, segundo o agrônomo responsável pela implantação das hortas do Programa, se deve a três coisas:

- Terreno de propriedade estadual;
- A ONG não ter carta de permissão de uso da área;
- Problema ambiental, pois a área não respeita a faixa prescrita pela lei ambiental²⁰ em relação ao córrego Brandina, pertencente a Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Anhumas.

Integração

No Jardim Liliza, depois que algumas famílias levaram a idéia da horta à representante da Casa dos Anjos, a instituição começou a buscar informações e motivar a comunidade.

“Foi bem na época que a prefeitura estava começando e calhou que algumas famílias trouxeram essa idéia, vieram falar comigo, ‘por que a gente não faz uma horta?’. E foi legal porque na época a administração pública também estava com a proposta de horta e nós fomos ver outras hortas e pedimos para cá ao mesmo tempo a regional estava pontuando aqui na região áreas potenciais para hortas, e aí deu certo que aqui a gente tem uma área que dava para dez famílias e a gente combinou assim, ocupou este espaço para fazer a horta para esse grupo que a gente estava pensando, buscamos

²⁰ Faixa de 10 a 500 metros nas margens dos rios, dependendo da largura do curso d'água.

informações e trabalhamos motivando a comunidade.” (**Entrevista 13 – Repres. Casa dos Anjos**).

No início de 2003 a Casa dos Anjos, devido o seu trabalho junto às crianças e famílias do bairro, identificou 14 famílias em situação de pobreza extrema (abaixo da linha de pobreza²¹) e começou o trabalho com 14 pessoas que eram ‘os cabeças’. Segundo a representante da Casa dos Anjos:

“Era uma média de 70 pessoas diretamente envolvidas. Algumas famílias tinham sete membros e eles estavam muito motivados. E nós fomos saber do caminho, o que a administração dava, onde entrava com a documentação, se tinha assistência técnica, o que fazer para conseguir as coisas para horta, as sementes, as ferramentas, [...]” (**Entrevista 13 – Repres. Casa dos Anjos**).

As parcerias estabelecidas foram:

Para que a horta entrasse no PHC a Paróquia Jesus Cristo Libertador (paróquia do bairro) assumiu como entidade jurídica, sendo a coordenadora da horta. A paróquia alocou um representante para ajudar na organização do grupo, que fazia parte de um grupo discussão na regional no eixo de emprego e renda.

A Casa dos Anjos, que cedia o espaço para a realização do curso de capacitação, para as reuniões do grupo, para discussão e dividir as tarefas, pois a gerência era feita pelo próprio grupo.

²¹ A linha de pobreza é freqüentemente adotada por governos e instituições multilaterais como critério de definição do que é pobreza do ponto de vista das políticas sociais. O Governo Federal, por exemplo, vem adotando a linha de pobreza de um quarto de salário mínimo de renda per capita familiar como critério para diferentes programas sociais; o Banco Mundial, por sua vez, trabalha com a linha de um dólar por morador por dia, como critério de identificação da pobreza (WORLD BANK, 1999). No entanto, segundo a Fundação SEADE (2003), a análise isolada da linha de pobreza não é capaz de captar as múltiplas dimensões da pobreza, isto é, o fato de que pobreza igualmente significa pior acesso a serviços públicos como os de educação, saneamento, saúde, lazer e cultura. E se de um lado, as linhas de pobreza tendem a mascarar a precariedade da situação de pobreza urbana em virtude dos elevados custos de vida das áreas metropolitanas, como é caso de Campinas. De outro, linhas de pobreza dificilmente incorporam as chamadas rendas não monetárias derivadas da produção para autoconsumo.

O PHC entrou com todo o seu aporte operacional, qual seja:

- A Regional 13, que fez a limpeza do terreno, assim como, preparou o solo para o plantio e transportou os materiais para a área de implantação da horta;
- O GDR/CEASA, que eram responsáveis pela elaboração do projeto técnico e davam assistência técnica, além de levar as mudas e materiais de consumo para a horta.
- A SANASA, que foi autorizada a efetuar a ligação da água. No entanto, isso demorou dois anos para efetivamente acontecer.

No início todas as famílias ficavam integralmente na horta, mas depois com as dificuldades a gente começou a fazer rodízio, um grupo ficava de manhã e outro à tarde, para poder trabalhar fora, para poder conseguir dinheiro, para comprar coisa para dentro de casa. Aí cada um fazia o que dava, e a coisa ficou bem parada. **(Entrevista 13 – Repres. Casa dos Anjos).**

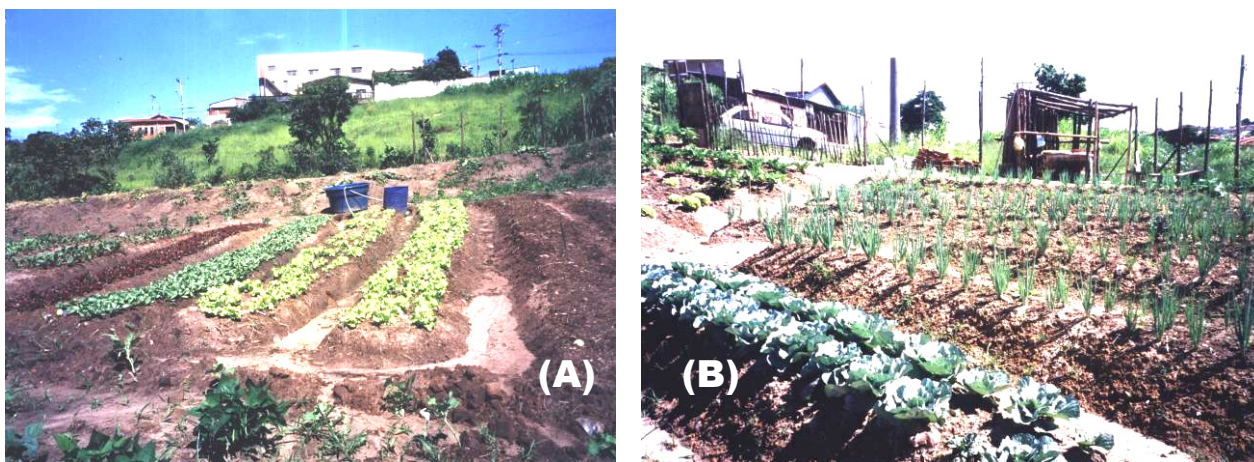


Figura 24. Vista geral da horta no início da produção (A) e (B) (Jardim Liliza).

Fonte: F.J.R. LOPES, outubro 2004.

No caso do Jardim Liliza, pode ser percebida uma forte atuação da assistente social da Casa dos Anjos como articuladora e também como coordenadora das famílias em momentos de decisão. Segundo ela:

“Na gestão da horta, o tempo todo a gente tinha que se meter, por que eles não aceitavam uma liderança, eles diziam ‘a então você que é o chefe?’, até o ponto da gente ter que chamar e falar, que tinha que pensar de uma forma cooperativa, isso aqui é de todos, não tem um dono, todos aqui são donos.” **(Entrevista 13 – Repres. Casa dos Anjos).**

O que pode ser percebido é a falta alguém que coordenasse efetivamente o projeto. Provavelmente a saída da instituição articuladora do processo, na figura da assistente social da Casa dos Anjos, uma vez que ela já mantinha laços de confiança com as famílias, devido ao trabalho que realizava com as crianças do bairro. E a entrada de uma outra instituição para coordenar, na figura do representante da Paróquia Jesus Cristo Libertador, deixou o grupo sem um referencial no desenvolvimento das atividades.

“O que faltou foi alguém mais perto deles, para tudo eles vinham aqui, e aqui eu não tinha como ajudar mais, porque aqui a gente atende 192 famílias. Aí começou aquela coisa de ‘fulano chegou mais tarde e levou 3 pés de alface, a horta tá dando pouco’. E às vezes eu não tinha como ir conversar, quando eu ia, eles já não estavam lá.” **(Entrevista 13 – Repres. Casa dos Anjos).**

Na Vila Brandina, no final de 2003, num momento em que a área já estava no término do processo de limpeza os Vicentinos, que desenvolviam trabalhos com o grupo de mães do bairro, procuraram a ONG e trouxeram a demanda deste grupo por uma horta. A partir desta demanda foram feitas 10 reuniões com uma média de participação de 30 moradores do bairro. Nestas reuniões falava-se sobre como integrar a horta na proposta ambiental da ONG. No final deste processo o número foi reduzido a 7 pessoas. Neste primeiro momento não contaram com nenhuma parceria oficial.

A horta começou efetivamente no início de 2004, com a ajuda de cada membro da comunidade doando seu tempo, algumas sementes, emprestando ferramentas e profissionais de

diversas áreas (biólogos, relações públicas, assistentes sociais, administradores, agrônomos, arquitetos etc.) que iam conhecer o projeto e eventualmente ajudavam em algum mutirão.

“Imagina, precisava de tudo. Não tinha nada aqui. Precisava conseguir as coisas para cercar. E junto à impaciência deles, porque eles queriam chegar e plantar [...], então alguns foram se desmotivando. Mas fomos conseguindo tudo juntos, e veio uma pessoa aqui e disse que devíamos plantar feijão guandu e deixar crescer e depois incorporar na terra, para poder melhorar a terra, e tudo isso é um processo muito demorado. (Entrevista 16 – Coord. ONG).



Figura 25. Casinha de sapê - Local das reuniões das “horteiras” (A) e artesanato no interior feito pelo grupo (B) (Vila Brandina).

Fonte: J. ARRUDA, junho 2005.

Na Vila Brandina a ONG gerencia o programa sócio-ambiental como um todo, mas a gestão da horta é feita pelas próprias horteiras, à ONG fica a responsabilidade de conseguir as doações para manter as atividades da horta.

Nos dois casos há uma semelhança que se estabelece, é a presença de instituições religiosas no início do processo de fomento pela horta. Enquanto no Jardim Liliza o projeto foi motivado pelos representantes da Casa dos Anjos e da Paróquia Jesus Cristo Libertador, na Vila Brandina o projeto foi motivado pelos Vicentinos. Evidenciando, desta forma, a

importância destas instituições como agentes de mobilização e apoio às bases comunitárias, principalmente em áreas sob risco social.

Escopo

O público alvo do projeto do Jardim Liliza eram famílias em situação de miséria extrema, o que já era de conhecimento da Casa dos Anjos, além disso, a semelhança no perfil das famílias (todas oriundas do interior) facilitou a seleção assim como, a decisão do que fazer. O objetivo principal era a subsistência e o excedente era vendido para pagar a conta de água.

“As famílias estavam numa situação de pobreza e como todos já tinham tido contato com a terra, já tinham trabalhado em sítios, eram nascidos no interior, então conversando a gente fez essa seleção.”

(Entrevista 13 – Repres. Casa dos Anjos).

Na Vila Brandina de 1999 a 2002, segundo cartazes dispostos nas paredes da associação, quando foi estruturado o programa, seus objetivos eram:

- 1) Recuperar o meio ambiente, através da recriação da paisagem e sustentabilidade urbana;
- 2) Promover o bem estar social e progressivo através da natureza, de locais com saúde integral;
- 3) Promover a inclusão social através da promoção da cidadania;
- 4) Educação integral do ser humano através da arte;
- 5) Promover a integração entre a comunicação comunitária, local e internacional.

A horta, com início no final de 2003, relaciona-se principalmente aos 3 primeiros objetivos enunciados, pois segundo uma de suas “horteiras²²”, através da horta orgânica elas não estão poluindo o meio ambiente; estão consumindo alimentos mais saudáveis; estão melhorando a sua saúde e das pessoas da comunidade que pedem os alimentos; fazem higiene

²² Apelido dado às senhoras que trabalham da horta. Na Vila Brandina só mulheres trabalham na horta.

mental nos momentos em que estão trabalhando na horta, através do trabalho e das conversas com os vizinhos.

O público alvo da horta é toda a comunidade do bairro, uma vez que os produtos além de servir de alimento para as horteiras são doados a qualquer pessoa da comunidade que peça-os.

Tempo

Ciclo do processo no Jardim Liliza:

- Busca por informações e motivação da comunidade (junho de 2003);
- Escolha da comunidade pela CGPHC (julho de 2004);
- Capacitação dos produtores (agosto de 2004);
- Chegada dos materiais (setembro de 2004);
- Início efetivo da atividade (novembro de 2004);
- Ligação da água pela SANASA (agosto de 2005).

Através da observação do ciclo do processo pode-se perceber que entre o momento de motivação da comunidade e o desenvolvimento efetivo da horta houve um interstício de 17 meses. Esta foi uma das causas da desmotivação do grupo, uma outra causa foi a demora na ligação da água, desde início efetivo até a chegada da água levou 9 meses.

O projeto já completou dois anos, no entanto, as famílias foram se desmotivando, atualmente a horta encontra-se em processo de reordenamento, com pouca atividade, quase nenhum plantio e com apenas três famílias.

Ciclo do processo na Vila Brandina:

- Contato do Vicentinos com a ONG Plantando Paz na Terra (início de 2003);
- Reuniões com a comunidade (ao longo de 2003);
- Formação do grupo das horteiras (início de 2004);
- Escolha e organização da área (ao longo de 2004);
- Início efetivo da atividade (final de 2004);

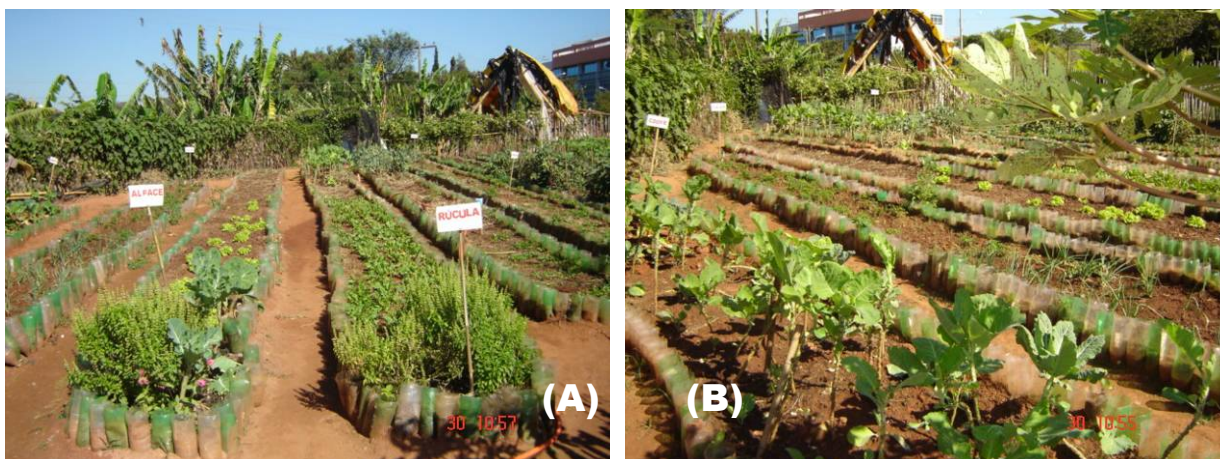


Figura 26. Horta em plena produção (A) e (B) (Vila Brandina).

Fonte: J. ARRUDA, janeiro 2006.

Na Vila Brandina a horta também teve início em 2003, pode-se perceber que entre o momento do contato com os Vicentinos e o desenvolvimento efetivo da horta houve um interstício de praticamente 12 meses. Neste período o número de pessoas interessadas na atividade caiu de 30 para 7 e, atualmente, o quadro de horteiras foi reduzido para 3 e a horta encontra-se em fase de produção.

Recursos Financeiros

No Jardim Liliza, segundo informativo da prefeitura, para a implantação do projeto cada família teria recebido R\$ 1.647,50, em equipamentos, sementes e insumos, ou seja, como são 14 famílias seria o equivalente a R\$ 23.065,00. Com esse valor ficou garantida toda a infra-estrutura necessária para horta. No entanto, por se tratar de famílias em situação extrema de pobreza, a infra-estrutura não foi suficiente para a garantia de alimento no início do projeto, desta forma, a Paróquia doou por dois meses cestas básicas a todos que participavam da horta comunitária.

Após o início efetivo da atividade, os produtos eram vendidos na comunidade local, a preços mais acessíveis por se tratar de venda direta.

“Em relação à autonomia econômica da horta, em nenhum momento os recursos conseguidos com a venda do excedente foram suficientes

para a manutenção das famílias, o ganho era diretamente relacionado ao alimento colhido. E mesmo a subsistência não foi atingida totalmente, por falta de um planejamento do que plantar em determinada época, faltou uma assessoria técnica.” (Entrevista 13 – Repres. Casa dos Anjos).



Figura 27. Horta desativada (A) e canteiros sem cultivo (B) (Jardim Liliza).

Fonte: J. ARRUDA, julho 2005.

Na Vila Brandina, até o momento a horta não foi estruturada adequadamente, faltam ferramentas, fertilizantes, defensivos biológicos, sementes e assistência técnica. Os recursos de custeio são obtidos através de doações, de comerciantes locais ou de profissionais liberais que conhecem o programa da ONG. Há também os que doam conhecimentos, através de oficinas, atividades práticas de recuperação ambiental ou elaboração de materiais gráficos e projetos arquitetônicos. Dificilmente há momentos de escassez total de verba, o que vem permitindo a manutenção das atividades mesmo que minimamente.

Apesar da ONG já ter elaborado um projeto com o intuito de arrecadar recursos junto à organizações que dão suporte à ações sociais e ambientais (Lions Clube, Rotary Clube e Sociedade Hípica de Campinas) por não ter documentação de cessão do uso da área em que está inserida ainda não foi possível estabelecer parcerias nem de custeio, nem de investimentos.



Figura 28. Plantio de ervas medicinais em terraços (Vila Brandina).

Fonte: J. ARRUDA, novembro 2005.

Qualidade

No Jardim Liliza, no início tinha um controle de presença, eles anotavam quem tinha ido trabalhar, assim como, anotavam as entradas e saídas de dinheiro da horta. Por alguns meses a horta funcionou, porém a necessidade de pagar todos os meses a água emprestada pelo vizinho e ainda com taxa comercial (pois ele tinha um bar) não garantia nenhum rendimento para as famílias, que começaram a procurar outras fontes de renda.



Figura 29. Família que ainda permanece cultivando a horta (A) e regadores utilizados para irrigar toda a área (B) (Jardim Liliza).

Fonte: J. ARRUDA, novembro 2005.

Como na época da entrevista a horta estava quase desativada (dezembro/05 e janeiro/06), não foi possível estabelecer nenhum critério junto às entrevistadas (a representante da Casa dos Anjos e uma produtora da horta comunitária) de percepção de sucesso.

Na Vila Brandina, por influência de uma estudante de mestrado na área de avaliação, que participa na equipe de colaboradores do projeto, são elaborados relatórios semestrais de avaliação das atividades e dos processos do programa sócio-ambiental como um todo. Em relação específica à horta não há nenhum documento de controle em relação às atividades.

Recursos Humanos

No Jardim Liliza a equipe que trabalhou na gestão do projeto era composta por três pessoas: 1 representante da Casa dos Anjos formada em assistência social, que foi responsável no início da horta pela mobilização das famílias e ao longo do processo; 1 agrônomo responsável pelo PHC, que dava assessoria técnica agrônômica; 1 rapaz encaminhado pela Paróquia Jesus Cristo Libertador, que era responsável por levar as demandas do grupo à Paróquia e ao agrônomo do PHC, organizar o grupo, e ajudá-los na gestão;

“Então no começo para eles começarem a pensar de forma coletiva foi difícil. Não houve nenhuma ajuda da Secretaria de Assistência Social, eu sou assistente de formação, mas todo o trabalho foi a gente que fez, eu esse rapaz da paróquia.” (**Entrevista 13 – Repres. Casa dos Anjos**).

Na Vila Brandina, tem uma equipe fixa composta pelos moradores da vila e uma equipe incerta composta por colaboradores, o perfil destes colaboradores é bastante variável, desde agrônomos, biólogos, estudantes (principalmente da PUC), relações públicas, assistentes sociais, arquitetos e até pessoas de outras cidades, que em algum momento vêm aqui e ajudam de acordo com seus conhecimentos.



Figura 30. À esquerda arquiteta que é colaboradora da horta (A) e agrônomo colaborador pulverizando calda sulfocálcica (B) (Vila Brandina).

Fonte: J. ARRUDA, novembro 2005.

Comunicação

No Jardim Liliza, no início, eram feitas reuniões semanais com as famílias que participavam da horta. Nestas reuniões era decidida a divisão das atividades do grupo e como seria dividido o lucro da venda dos produtos da horta.

Na Vila Brandina, todos os assuntos são comunicados através de reuniões com toda a equipe. As atividades da ONG são divulgadas boca-a-boca entre os vizinhos e tem muitos painéis espalhados pela área do projeto explicando as ações do grupo.

Riscos

Em relação aos riscos, não foi feito nenhum levantamento de possíveis fontes de risco. No Jardim Liliza e na Vila Brandina a preocupação em relação a este tema estava diretamente relacionada à contaminação ambiental, este risco foi sanado com a análise do solo onde estão sendo cultivadas as olerícolas.

“Você não pode ensinar nada a um homem; você pode apenas ajudá-lo a encontrar a resposta dentro dele mesmo” (Galileu Galilei).

9. PROPOSIÇÕES RELACIONADAS À PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE OS PROJETOS DE HORTAS URBANAS ESTUDADAS

Através da apreensão da percepção de todos os envolvidos nos projetos de hortas estudadas, assim como dos gestores do PHC, foi possível tecer algumas proposições a respeito dos aspectos valorizados e de aspectos negativos para tentar estabelecer as prováveis razões de êxitos e fracassos de programas desta natureza.

Segundo DOWNES (2006), proposição é a afirmação de que algo é verdadeiro ou falso. Ou seja, uma proposição é verdadeira se ela descreve corretamente um estado do mundo e será falsa se descrever incorretamente um estado do mundo.

Desta forma, as proposições aqui traçadas serão resultado da observância de dois aspectos na fala dos entrevistados, os positivos e os negativos. Estes aspectos serão relacionados a quatro fatores, quais sejam: disposições legais, vontade política, disponibilidade financeira e condições sociais e econômicas, segundo Aguilar e Ander-Egg (citados por LEITE, 2005).

Ainda para auxiliar na elaboração destas proposições foram consultados os artigos sobre orientações para a formulação de políticas municipais para a agricultura urbana:

Agricultura Urbana: gestão territorial e planejamento físico de CABANNES (2003);

Agricultura Urbana: motor para o desenvolvimento local sustentável de DUBBELING e SANTANDREU (2003);

Agricultura Urbana e Participação Cidadã de PATIÑO (2003) e;

Análisis de Políticas Públicas de Agricultura Urbana en Camilo Aldao (Argentina) en el Marco de un Desarrollo Local Sustentable de TERRILE et al (2000).

Na percepção dos gestores do PHC, em relação aos aspectos positivos, 3 fatores são apontados como determinantes para o alcance do êxito, quais sejam:

- Vontade política: decisão política, dentro do governo municipal.
- Disponibilidade financeira: a necessidade de ter um projeto, a partir dele buscar fontes de financiamento seja no poder público ou em empresas privadas.

- Condições sociais e econômicas: a necessidade de ter um local adequado para capacitar as pessoas; ter organizações na comunidade participando do Programa; ter uma secretaria ou uma ONG para mobilizar a comunidade; o envolvimento dos funcionários na construção da horta proporcionando o aumento da sua autoestima.

Na percepção dos gestores do PHC, em relação aos aspectos negativos, 2 fatores foram determinantes para o fracasso, quais sejam:

- Disponibilidade financeira: a falta de garantia de suporte financeiro para os beneficiários envolvidos.
- Condições sociais e econômicas: a falta de mobilização multidisciplinar e multissetorial e a falta de organização da população.

A garantia da eficácia de políticas públicas de AUP está diretamente relacionada à disponibilidade de técnicos e organizações da comunidade que acompanhem as primeiras etapas do processo e de suporte político efetivo ao Programa.

Para a definição e implementação de projetos, programas e políticas municipais de AUP é necessário processos de gestão local mais democráticos e participativos, assim como, é importante facilitar e fortalecer o diálogo entre a administração municipal e os setores da sociedade civil.

Para a implementação efetiva de programas desta natureza é necessário em primeiro lugar formar uma rede institucional, trabalhar com escolas e demais organizações, desenvolver uma primeira etapa educativa de sensibilização com a população. Pois sem o compromisso e a participação da população o programa torna-se inviável.

Devem ser elaboradas políticas que garantam e estimulem regras tributárias e estruturas legais que facilitem e regularizem as atividades de AUP.

Para garantir o êxito de experiências de AUP é importante o acesso dos beneficiários das hortas à organizações que concedam créditos com juros baixos e encontrar canais de comercialização adequados para garantia de renda.

Na percepção dos gestores dos projetos de hortas estudadas, em relação aos aspectos positivos, 3 fatores são apontados como determinantes para o alcance do êxito, quais sejam:

- Disposições legais: ter conseguido a área através do PHC.
- Vontade política: ter conseguido o apoio da prefeitura, e no caso de Barão Geraldo, o apoio da subprefeitura e da CEASA.
- Condições sociais e econômicas: o envolvimento de pessoas que gostam e querem trabalhar com a terra; a identificação dos beneficiários com as atividades do projeto; a necessidade de acreditar no projeto, no trabalho, na disciplina e no potencial do ser humano; os benefícios do trabalho em grupo; perceber o potencial do trabalho na horta ser relacionado à preservação do meio ambiente; ver os beneficiários das hortas terapêuticas clínica e emocionalmente em melhores condições; constatar que os pacientes em estágio avançado de HIV percebem o projeto como a saída para a vida deles e que além da AIDS ainda é possível planejar a vida.

Na percepção dos gestores dos projetos de hortas estudadas, em relação aos aspectos negativos, 3 fatores foram relacionados como determinantes para o fracasso, quais sejam:

- Vontade política: a falta de suporte efetivo das secretarias de educação, saúde e ação social; a dificuldade de desburocratizar o processo de entrada no programa; os problemas relacionados a dependência do suporte da prefeitura e da CEASA.
- Disponibilidade financeira: a falta de recursos financeiros garantidos para o desenvolvimento dos projetos.
- Condições sociais e econômicas: a dificuldade de trabalhar com grupos marginalizados e com perfis muito diversificados; a falta de pessoas que queiram trabalhar em grupo para o desenvolvimento da horta; a necessidade de pagar pessoas externas ao projetos para cuidar da horta; a dificuldade de perceber a diferença entre habilidade e empatia à uma determinada atividade; a desmotivação gerada pela dúvida no alcance dos resultados do projeto; a demora em suprir necessidades estruturais da horta; a dificuldade em reconhecer e respeitar as afinidades espontâneas dos grupos desde o início do processo.

As experiências estudadas são de fácil implementação em diferentes regiões. A condição necessária para implementar este tipo de projeto em uma localidade é: contar com a

vontade política dos governos locais, que devem brindar com as condições de infra-estrutura e serviço até que o projeto torne-se auto-sustentável.

É importante entender como se desenvolvem os processos sociais, assim como, poder contar com os recursos humanos, não somente capacitados assim como, comprometidos com a idéia.

Na percepção dos beneficiários de hortas estudadas, em relação aos aspectos positivos, 1 fator é apontado como determinante para o alcance do êxito, qual seja:

- Condições sociais e econômicas: a importância de ter apoio externo para o desenvolvimento das hortas; a necessidade de participar de um curso que ensine sobre como trabalhar na horta.

Na percepção dos beneficiários de hortas estudadas, em relação aos aspectos negativos, 2 fatores são apontados como determinantes para o fracasso, quais sejam:

- Disponibilidade financeira: o não cumprimento do acordo feito com a Paróquia Jesus Cristo Libertador de receber uma cesta básica por um ano; falta de máquinas e equipamentos para trabalhar na horta.
- Condições sociais e econômicas: a demora na instalação da água; a falta de recursos do produtor; a falta de informação e conhecimento técnico; a dificuldade em planejar a produção; o desânimo das pessoas em trabalhar na horta; a dificuldade em controlar as pragas e doenças.

Devido a excessiva dependência na vontade política da administração municipal (disposições legais, apoio financeiro etc.) o desenvolvimento de instâncias organizadoras comuns (cooperativas, associações, sindicatos, ONG's) deve ser estimulado por permitir a promoção do trabalho associativo contribuindo para a sustentabilidade das hortas.

São necessários sistemas de crédito dirigidos à populações de baixa renda.

Ressalta-se a importância do oferecimento de cursos de capacitação em olericultura aos beneficiários das hortas para que as dificuldades técnicas mais comuns sejam superadas.

Para avançar na compreensão das especificidades e implicações que se derivam do tamanho, da localização e do tipo de cidade e quanto as potencialidades da AUP e os instrumentos mais adequados para sua promoção PATIÑO (2001) elaborou o **Quadro 8** em que são relacionados alguns elementos e questionamentos que devem ser respondidos para a efetiva realização de projetos e programas que envolvam a temática da agricultura urbana e peri-urbana.

Quadro 8. Elementos favoráveis e desfavoráveis à programas de AUP.

Localização e contexto regional	Nível de desenvolvimento econômico	Nível de avanços no processo de descentralização	Níveis de participação, cidadania e organização social	Características geológicas, climáticas e ambientais
Classificação da cidade segundo o seu tamanho	Maior ou menor complexidade na composição dos atores e interesses setoriais	Menor ou maior diferenciação entre as zonas no interior das cidades	Maior ou menor escala e especialização das cadeias comerciais e produtivas	Maior ou menor especialização das funções urbanas
Estado do processo de urbanização	Maior ou menor disponibilidade de terras e zonas de expansão	Relações comunitárias ou de vizinhança mais ou menos fortes	Maior ou menor integração de populações migrantes	Maior ou menor desenvolvimento de capacidades institucionais para a gestão da cidade
Padrões espaciais e uso do solo	Ausência ou disponibilidade de zonas livres	Maior ou menor numero de casas com jardins ou pátios	Diferenças nos sistemas de distribuição de água e no manejo de dejetos	
Perfil socioeconômico da cidade	Maior ou menor peso da cultura do empreendimento ou da cultura empregada	Maior ou menor da cultura individualista ou da cultura associativa	Maior ou menor peso de praticas informais de subsistência	

Fonte: Traduzida de PATIÑO, F. **Cosechando democracia em lãs ciudades com la agricultura urbana.** Lineamentos metodológicos para el impulso de procesos consultivos locales em agricultura urbana. Documento Base de Orientação Política. Nairobi, octubre de 2001.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina” (Cora Coralina).

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe salientar a dificuldade de obter informações, na fase exploratória, nas regionais administrativas devido a dois fatores: início de uma nova administração municipal e período de férias (dezembro de 2004 e fevereiro de 2005).

A caracterização da formulação do PHC evidenciou a falta de concatenação entre o programa e as políticas setoriais de educação, saúde e ação social.

Um ponto muito marcante em relação aos objetivos do PHC na gestão 2001-2004 foi a meta inicial estabelecida de beneficiar 1200 famílias até o término do governo. No entanto, essa meta se mostrou fora da realidade ficando muito além das possibilidades do Programa, resultando no atendimento de apenas 40 famílias e 4 escolas.

Os recursos organizacionais (aspectos legais, recursos humanos e financeiros, a infraestrutura e aspectos políticos) para a viabilização do PHC foram subestimados, isso se confirma na fala da ex-coordenadora do GDR, pois apesar de ter resolvido os aspectos legais, a infra-estrutura e aspectos políticos, a falta de recursos humanos e financeiros inviabilizou o cumprimento da meta inicial.

Em relação ao suporte agrônomo (elaboração do projeto, a implementação e monitoração) o envolvimento de uma única pessoa no desenvolvimento de várias funções, quais sejam, montar o curso de olericultura, dar as aulas no centro de capacitação e proferir palestras em escolas e secretarias que solicitavam informações sobre o Programa mostrou-se insuficiente.

Em relação a divulgação percebe-se através das entrevistas e materiais documentais que tratou-se essencialmente de divulgar a iniciativa da prefeitura e não necessariamente para o reconhecimento e envolvimento do público alvo.

A caracterização do gerenciamento dos projetos evidenciou a importância das ações individuais na implementação e sucesso das atividades, mesmo com recursos escassos. Além disso, uma maior clareza do decreto regulamentador do PHC em relação ao conjunto de infraestrutura e serviços que a prefeitura pode disponibilizar dentro do Programa seria importante ao pleiteante, para que o mesmo pudesse se organizar e elaborar a sua proposta sabendo das limitações e da necessidade de outras articulações para garantia do sucesso do projeto.

No caso das duas escolas estudadas, a entrada efetiva no PHC ocorreu em 2005, após admissão da subprefeitura de Barão Geraldo e posterior implantação com o apoio da CEASA. Sem que o processo legal fosse encaminhado à comissão gestora do PHC para aprovação. Esse tipo de procedimento denota que nas esferas políticas a não tomada de decisão de algumas esferas fazem com que outros grupos assumam, muitas vezes, de forma ilegítima o poder nas tomadas de decisão.

Observa-se que nas experiências estudadas nem sempre ficam definidos os momentos de início, meio e fim do projeto o que dificulta na observação do cumprimento de metas. No entanto, a única consequência negativa deste não planejamento é observada em relação à falta de um cronograma de atividades que facilitaria na previsão de desembolso de recursos financeiros, elaboração de material didático e planejamento da produção.

Apesar do Artigo 5º da Lei de criação do PHC afirmar que quando a horta for utilizada como terapia ocupacional, o programa de hortas comunitárias deverá ser iniciado a partir das Unidades Básicas de Saúde do Município, através dos profissionais especializados, que, neste caso, se constituirão coordenadores da atividade. Nenhum dos dois projetos de hortas terapêuticas está ligado a alguma política, ou programa da Secretaria de Saúde.

A iniciativa de implantar as hortas partiu das equipes que trabalhavam com os pacientes e viam nos projetos uma alternativa ao tratamento químico e ao tratamento através de terapia de grupo. O que demonstra a falta de integração do PHC com a Secretaria de Saúde.

Em relação aos processos de gestão as hortas comunitárias possuem uma diferença fundamental, enquanto no Jardim Liliza o projeto foi motivado principalmente por atores externos, na Vila Brandina o projeto foi motivado principalmente pela aspiração da comunidade. Já em relação ao agente dinamizador das ações há uma semelhança marcante, ambas foram inicialmente fomentadas através de instituições religiosas, o que traz a tona a constatação da importância destas instituições, sobretudo, em áreas carentes.

Em relação público alvo, o conhecimento do perfil se mostrou bastante importante para o delineamento de ações efetivas, uma vez que ao trabalhar com população de baixíssima renda, há que se prever uma maneira de subsidiar as famílias até que a atividade comece a prosperar, seja com cestas básicas, seja com algum tipo de remuneração. Uma vez que na primeira oportunidade, se não garantidas as necessidades mais básicas para a família, os membros do grupo procuram por outra atividade, evidenciando o caráter transitório da AUP.

Já ao trabalhar com uma população de baixa renda a provisão das necessidades mais básicas não são necessariamente o fator limitante a atividade, sendo que a organização adequada e a motivação para o empoderamento do grupo se mostraram bastante eficazes.

Por fim, na descrição da operacionalização, chamam atenção a importância que os projetos ganham na vida dos beneficiários e a boa articulação dos coordenadores com outras instituições (tanto do setor privado, como a empresa Petrobrás, como do setor público, como a CEASA).

Quanto as discussões a cerca dos conceitos urbano e peri-urbano, muito ainda há que se discutir a respeito, estes conceitos ainda estão em construção e as questões relacionadas a eles não foram aprofundadas nesta pesquisa.

A escolha de uma abordagem centrada nas hortas institucionais e comunitárias se deu pela importância social que elas representam ao público beneficiário e pelos objetivos que nelas estão inseridos, que não se limitam necessariamente ao lucro financeiro com a atividade.

O nosso desejo é de ter colaborado de maneira geral na elucidação de elementos favoráveis e desfavoráveis à programas de agricultura urbana e peri-urbana que possam ser desenvolvidos nas mais diversas esferas e desta forma contribuir para a sustentabilidade de políticas públicas que utilizem a agricultura urbana e peri-urbana como forma de garantir o acesso aos alimentos (quantidade e qualidade), melhorar as condições ambientais e sociais, responsáveis pela maioria dos problemas urbanos.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. J. B.; PIMENTEL, C. E. **Uma aproximação semântica aos conceitos de urbano, rural e cooperativa.** Psic.: Teor. e Pesq. Mai/Ago. 2004, vol.20, no.2 p.175-182. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000200010&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-3772. Acesso em: 20 nov. 2004.

ADAM, M. G. **Definitions and boundaries of the periurban interface – patterns in the patchwork.** Paper presented at IBSRAM International Workshop on Urban and Peri Urban Agriculture, Accra, Aug., 1999.

ALDINGTON, T. **Urban and peri-urban agriculture: some thoughts on the issue.** Land Reform, Land Settlement and Co-operatives. [S.l.], n. 2, p. 43-44, 1997.

ALMEIDA, D. **Agricultura urbana e segurança alimentar.** Disponível em: <www.universiabrasil.net/social/materia_voluntariado.jsp?id=3814>. Acesso em: 2 jan. 2004.

ALMEIDA, M. L. de. **Da formulação à implementação: análise das políticas governamentais de educação profissional no Brasil.** 256 p. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ARRUDA, J.; MARY, W. **HIDROPONIA POPULAR: proposta para a educação ambiental.** In: I JORNADA LATINO-AMERICANA E II COLÓQUIO NACIONAL, 2003, Brasília. **I Jornada Latino-Americana e II Colóquio Nacional.** 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7 p.

_____. **NBR 6023:** Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

_____. **NBR 14724:** Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2001. 6 p.

BAKKER, N.; DUBBELÍNG, M.; GÜNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. **Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda.** Alemanha: DSE, 2000.

BARRS, R. **Sustainable urban food production in the city of Vancouver: an analytical and strategy framework for planners and decision-makers.** Vancouver: City Farmer

Canada's Office of Urban Agriculture, 1999. Disponível em: <www.cityfarmer.org/barrsUAvanc.html>. Acesso em: 12 jun. 2002.

BELO HORIZONTE (MG). **Agricultura urbana e meio ambiente (contribuições para o desenvolvimento urbano a partir das recomendações da Agenda 21)**. Secretaria Municipal de Abastecimento. Projeto Centro de Vivência Agroecológica – CEVAE. Belo Horizonte: ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 1996/1998. 18 p. Disponível em: <www.pickupau.com.br/mundo/agricultura/agricultura.htm#g2>. Acesso em: 29 nov. 2004.

BELTRAN, J. **Hacia un imaginario de desarrollo sostenible**. En: A la búsqueda de ciudades sostenibles. Seminario especializado. Memorias. II Encuentro Internacional Habitat-Colombia. Pereira 20-24 de septiembre, 1994. Editorial Guadalupe Ltda. Bogotá. 369 p. 1995.

BRICEÑO, J. A. **Urban organic agriculture at the university of Costa Rica**. Vancouver: City Farmer Canada's Office of Urban Agriculture, 2001. Disponível em: <www.cityfarmer.org/CostaRica.html>. Acesso em: 04 dez. 2002.

CABANNES, Y. **Orientações para a formulação de políticas municipais para a agricultura urbana**. Agricultura Urbana: gestão territorial e planejamento físico. 1ª ed. Canadá: CIID/IPES/PGUALC, n.3, fev., 2003.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local**. In: O novo rural brasileiro: políticas públicas. 1ª ed. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

CAMPILAN, D.; DRECHSEL, P.; JÖCKER, D. **Métodos de monitoreo y evaluación y su adaptación a la agricultura urbana y peri-urbana**. Disponível em: <www.ruaf.org/conference/methods/papers/au_metodos_topico5_monitoreo_evaluacion_es.doc>. Acesso em: 29 abr. 2002.

CAMPINAS (SP). Lei Complementar nº 004, 17 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Campinas. **Diário Oficial do Município**, Campinas SP, 17 jan. 1996, p. 13-14.

_____. **Relatório de Gestão – 2001**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Campinas, jan 2002.

_____. Lei nº 9.549, 10 de dezembro de 1997. Cria o programa de horta comunitária na prefeitura municipal de Campinas. **Diário Oficial do Município**, Campinas SP, 11 dez. 1997, p. 01. Disponível em: <www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei9549.htm>. Acesso em: 13 set. 2003.

_____. Decreto nº 14.288, de 11 de abril de 2003. Regulamenta programa de hortas comunitárias de Campinas. **Diário Oficial do Município**, Campinas, SP, 12 abr. 2003, p. 04. Disponível em: <www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec14288.htm>. Acesso em: 13 set. 2003.

_____. Lei nº 11.396 de 23 de outubro de 2002. Cria o programa de viveiros de mudas em escolas do município de Campinas. **Diário Oficial do Município**, Campinas, SP, 24 out. 2002, p. 05. Disponível em: <www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei11396.htm>. Acesso em: 13 set. 2004.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: Costa, L.F.C.; Moreira, R. J.; Bruno, R. (Org.). **Mundo Rural e Tempo Presente**. 1 ed. Rio de Janeiro, v.1, p. 323-344, 1999.

CARVALHO, A. F.; COSTA, L. C.; NOVAES, D. M.; PINTO, M. P. A.; AROUCA, N. E. Agricultura urbana: alternativa de segurança alimentar e geração de renda, Viçosa, MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

COAG/FAO. **Urban and periurban agriculture**. COAG/99/10. Presented at 15th Session of the COAG, FAO, Rome, p. 25-29, jan. 1999.

COSTA, G.; MARINHO, T. **O plano institucional 1995-1998 do CNPQ**: uma experiência de busca de racionalização para políticas de fomento. 305p. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CURAÇÁ (BA). **Agricultura urbana e alimentação das cidades da América Latina e Caribe**. Projeto Diagnóstico da agricultura urbana em Curaçá. Prefeitura Municipal. Curaçá: PGU/CNUAH/HABITAT/ONU, 2000. 55p. Disponível em: <www.pgualc.org/es/data/files/download/PDF/curaca.pdf>. Acesso em: 15 out. 2002.

DAGNINO, R. **Metodologia de Análise de Políticas Públicas**. GAPI/ UNICAMP. In: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación la Ciencia y la Cultura. 2002. Disponível em: <www.campus-oei.org/salactsi/rdagnino1.htm>. Acesso em: 6 dez. 2004.

DECLARAÇÃO DE QUITO. **Cidades da América Latina e Caribe para a Agricultura Urbana e Segurança Alimentar**. In: Urban Agriculture in Cities of the 21st Century: Innovative approaches by local governments. Quito: 2000. Disponível em: <www.pgualc.org>. Acesso em: 10 nov. 2000.

DOWNES, S. Proposição. **Crítica**. Disponível em: <www.criticanarede.com/proposit.htm>. ISSN 1749-8457. Acesso em: 10 fev. 2006.

DUBBELING, M.; SANTANDREU, A. **Orientações para a formulação de políticas municipais para a agricultura urbana.** Agricultura urbana: motor para o desenvolvimento local sustentável. 1ª ed. Canadá: CIID/IPES/PGUALC, n.1, fev., 2003.

DUQUE, F. A. G. **Impactos de la agricultura urbana.** In: Curso Regional de Investigación-Acción y Gestión de la Agricultura Urbana. Módulo1: La Agricultura Urbana, caracterización, impactos y dinámica. Sesión 3. Disponível em: <www.pgualc.org/es/data/files/download/PDF/CIDsesion3.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2003.

EDWARDS, P. Asuntos de salud pública en la acuicultura alimentada con aguas residuales. **Revista Agricultura Urbana.** [S.l.], v. 1, n. 3, p. 20-22, jan., 2001.

FRICKE, G. T.; PARISI, R. S. B. **A Gestão Urbana e o Desenvolvimento Regional Sustentável: A Rota Tecnológica 459 e a Região Metropolitana de Campinas.** Disponível em: <www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT11/glacir_fricke.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2004.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise e políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas.** Brasília, n. 21, jun., 2000.

FRÈRE, N.; LUDOVINO R. M. R.; MARTINS, P. F. S. Agricultura urbana em Belém –Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

FUREDY, C. Redução dos riscos para a saúde ocasionados pelo uso do lixo orgânico urbano. **Revista Agricultura Urbana.** n. 3, p. 23-25, nov., 2001.

GAETANI, F. Gestão e avaliação de políticas sociais: subsídios para discussão. Brasília: MARE/ENAP, 1997.

GAIA. **Brinca Roque.** Campinas: Grupo de Aplicação Interdisciplinar à Aprendizagem (GAIA), 2003. 53 p.

GALLO, Z.; SPAVOREK, R. B. M.; MARTINS, F. P. L. Das hortas domésticas para a horta comunitária: estudo de caso no bairro Jardim Oriente em Piracicaba, SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

GANDIN, D. A posição do Planejamento Participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Currículo sem Fronteiras**, v.1,n.1, jan/jun 2001. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 23 fevereiro 2004.

GAPI - UNICAMP. **Metodologia de Análise de Políticas Públicas**. Disponível em: <<http://www.campusoei.org/salactsi/rdagnino1.htm>> Acesso em: 20 jul. 2004.

GAYNOR, A. Contaminación del suelo con pesticidas estudio de caso de Perth Australia Occidental. **Revista Agricultura Urbana**. v. 1, n. 3, p. 12-14, jan., 2002.

GESTIOPOLIS. **Política**. Disponível em: <www.gestiopolis.com/recursos/experto/catsexp/pagans/eco/43/politicas.htm> Acesso em: 30 jan 2005.

GONÇALVES, V.A. **O diagnóstico rural participativo/DRP como base para o planejamento de uma ação**. [S.l., s.n.], 1996. 7 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 2002. (Coleção Pesquisas, 1)

GUARESCHI, N.; COMUNELLO, L. N.; NARDINI, M.; HOENISCH, J. C. **Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência**. In: Violência, gênero e Políticas Públicas. Orgs: Strey, M. N.; Azambuja, M. P. R.; Jaeger, F. P. Ed: EDIPUCRS, Porto Alegre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_p%C3%ABlica>. Acesso em: 9 nov. 2004.

GUMBO, D. J.; NDIRIPO, T. W. **Open space cultivation in Zimbábue**: case study of Greater Harare. Zimbábue: African Urban Quarterly, v.11, n. 2-3, p. 210-216, 1996.

GUNTHER, H. **Como elaborar um formulário**. (Série Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, nº 01). Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

HADDAD-KESSOUS, M.; SABROU, J. **Analyse d'une Agriculture Periurbaine au Bresil: Cas de la Region Metropolitaine Nord de la Ville de Recife Capitale de l'etat du Pernambuco et Metropole de la Region Nordeste**. Disponible em: <www.incra.gov.br/fao/Agriculture%20Periurbaine.zip>. Acesso em: 20 dez. 2005.

IAQUINTA, D. L.; DRESCHER, A. W. **Defining Periurban: Understanding RuralUrban Linkages and Their Connection to Institutional Contexts**. In: TENTH WORLD CONGRESS OF THE INTERNATIONAL RURAL SOCIOLOGY ASSOCIATION. Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <www.ruaf.org/conference/info_market/econf_papers/11iaquinta.doc>. Acesso em: 10 jan. 2003.

KORTRIGHT, R. **Evaluating the potential of green roof agriculture: a demonstration project**. Vancouver: City Farmer Canada's Office of Urban Agriculture, 2001. Disponível em: <www.cityfarmer.org/greenpotential.html>. Acesso em: 04 dez. 2002.

LEITE, J. P. A. **Políticas Municipais de Segurança Alimentar: O Caso do Município de Campinas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola, Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005. 121 p.

LOCK, K. ZEEUW, H. Mitigación de los riesgos para la salud asociados con la agricultura urbana y periurbana. **Revista Agricultura Urbana**. v. 1, n. 3, p. 68, jan., 2002.

LOPES, F.J.R. **Apostila da Horta Comunitária**. Campinas: GDR – Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar/CEASA, 2004. 37 p.

_____. **Horta Comunitária e Escolar**. Campinas: GDR – Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar/CEASA, 2004. 18 p.

_____. **Relatório das hortas comunitárias e escolares**. Campinas: GDR – Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar/CEASA, 2005.

LOSADA, H.; MARTINEZ, H.; VIEYRA, J.; PEALING, R.; CORTÉS, J. Urban agriculture in the metropolitan zone of Mexico: changes over time in urban, sub-urban and peri-urban areas. **Environment and Urbanization**. [S.l.], v. 10, n.2, p. 37-54, 1998.

LOURENÇO-LINDELL, I. **Food for the poor, food for the city: the role of urban agriculture in Bissau**. In: Seminário da ODA sobre as implicações sociais e ambientais da agricultura urbana. Harare: Universidade do Zimbábue, p. 30-31, 1995.

MACHADO, M.; CUNHA, A. A. **Políticas locais de segurança alimentar: referências teóricas e experiências práticas**. Disponível em: <idrinform.idrc.ca/archive/corpdocs/118512/Políticas.doc>. Acesso em: 06 dez. 2004.

MADALENO, I. M. Brasília, the Frontier Capital. **Cities**, Pergamon Press. Oxford, v.13, n. 4, p. 273-280, 1996.

_____. Agricultura urbana praticada na maior cidade da Amazônia Brasileira. **Territorio y Cooperación**. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 451-462, 1999.

_____. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2002. 193 p.

_____. Agricultura urbana em Presidente Prudente. **Revista Geonotas**. Maringá, v. 5, n. 3, Jul/Ago/Set 2001.

MARTIN, A.; OUDWATER, N.; GÜNDEL, S. **Metodologías para el análisis situacional en la agricultura urbana**. Livelihoods and Institutions Group, Natural Resources Institute, University of Greenwich. Documentos de discussão. In: Conferência eletrônica 4 - 16 de fevereiro, 2002. Disponível em: <http://www.ruaf.org/conferences_fr.html>. Acesso em: 12 nov. 2004.

MARULANDA, C.; IZQUIERDO, J. **La huerta hidropónica popular: Manual Técnico**. Oficinal Regional de Producción Vegetal, FAO. Santiago: Oficina regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 1998.

MAXWELL, D.; ARMAR-KLEMESU, M. **Urban agriculture**: introduction and review of literature. Accra: Noguchi Memorial Institute for Medical Research, 1998.

MBIBA, B. Institutional responses to uncontrolled urban cultivation. Harare: prohibitive or accommodative? **Environment and Urbanization**. [S.l.], v. 6, n. 1, p. 188-202, 1994.

MOUGEOT, L. J. A. **Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks**. In: Bakker et al. (eds.). *Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda*, p. 1-42, 2000.

MOUSTIER, P. **La complémentarité entre agriculture urbaine et agriculture rurale**. In: Olanrewaju B Smith (ed.). *Agriculture urbaine en Afrique de l'Ouest: une contribution à la sécurité alimentaire et à l'assainissement des villes*. Wageningen: CTA / Ottawa: IDRC, 1998.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social: introdução às suas técnicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. 209 p.

NOLASCO, C. L. **A agricultura urbana no desenvolvimento sustentável dos municípios**. 166 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Curso em Gestão Ambiental em Municípios, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

PATIÑO, F. **Cosechando democracia em las ciudades com la agricultura urbana**. Lineamentos metodológicos para el impulso de procesos consultivos locales em agricultura urbana. Documento Base de Orientação Política. Nairobi, octubre de 2001.

_____. **Orientações para a formulação de políticas municipais para a agricultura urbana**. Agricultura Urbana e Participação Cidadã. 1ª ed. Canadá: CIID/IPES/PGUALC, n.2, fev., 2003.

PEDERSON, R. M.; ROBERTSON, A. Las políticas alimentarias son esenciales para ciudades saludables. **Revista Agricultura Urbana**. [S.l.], v.1, n. 3, p. 9-11, jan., 2002.

PESSANHA, L. D. R. **A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Departamento de Ensino e Pesquisa, 2002. 67 p.

PLANO DIRETOR. Lei complementar nº 004, de 17 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o plano diretor do município de Campinas. **Diário Oficial do Município**, Campinas, SP, 18 jan. 1996, p. 01-18. Disponível em: <www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/leic_004.htm>. Acesso em: 13 set. 2003.

PLANTANDO PAZ NA TERRA. **Documentos e carta de intenções**. Campinas: Plantando Paz na Terra, 2006.

PMBOK – **Project Management Body of Knowledge** – PORTUGUÊS. Disponível em: <www.pmi.mg.com.br>. Acesso em: 06 jun. 2005.

PORTO ALEGRE (RS). Prefeitura Municipal. **Fome Zero Porto Alegre lança 30º Núcleo, entrega cozinhas comunitárias e forma 158 alunos em hortas e pomares**. Programa Fome Zero Porto Alegre. Porto Alegre: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004. 2 p. Disponível em: <www.planalto.gov.br/consea/exec/noticias_antigas.cfm?cod=1202&ano=2004>. Acesso em: 15 nov. 2004.

PROJETO ANHUMAS. **Tabelas de Levantamento de Riscos Ambientais e Fatores de Vulnerabilidade Social**. In: Grupo de riscos ambientais. Disponível em: <www.iac.sp.gov.br/PROJETOANHUMAS/Riscos/GpRiscos.htm>. Acesso em: 10 out. 2005.

PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. [S.l.]: Instituto Cidadania, versão 3, 2001. 118 p.

_____. **Hortas comunitárias melhoram qualidade de vida em SP**. Disponível em: <www.fomezero.org.br>. Acesso em: 22 set. 2003.

_____. **Programa de Acesso à Alimentação Hortas Comunitárias**. Manual de Orientação ao Proponente Versão Preliminar. Brasília: MDS, 2004. 52 p.

RESENDE, S. A.; CLEPS JÚNIOR, J. Entre o rural e o urbano: agricultura urbana em Uberlândia. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 1, 2002, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: IG/UFU, AGB/UFU, Empresa Jr. Geografia, 2002.

_____. **Entre o rural e o urbano:** a agricultura urbana em Uberlândia (MG) (Mestrado em Geografia, Geografia e Gestão do Território) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2004. 146 p.

RIBEIRO, R. **Barão Geraldo - História e Evolução.** [S.l.]: In Touch Centro de Comunicação e Artes, 2000.

ROESE, A. D. **Agricultura urbana: uma apresentação.** Disponível em: <www.agriculturaurbana.org.br/Dinnys%20sobre%20AU.htm>. Acesso em: 24 set. 2004.

SALMITO, A. A mobilização da sociedade no combate à fome. In: ROCHA, M. (Org.). **Segurança Alimentar:** Um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. cap. 5, p.167-178.

SANCHOTENE, M. **Plano Diretor de Arborização de Vias Públicas.** Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2000.

SANTOS, M.. **Por uma geografia nova.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

SD/FAO. L'agriculture périurbaine au Panamá: une approche novatrice pour la préservation de l'environnement. M. Margiotta. **Reforma Agrária.** [S.l.], 1997/2, abril, 1998.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Índice Paulista de Responsabilidade Social. **Clusters de Pobreza Região Administrativa de Campinas.** São Paulo: SEADE/Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo/Secretaria de Economia e Planejamento, 2003. 24p.

SELLTIZ, J.; DEUTSCH, C. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais.** Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Herder, 1971. 687 p.

SEPLAMA – EPC. **Macrozonas do Plano Diretor de 1996.** Disponível em: <www.campinas.sp.gov.br/seplan/projetos/planodiretor2004/portelem05.htm>. Acesso em: 21 fev. 2005.

SMIT, J. Cities feeding people: report 18 – **Urban agriculture, progress and prospect: 1975-2005.** Ottawa: International Development Research Centre, 1996.

TERESINA (PI). Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. **Políticas públicas e suas intervenções a nível municipal em agricultura urbana na cidade de Teresina-PI, Brasil.** Estudo de caso. Hortas comunitárias. Teresina: SEMAB, 2000. 57 p.

TERRILE, R.; MARIANI, S.; DUBBELING, M. **Análisis de Políticas Públicas de Agricultura Urbana en Camilo Aldao (Argentina) en el Marco de un Desarrollo Local Sustentable.** Agricultura Urbana y Alimentación de las Ciudades de América Latina y el Caribe: PROGRAMA DE GESTION URBANA PGU ALC/HABITAT – PNUD IDRCCFPIPES, 2000.

TUAN. Agricultura urbana e segurança alimentar: instalem os vossos campos na cidade. **Esporo.** n.31, p. 1-2, jun, 1999.

TUBINO, J. Construindo uma política nacional para a agricultura urbana e peri-urbana em face das agendas internacionais. In: ROCHA, M. (Org.). **Segurança Alimentar:** Um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. cap. 5, p.179-190.

UNDP. **Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities.** United Nations Development Programme. New York: Publication Series for Habitat II, v. 1, 1996.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba, v. 2, p. 29-37, 2000.

WORLD BANK. **Entering the 21st century: World Development Report 1999/2000.** Oxford University Press, 1999.

12. APÊNDICES

Apêndice A. Roteiro da entrevista guiada com os informantes chaves

Data:

Horário:

Informante/Instituição:

Tem algum grupo em Campinas discutindo AUP e gerando material?

Algum órgão, ONG, associação trabalhando com esta temática?

Seria possível o acesso às informações do seu projeto (formulação, implementação e resultados)?

Tem alguma horta em terreno baldio? Ou algum outro tipo de horta que não esteja vinculada ao PHC?

O PHC foi baseado em algum tipo de estudo? Já existe algum estudo ou alguma sistematização sobre AUP em Campinas?

Que pontos seriam interessantes de serem abordados no diagnóstico para o auxílio de políticas?

Se pudesse apontar uma área para o trabalho, qual seria?

Já existe algum grupo organizado ou minimamente organizado de agricultores urbanos?

Quantas pessoas aproximadamente (uma estimativa para a cidade) que trabalham com AUP?

É possível perceber a existência de uma área peri-urbana, como seria possível classificá-la?

Em relação às hortas escolares, quantas? Onde?

Apêndice B. Formulário para entrevista dirigida com a equipe de formulação do PHC

INTEGRAÇÃO

1. Como começou?
2. Quem é o órgão gerenciador? Quem coordena?
3. Como se dá a organização:
 - a) Outros órgãos envolvidos?
 - b) Parcerias? Responsabilidades de cada um?
 - c) Como se dá a operacionalização (etapas a serem cumpridas para quem quer participar)?

ESCOPO

4. Quais os seus objetivos?
5. Qual o público alvo?

TEMPO

6. Em que época o programa teve início?
7. Foi realizado um planejamento prévio ao início? Que etapas?

RECURSOS FINANCEIROS

8. O programa tem orçamento próprio? Quanto?
9. O custo foi definido a curto, médio e longo prazo, respectivamente a implantação, implantação e monitoração?

QUALIDADE

10. Quais as metas iniciais estipuladas no início?
11. Elas foram cumpridas?
12. Foi constituída alguma equipe com o objetivo de monitorar a garantia da qualidade do programa?
13. Foi estabelecido algum critério ou parâmetro concreto (numérico) para avaliar a efetividade, eficiência do programa?

RECURSOS HUMANOS

14. O que fazem os responsáveis pela direção e os executores do programa?
15. Qual é a capacitação profissional dos envolvidos?
16. Existem incentivos para o pessoal? De que tipo e com que efeitos?

COMUNICAÇÃO

17. Como se dá a comunicação entre as instâncias envolvidas?

RISCO

18. Quais as maiores dificuldades encontradas? 3 pontos -

19. Quais as melhores surpresas encontradas? 3 pontos +

Apêndice C. Formulário para entrevista dirigida com a equipe de gestão de projetos de horta

INTEGRAÇÃO

1. Em qual programa ou em que política o projeto está ligado?
2. Como se dá a organização:
 - a) Outros órgãos envolvidos?
 - b) Parcerias?
 - c) Responsabilidades de cada um?
 - d) Como se dá a operacionalização (etapas a serem cumpridas para quem quer participar)?

ESCOPO

3. Quais foram os objetivos na implantação do projeto?
4. Quem são os beneficiários do projeto?
5. Qual é a área disponível para o projeto ser executado?
6. Que tipo de agricultura é desenvolvida? O – orgânica; C – convencional; T – transição.
7. Quais produtos são cultivados?
8. Qual a destinação dos produtos?
9. Quais práticas agroecológicas pratica:
 - a. Reciclagem de resíduos orgânicos: CP=compostagem; CI=uso de cinzas; CH=chorume; ET=esterco; LX=Lixo urbano;
 - b. Uso de agrotóxicos: I=inseticida ; fu=fungicida; hb=herbicidas; x=outros;
 - c. Uso de fertilizantes sintéticos:
 - d. Controle natural de pragas, doenças e plantas invasoras;
 - e. Diversificação do sistema (número de ecossistemas diferentes /plantas e animais);
 - f. Nível de degradação da propriedade (se tem erosão, desmatamento, etc);

TEMPO

10. Qual foi o tempo previsto do projeto?
11. Como foi desenhado o ciclo de vida do projeto, representado pelas fases e marcos em que foi dividido?

RECURSOS FINANCEIROS

12. Qual a sustentabilidade financeira (autonomia financeira, parcerias para financiamento, fonte de recursos, custo da atividade, etc.);
13. O custo foi definido a curto, médio e longo prazo, respectivamente a implantação, implementação e monitoração?

QUALIDADE

14. Foi constituída alguma equipe com o objetivo de monitorar a garantia da qualidade do projeto?
15. Quais processos de controle foram adotados pela equipe gestora para monitorar e avaliar o progresso do projeto?
16. Como a equipe percebe o sucesso do projeto (através da população envolvida, através da mudança da população após o projeto, etc.)?
17. Quais as formas de avaliação dos impactos da horta sobre os indivíduos beneficiários do projeto?
18. Foi estabelecido algum critério ou parâmetro concreto (numérico) para avaliar a efetividade, eficiência do projeto?

RECURSOS HUMANOS

19. Que equipe ou quais equipes foram constituídas inicialmente para a (implantação, implementação e monitoração) do projeto?
20. Como foram atribuídas as funções e responsabilidades das partes envolvidas e se estas se modificaram ao longo do ciclo de vida do projeto?
21. Qual a sustentabilidade social (capacitação de multiplicadores, ampliação do quadro de beneficiários, manutenção de auxílios, etc.);

COMUNICAÇÃO

22. Foi elaborado algum relatório de desempenho (situação, progresso, ou previsões)?
23. Se SIM, quem teve acesso a ele?

24. Se NÃO, há previsão de elaboração de um?

RISCO

25. Foi feito algum levantamento das fontes de risco:

- a) Probabilidade de ocorrência;
- b) Resultados prováveis;
- c) Prazo esperado;
- d) Frequência;

26. Se SIM: De que forma foi feito:

- a) listas de verificação; fluxograma; entrevistas;

Se NÃO: Surgiu algum risco para o desenvolvimento do projeto? O que foi feito para responder a este risco?

Apêndice D. Formulário para entrevista dirigida aos beneficiários dos projetos

INTEGRAÇÃO

1. Em que atividade do projeto está ligado?
2. Quantas pessoas foram envolvidas inicialmente para a execução do projeto?
3. Como foram atribuídas as funções e responsabilidades das pessoas envolvidas e se estas se modificaram ao longo do ciclo de vida do projeto?

ESCOPO

4. Quais foram os seus objetivos com a participação em um projeto de agricultura?

	Primeiro motivo	Segundo motivo
Para consumir em casa		
Para melhorar a renda		
Para melhorar o ambiente		
Por estética		
Por recreação		
Outra		

5. Iniciativa (induzida ou cultural)? Como teve a iniciativa?
a) Prática rural / tradicional; b) Amigo / vizinho; c) ONG / Município; d) Outro.

TEMPO

6. A quanto tempo você participa do projeto?
7. Dedicção em tempo a esta atividade: P – parcial; I – integral;
8. Quanto tempo (em horas)?

RECURSOS FINANCEIROS

9. Nível econômico: quanto ganha sua família em um mês?
 - a) Muito alto (mais de 20 salários mínimos);
 - b) Alto (10 a 20 salários mínimos);
 - c) Médio (5 a 9 salários mínimos);
 - d) Baixo (2 a 4 salários mínimos);
 - e) Muito baixo (sem rendimento ou até 1 salário mínimo).

10. Acesso a serviços formais (assinalar com “x”)

Serviço	Local		
	Comunidade	Sede do município	Outra cidade
ESCOLA			
MÉDICO			
DENTISTA			
TRANSPORTE			

QUALIDADE

11. Como você percebe o sucesso do projeto?

12. O que mudou depois que você começou a trabalhar na horta?

RECURSOS HUMANOS

13. Nome:

14. Local de residência:

15. Gênero: M – masculino; F – feminino;

16. Cor ou raça: Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena; Sem declaração.

17. Idade:

18. Local de nascimento:

19. Procedência: U – Urbano; R – Rural.

20. Tempo de permanência em Campinas: Desde quando?

- a) 0 – 2 anos b) 2 – 10 anos c) 10 – 20 anos d) > 20 / toda a vida

21. Estado Civil: SO - solteiro; C - casado; V - viúvo; AM - amigado; SE – separado.

22. Escolaridade:

- a) Primária b) Secundária c) Escola técnica d) Universidade e) Outro

23. Percepção social: Como você e sua família se identificam com o seu bairro?

A - Muito; B - Pouco; C - Nada.

24. Percepção do entorno: Como você vê o entorno do seu bairro quanto a limpeza e o cuidado?

- a) Muito bem; b) Bem; c) Regular; d) Mal; e) Muito mal.

25. Percepção comunitária: Como você vê a cooperação e a comunicação entre as várias organizações (comunitárias e externas) do bairro?

- a) Muito bem; b) Bem; c) Regular; d) Mal; e) Muito mal.

COMUNICAÇÃO

26. Você tem acesso a que informações do projeto?

27. Você opina a respeito do desenvolvimento do projeto?

28. Para começar um projeto de hortas urbanas, deveria se observar: (assinalar os 3 principais)

- () aspectos técnicos da produção (variedades, controle ervas, etc) () aspectos econômicos (comercialização, preços, custos, etc)
() aspectos ambientais (conservação recursos solo, água, ar) () aspectos institucionais (crédito, políticas, etc)
() aspectos sociais e culturais (conscientização consumidor, produtor, sociedade geral) () Não sabe
() Outros _____

29. Qual seria a melhor maneira para divulgar a horta? (indique três)

1. Rádio; 2. Jornal; 3. Televisão; 4. CATI; 5. outros produtores e vizinhos; 6. Associação produtores; 7- Instituições consultoria; 8- Prefeitura; 9. Mercado; 10. ONG's; 11. outros

RISCO

30. Assinale os três principais problemas relacionados com a prática agrônômica que dificultam o desenvolvimento do projeto:

- () Falta de experiência com agricultura () Dificuldade de obter insumos
() Controle de pragas e doenças () Falta de assistência técnica
() Falta de máquinas e equipamentos () Falta de informação e conhecimento técnico
() Dificuldade em relação a programação de produção () Outros _____

31. Assinale os três principais problemas de ordem econômica que dificultam o desenvolvimento da horta:

- () Falta de recursos do produtor () Falta de mercado () Elevação dos custos de produção
() Preços baixos p/ venda () Falta de mão-de-obra qualificada () Outros _____
() Altos investimentos iniciais () Dificuldade de planejar e administrar

13. ANEXOS

Anexo A. Experiências de políticas de AUP no Brasil

Através da tabela abaixo é possível ter um panorama geral de como a AUP se distribui nas cidades e regiões brasileiras, observar a escala política, as ações adotadas, os atores sociais envolvidos no processo e os procedimentos.

Quadro 9. Políticas de AUP no Brasil.

Nível político	Cidade (região)	Ações	Atores	Procedimentos
Distrito Federal	Brasília (CO)	Criação do PROVE (Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar)	Produtores; Agência governamental; Serviços de extensão; Instituições de pesquisa; e Universidade	Sustentação financeira, através dos sistemas de crédito, agroindústrias locais relacionadas à agricultura peri-urbana; Auxílio técnico e orientação dos produtores
Estadual	Pará (N)	Sustentação da criação de galinha e pato na região amazônica oriental	Criadores rurais e peri-urbanos; Agência governamental	São cedidos: um terreno público afastado, um casal de aves para cada família selecionada e também treinamento
Local	Belo Horizonte (SE)	Criação do Projeto Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE	Visão Mundial; URBEL; SUDECAP; Prefeitura; Produtores; e ONG's	Fortalecimento da participação comunitária; a experimentação e difusão da agricultura urbana; e as ações que conduzem a uma gestão ambiental local
Local	Viçosa (SE)	Projeto Agricultura Urbana: Alternativa de Segurança Alimentar e Geração de Renda	UFV; e Produtores	Realização de oficinas temáticas acompanhadas de visitas às famílias em seus domicílios, com educação ambiental, segurança alimentar, implantação de hortas e no manejo do quintal (pomares, criação de pequenos animais, plantas medicinais,

Nível político	Cidade (região)	Ações	Atores	Procedimentos
				produção de adubos orgânicos, arborização e paisagismo)
Local	Belém (N)	Plantação das árvores frutíferas; Colheitas anuais de produtos hortigranjeiros e mandioca; Provisão do assentamento e do abrigo a famílias pobres selecionadas	Pequenos fazendeiros; criadores peri-urbanos; e Prefeitura	Promoção da criação de pato; Sustentação às fazendas da cidade situadas nos arredores da cidade; Distribuição de insumos básicos e subsídio à infra-estrutura e monitoração técnica contínua
Local	Curitiba (S)	Promoção da ocupação da terra sub-utilizada para fins de cultivo	Conselho técnico-especializado; e Produtores	Provisão e promoção do composto orgânico como fertilizante
Local	Campinas (SE)	Decreto Nº 14.288, de 11 de abril de 2003. Regulamenta o Programa de Hortas Comunitárias de Campinas, determinado pela lei municipal nº 9.549, de 10 de dezembro de 1997, como programa complementar ao programa “Fome Zero”	Produtores; Escolas da rede pública; GDR; CEASA; SANASA; e Prefeitura	Podem participar do programa hortas em: terreno público ou privado, áreas de servidão da CPFL, escolas; São cedidos insumos básicos e subsídio à infra-estrutura
Local	Caratinga (SE)	Lei Nº 2.640/2001, de 14 de agosto de 2001. Institui o programa municipal de hortas educativas e comunitárias à base de adubação orgânica e dá outras providências	Escolas da rede pública Prefeitura; Associação de moradores; Entidades públicas e privadas	Instalação de hortas nas escolas da rede pública

Nível político	Cidade (região)	Ações	Atores	Procedimentos
Local	Curaçá (NE)	Diagnóstico da Agricultura Urbana em Curaçá	Prefeitura; e Programa de Gestão Urbana-ALC/IPES; Cearah Periferia	Intervenção quanto ao aspecto organizativo, promovendo reuniões e discutindo a formação de associações, por localização geográfica, ou por interesse específico
Local	Fortaleza (NE)	Promoção do projeto Farmácias Vivas; Sustentação à fruta e à plantação ornamental	Produtores; Prefeitura; Universidades; e Instituições de pesquisa	Provisão de treinamento por esta região do nordeste; Distribuição de insumos básicos e subsídio à infra-estrutura
Local	Governador Valadares (SE)	Consulta urbana “Otimização de espaços vazios para AU”	Prefeitura; Doce Rio Consultoria; Pastoral da Criança Diocese de Valadares; Associação Unificada das Hortas Comunitárias União e Trabalho de Governador Valadares e Região; Associação Habitacional nova Terra / GV; e UNIVALE	Promoção da segurança alimentar, da governabilidade participativa municipal e do planejamento e gestão participativos. Para isto, foram identificados espaços disponíveis e promoção de sua utilização, direito de uso assegurado e acesso com fins produtivos
Local	Juiz de Fora (SE)	Projetos de agricultura urbana	Prefeitura; Produtores; UFJF; e UFV	Criação de frango na periferia da cidade; plantio de hortas comunitárias; plantio de plantas medicinais; plantio de árvores frutíferas; e reflorestamento nas encostas
Local	Lima Duarte (SE)	Lei Municipal nº 1207/2003, de 22 de dezembro de 2003. Cria o Programa de Agricultura Urbana no Município de Lima Duarte	Produtores; Prefeitura; Entidades públicas; e privadas	Implementação em terrenos ociosos de propriedade do município de Lima Duarte, terrenos particulares ociosos que venham a ser cedidos temporariamente por seus proprietários e espaços aquáticos, como lagoas e rios

Nível político	Cidade (região)	Ações	Atores	Procedimentos
Local	Londrina (S)	Sustentação aos fazendeiros da comunidade	Agências internacionais	Suporte técnico e financeiro e orientação para a AU
Local	Piracicaba (SE)	Projeto “Das Hortas Domésticas para a Horta Comunitária: Estudo de Caso no Bairro Jardim Oriente em Piracicaba, SP”	UNIMEP; Rede Unitrabalho; Prefeitura Municipal de Piracicaba	Transferir o conhecimento científico apreendido pela Universidade para a comunidade ou sociedade, ampliando-o através de um processo de integração social que possa auxiliar uma parcela da população a conquistar os seus direitos e honrar os seus deveres enquanto cidadãos
Local	Porto Alegre (S)	Programa Fome Zero Porto Alegre	Prefeitura; Associação de moradores; Comunidade evangélica; Sindicato dos metalúrgicos; e Escola Técnica José César de Mesquita	Curso de Agricultura Urbana - Hortas e Pomares
Local	Presidente Prudente (SE)	Criação do Programa da Alimento Prudente; Conselho legal para contratos com os proprietários do terreno baldio, apropriados para a produção vegetal;	Produtores; Agência de extensão; ONG's; Prefeitura	Auxílio técnico com os serviços de extensão; Ocupação da terra pública inativa por moradores carentes para a produção hortícola; Distribuição de insumos básicos e subsídio à infra-estrutura
Local	Rio Branco (N)	Criação do Pólo municipal para a produção Agro-Florestal na capital amazônica ocidental do estado do Acre	Produtores; Agência de assistência técnica; Prefeitura; e Instituições de pesquisa	Transporte da fonte de produção aos mercados principais na cidade; Distribuição de insumos básicos e subsídio à infra-estrutura; Estímulo para a organização de cooperativas

Nível político	Cidade (região)	Ações	Atores	Procedimentos
Local	Rio de Janeiro (SE)	Projeto Rio Hortas. Cria um programa para os espaços livres urbanos, transformando espaços ociosos em espaços de produção auto-sustentáveis	CEDAE; AS-PTA; Prefeitura; Produtores	Criação de uma rede de hortas na cidade, onde a atividade principal é a horticultura orgânica; O projeto desenvolve-se a partir de quatro programas: hortas comunitárias, hortas escolares, hortas em praças e parques e hortas em pequenos espaços
Local	São Paulo (SE)	Lei Nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Peri-urbana - PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes	Produtores; Prefeitura; Instituições privadas; e ONG's	Introdução da Agricultura Urbana no planejamento urbano como um reconhecimento público da importância do uso de terra em uma cidade de importância industrial
Local	Teresina (N)	Lei Nº 1839/86, de 26 de janeiro de 1986. Criação e implantação do Programa de Hortas Comunitárias	Prefeitura; Produtores; Bancos nacionais; ONG's; e BNDES	Implantação em áreas urbanas, identificadas como grandes bolsões de pobreza, desde que apresentem viabilidade técnica e atinjam objetivos sociais, pois as famílias beneficiadas são caracterizadas pela carência de trabalho/emprego e são basicamente de origem rural
Local	Uberlândia (SE)	Caracterização da agricultura urbana	UFU; e Produtores	Levantamento das pessoas que se envolvem com essa prática, das condições de vida, moradia, trabalho e renda; Caracterização da "unidade de produção"

Fonte: Baseada em diversos autores (ALMEIDA, 2004; BELO HORIZONTE, 2004; CARVALHO et al., 2004; CURAÇA, 2000; FRÈRE et al., 1999; GALLO et al., 2004; MACHADO e CUNHA, 2004; MADALENO, 1996, 1999, 2001, 2002; NOLASCO, 2004; PORTO ALEGRE, 2004; RESENDE e CLEPS JÚNIOR, 2002).

Anexo B. Lei nº 9.549 de 10 de dezembro de 1997. Cria o Programa de Horta Comunitária

(Publicação DOM de 11/12/1997:01)

Cria o Programa de Horta Comunitária na Prefeitura Municipal de Campinas

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica instituído o programa de Horta Comunitária no Município de Campinas, com os seguintes objetivos:

- I - Aproveitar mão-de-obra desempregada;
- II - Proporcionar terapia ocupacional para portadores de deficiência e homens e mulheres da terceira idade;
- III - Aproveitar áreas devolutas;
- IV - Manter terrenos limpos e utilizados.

Parágrafo único - a Prefeitura Municipal de Campinas, através da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), será considerada o organismo gerenciador do programa referido no caput deste artigo.

Artigo 2º - A implantação das hortas comunitárias poderá se dar:

- I - em áreas públicas municipais;
- II - em áreas declaradas de utilidade pública e ainda não utilizadas;
- III - em terrenos ou glebas particulares;
- IV - em faixas de servidão de passagem aérea da CPFL

§ 1º - A utilização em áreas do inciso III deste artigo se dará com a anuência formal do proprietário.

§ 2º - Quando utilizada a área do inciso IV, deverão ser atendidas as especificações da CPFL.

Artigo 3º - Cada área poderá ser trabalhada por uma pessoa ou por um grupo de pessoas, que se cadastrarão individualmente ou coletivamente no órgão encarregado da gerência do programa.

Artigo 4º - O processo de implantação de uma horta comunitária seguirá os seguintes passos:

- a) localização, por parte dos cadastrados, da área a ser trabalhada;
- b) consulta ao proprietário, em caso de terrenos particulares, para isso podendo se utilizar do Departamento de Cadastro da Secretaria de Planejamento;
- c) oficialização da área junto ao órgão gerenciador, após formalizada a permissão do uso para o fim determinado nesta lei.

Artigo 5º - Quando utilizado como terapia ocupacional, o programa de hortas comunitárias deverá ser iniciado a partir das Unidades Básicas de Saúde do Município, através dos profissionais especializados, que, neste caso, se constituirão coordenadores da atividade.

Artigo 6º - VETADO

§ 1º - VETADO.

§ 2º - VETADO.

Artigo 7º - O produto das hortas comunitárias poderá ser comercializado livremente pelos produtores bem como atender o que especifica a Lei 7.573, de 23 de julho de 1993.

Artigo 8º - Caso haja a necessidade de ligação de água tratando-se de imóvel urbano, deverá a Prefeitura Municipal acionar a SANASA para que a efetue, exigindo do proprietário apenas o pagamento do equipamento necessário.

Artigo 9º - Para emitir a realização do programa de hortas comunitárias a Prefeitura Municipal de Campinas fica autorizada a celebrar convênios com órgãos Estaduais ou Federais para orientação dos trabalhos e fornecimento de sementes.

Artigo 10 - A Prefeitura Municipal de Campinas deverá dar ampla publicidade ao programa de Hortas Comunitárias através da veiculação de cartazes explicativos nos ônibus ou afixados nas unidades públicas de saúde, educação, ação social entre outros.

Artigo 11 - A Prefeitura Municipal de Campinas dará amplo conhecimento do programa de hortas comunitárias aos sindicatos com sede no município, com os quais poderá celebrar convênios para o atendimento de desempregados da referida categoria.

Artigo 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 10 de Dezembro de 1997.

FRANCISCO AMARAL
Prefeito Municipal

Anexo C. Lei nº11.396 de 23 de Outubro de 2002. Cria o Programa de Viveiros de Mudas

(Publicação DOM de 24/10/2002:05)

Cria o Programa de "Viveiros de Mudas" nas Escolas do Município

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeita do Município de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, pela presente lei, criado, no âmbito do Município, o programa "Viveiros de Mudas" nas escolas municipais, destinado ao cultivo de mudas de árvores de rua, frutíferas, plantas ornamentais, hortaliças e plantas medicinais.

Art. 2º - VETADO *(Veja Publicação dos Vetos DOM 07/12/2002:42)*

Art. 3º - O programa "Viveiros de Mudas" tem como objetivos:

- I** - Promover a educação e a preservação ambiental;
- II** - O fornecimento de mudas às escolas municipais e às comunidades locais;
- III** - A ampliação da arborização em áreas públicas e privadas nos bairros;
- IV** - O desenvolvimento de habilidades e aptidões dos estudantes;

Art. 4º - VETADO *(Veja Publicação dos Vetos DOM 07/12/2002:42)*

Art. 5º - VETADO *(Veja Publicação dos Vetos DOM 07/12/2002:42)*

Art. 6º - A Prefeitura Municipal poderá celebrar convênios com órgãos da administração estadual, federal, instituições de ensino ou com a iniciativa privada objetivando a viabilização do presente Programa.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento.

Art. 8º - VETADO *(Veja Publicação dos Vetos DOM 07/12/2002:42)*

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campinas, 23 de outubro de 2002.

Autoria: Vereador Jonas Donizette
Prot. 10/5124/02

Publicação dos vetos. Lei n. 11. 396, de 23 de outubro de 2002. Cria o Programa de "Viveiros de Mudas" nas Escolas do Município

(Publicação DOM de 07/12/2002:42)

A Câmara Municipal aprovou e eu, seu Presidente, Romeu Santini, promulgo, nos termos do 5º do Art. 51 da Lei Orgânica do Município, os seguintes artigos da Lei n. 11. 396, de 23 de outubro de 2002:

.....

Art. 2º - A formação dos viveiros será realizada por alunos das escolas municipais, sob a supervisão e orientação de técnicos da Prefeitura Municipal, com o apoio da comunidade.

.....

Art. 4º - O programa "Viveiros de Mudas" será desenvolvido e implantado pela Prefeitura Municipal nos terrenos existentes nas escolas da rede municipal de ensino, podendo ser expandidos para áreas públicas e privadas desocupadas ociosas.

Art. 5º - Caberá a Prefeitura Municipal o fornecimento de orientação técnica, equipamentos, adubos e sementes necessários à execução do Programa.

.....

Art. 8º - O Poder Executivo deverá expedir o competente regulamento desta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, definindo recursos materiais, critérios e dimensões das áreas utilizáveis pelo Programa.

Campinas, 6 de dezembro de 2002.

ROMEU SANTINI

Presidente

Anexo D. Decreto nº 14.288 de 11 de abril de 2003. Regulamenta Programa de Hortas Comunitárias de Campinas

(Publicação DOM de 12/04/2003:4)

Regulamenta Programa de Hortas Comunitárias de Campinas, determinado pela Lei Municipal nº 9.549, de 10 de Dezembro de 1997, como Programa complementar ao Programa “Fome Zero”

A Prefeita Municipal de Campinas, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO** a necessidade de aproveitar a mão-de-obra desempregada da Cidade, com especial atenção para idosos (art. 230, CF) e deficientes (art. 23, II, CF); para que se mantenham limpas e utilizadas áreas ociosas ou não aproveitadas, como logradouros e praças não afetadas ao uso comum do povo e demais bens dominicais (art. 99, III, Novo Código Civil); **CONSIDERANDO** a prioridade do Programa “Fome Zero” imposto como meta nacional pelo Governo Federal e já implementado em Campinas, com projetos locais de atendimento às necessidades nutricionais da população de baixa renda em quantidade e qualidade adequadas, tudo com fundamento nos artigos 183, §2º, 185, 193 e 205, inc. V, da Lei Orgânica de Campinas; **CONSIDERANDO** a criação do GDR-Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar, pelo Decreto Municipal nº 13.603, de 25 de abril 2001, vinculado ao Gabinete da Prefeita e sediado na CEASA/Campinas, com a finalidade de desenvolver programas municipais ligados ao planejamento da agricultura sustentável e à segurança alimentar, de molde a integrar as atividades agroalimentares na vida da Cidade; **CONSIDERANDO** a criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho SMDET, legalmente constituída para a implementação de programas de geração de emprego e renda, e tendo especialmente atribuição para “desenvolver parcerias entre o Poder Público Municipal e as entidades da sociedade civil, tendo em vista ações comuns de valorização da região e a busca de melhorias do quadro econômico e social do Município” (art. 1º, inc. VI, da Lei Municipal nº 11.270, de 10 de junho de 2002);

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a “Comissão Gestora do Programa de Hortas Comunitárias de Campinas” CGPHC, para a definição das políticas públicas de gestão, assessoramento, orientação e aprovação da necessária distribuição de água, sementes e outros implementos agrícolas com recursos oriundos de convênios firmados pela Municipalidade, preordenados à implantação de políticas de Abastecimento e Segurança Alimentar, nos termos do que determina o art. 3º, inc. VI do Decreto Municipal nº 13.603, de 25 de abril 2001.

Art. 2º A Comissão Gestora será constituída por 1 (um) representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;

II Secretaria Municipal de Assistência Social;

III Secretaria Municipal de Educação;

IV Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

V Secretaria Municipal de Serviços Públicos e de Coordenação das Administrações Regionais;

VI Central de Abastecimento S/A CEASA;

VII Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento SANASA;

VIII Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar GDR.

Parágrafo único. Acordados os nomes dos integrantes da Comissão a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho deverá comunicá-los, por ofício, ao Gabinete da Prefeita, para a publicação da portaria de nomeação.

Art. 3º As pessoas ou grupo de pessoas interessados em aderir aos benefícios deste Programa poderão protocolar junto a SMDet pedido que atenda aos seguintes requisitos:

I nome da entidade de representação (cooperativa, sindicato, associação ou entidade coletiva) acompanhada da respectiva documentação e de cópia autenticada e comprovante de endereço do cidadão ou cidadã que permanecerá responsável perante a PMC;

II relação dos nomes dos demais trabalhadores interessados e a cópia simples dos seus respectivos documentos de identificação (ou RG, ou CPF, ou Carteira de Trabalho), tudo acompanhado de declaração na qual atestem que atendem a pelo menos um dos objetivos enumerados nos incisos do artigo 1º da Lei Municipal nº 9.549, de 10 de dezembro de 1997;

III indicação, localização e caracterização da área a ser utilizada no programa para que se averigüe a ocorrência de uma das hipóteses dentre as enumeradas no artigo 2º da Lei Municipal nº 9.549, de 10 de dezembro de 1997;

IV breve descrição dos objetivos dos interessados para que a Comissão Gestora possa verificar a possibilidade de a Prefeitura fornecer os insumos faltantes (água, sementes, adubo, orientação fitossanitária e demais implementos agrícolas), para que se implemente a “produção de alimentos” prevista no artigo 185 da Lei Orgânica do Município de Campinas.

Art. 4º O requerimento protocolado na SMDet deverá ser analisado pela Comissão Gestora do Programa, a qual poderá solicitar informações complementares, para o correto enquadramento da horta no programa municipal, após o que o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho expedirá ato de aprovação do pedido, do qual se dará ciência incontinenti ao cidadão-requerente indicado como responsável.

Art. 5º Do imóvel definido pelos interessados se apresentará, quando for o caso, os seguintes documentos:

I em se tratando de área pública, os interessados diligenciarão, previamente, junto às SubPrefeituras e Administrações Regionais, para que estas apresentem brevíssimo laudo de verificação, pelo qual se avaliará das condições fundiárias do imóvel e do atendimento às diretrizes do Termo de Cooperação firmado entre a PMC e o Instituto Agrônomo de Campinas IAC.

II no caso de área privada os interessados deverão trazer instrumento jurídico hábil a comprovar a autorização do respectivo proprietário, acompanhado de título justo que comprove o seu domínio sobre a área;

III para as áreas que se constituam em servidão da CPFL os interessados deverão trazer documento que comprove a anuência da entidade e a inexistência de restrições que impossibilitem o uso desejado;

IV para hortas que já estejam funcionando aos auspícios de escola pública, bastará que seja apresentada declaração do Diretor ou Diretora pela qual se responsabilize com a continuidade do

trabalho, assinalando que este poderá ser simplesmente impulsionado pelo apoio deste Programa Municipal.

Parágrafo único. Na hipótese do inc. I, a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e da Cidadania providenciará a elaboração do decreto de permissão de uso, quando este se fizer necessário, nos termos do que dispõe o art. 127 da Lei Orgânica de Campinas.

Art. 6º Nenhum documento municipal, emitido com o fim de implementar as ações governamentais determinadas pela lei que cria o Programa de Hortas Comunitárias, terá valor de prova para a contagem de prescrição aquisitiva ou extintiva de direitos fundiários ou laborais.

Art. 7º O GDR e a CEASA ficarão responsáveis pela elaboração de projeto técnico de planificação que garanta a implantação da horta e o acompanhamento da produção agrícola, tudo para uma eficiente organização do programa de segurança e abastecimento alimentar, previsto nos §§ 1º e 2º do art. 183 da Lei Orgânica do Município de Campinas.

Art. 8º Fica a SANASA autorizada a efetuar, dentro de sua área de atuação, as ligações hídricas necessárias para a irrigação das hortas e lavouras comunitárias que integrem este Programa, nos termos do que dispõem o art. 8º da Lei Municipal nº 9.549, de 10 de dezembro de 1997 c.c. art. 10, inc. VIII da Lei Municipal 4.356, de 28 de dezembro de 1973.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 11 de abril de 2003.

IZALENE TIENE
Prefeita Municipal